



TRIBUNAL SUPERIOR DE JUSTIÇA ELEITORAL

JULGAMENTOS

O Sr. Ministro-Presidente designou o dia 16 do corrente, às 9 horas para julgamento dos processos seguintes:

1. Mandado de Segurança n. 75 — Classe 1ª — Estado de Minas Geraes — (Relator, Sr. Procurador João Cabral), sendo requerente, Fidelis Reis.

2. Recurso Eleitoral n. 576 — Classe 3ª — Minas Geraes — (Relator, Sr. Ministro Laudo de Camargo e Revisor, o Senhor Desembargador Collares Moreira), recorrente, o Partido Republicano Mineiro e recorrido, Partido Progressista de Minas Geraes. (Da pauta anterior.)

3. Recurso Eleitoral n. 594 — Classe 3ª — Pernambuco — (Relator, Sr. Ministro Laudo de Camargo e Revisor o Senhor Desembargador Collares Moreira); recorrentes, João Duarte Dias e Leão Dantas de Souza Leão e recorrido, Legenda "Trabalhador ocupa o teu posto". (Da pauta anterior.)

4. Recurso Eleitoral n. 583 — Classe 3ª — Mato Grosso — (Relator, Sr. Desembargador Collares Moreira e Revisor o Sr. Desembargador Ovidio Romeiro); recorrente, Procurador Regional e recorrido, Tribunal Regional do Estado de Mato Grosso.

5. Recurso Eleitoral n. 670 — Classe 3ª — Ceará — (Relator, Sr. Desembargador Collares Moreira e Revisor o Senhor Desembargador Ovidio Romeiro); recorrente, Procurador Regional e recorrido o Tribunal Regional do Estado do Ceará.

6. Recurso Eleitoral n. 672 — Classe 3ª — Ceará — (Relator, Sr. Professor João Cabral e Revisor o Sr. Professor Candido de Oliveira Filho); recorrente, Procurador Regional e recorrido o Tribunal Regional do Estado do Ceará.

7. Recurso Eleitoral n. 675 — Classe 3ª — Ceará — (Relator, Sr. Desembargador Collares Moreira e Revisor o Senhor Desembargador Ovidio Romeiro); recorrente, Procurador Regional e recorrido, o Tribunal Regional do Estado do Ceará.

8. Consulta n. 2.093 — Classe 6ª — (Recurso) — Estado do Pará — (Relator, o Sr. Professor João Cabral); recorrente, Procurador Regional e recorrido o Tribunal Regional do Estado do Pará.

Secretaria do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, em 14 de abril de 1937. — Agripino Vendo, Diretor da Secretaria.

O Tribunal em sua 59ª sessão ordinária realizada em 12 de abril de 1937, sob a presidência do Sr. Ministro Hermenegildo de Barros, resolveu:

1º) responder a consulta do Presidente do Tribunal Regional do Estado do Rio de Janeiro (processo n. 2.085, sendo Relator o Sr. Desembargador Ovidio Romeiro), declarando que o bacharel Alfredo de Freitas Bahiense, sendo funcionario vitalicio dos Correios e exercendo o cargo de Juiz substituto no Tribunal Regional, está inpedido de exercer funções administrativas na Secretaria do mesmo Tribunal, unanimemente;

2º) converter em diligencia o julgamento do recurso eleitoral n. 613, 3ª — Minas Geraes — (Relator, Sr. Desembargador Collares Moreira), sendo recorrente Sebastião Fleury e recorrido o Tribunal Regional de Minas Geraes, para que o Tribunal Regional informe em que dia foi publicado no Diário Oficial do Estado, o accordo proferido a 10 de setembro do anno passado, julgando valida a renuncia do Dr. Sebastião Fleury, unanimemente. No julgamento deste recurso, usaram da palavra, após o relatorio, os Srs. Drs. Nestor Mascena, como advogado do recorrente, Alcino Salazar, como advogado do Partido Progressista, e o Sr. Dr. Procurador Geral.

Secretaria do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, em 14 de abril de 1937. — Agripino Vendo, Diretor da Secretaria.

SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DE JUSTIÇA ELEITORAL

EXPEDIENTE DOS DIAS 12 E 13 DE ABRIL DE 1937

PRIMEIRA SEÇÃO

Papeis protocolados

N. 1.119 — Requerimento de Edgar de Toledo — 12-4-37.

N. 1.120 — Requerimento de Ricardo Xavier da Silveira ao Sr. Desembargador Ovidio Romeiro.

N. 1.121 — Telegramma n. 20.485, do T. R. J. E. do Territorio do Acre — 10-4-37.

N. 1.122 — Telegramma n. 20.500, do T. R. J. E. do Territorio do Acre.

N. 1.123 — Telegramma n. 20.525, do T. R. J. E. de Curitiba.

N. 1.124 — Officio n. 3.937, do Tribunal Regional de São Paulo — 9-4-37.

N. 1.125 — Officio n. 3.938, do Tribunal Regional de São Paulo — 9-4-37.

N. 1.126 — Recurso s/n. do Tribunal Regional de Minas Geraes.

N. 1.127 — Officio n. 424-37, do Tribunal Regional de Minas Geraes.

N. 1.128 — Recurso s/n. do Tribunal Regional de Minas Geraes.

N. 1.129 — Officio n. 149, de 22-3-37, do T. R. E. do Estado do Piahy.

N. 1.130 — Officio n. 121, de 27-3-37, do T. R. E. do Estado do Rio Grande do Norte.

N. 1.131 — Officio n. 130, de 23-3-37, do T. R. E. do Estado de Sergipe.

N. 1.132 — Officio n. 286, de 24-3-37, do T. R. E. do Estado de Pernambuco.

N. 1.133 — Officio n. 287, de 24-3-37, do T. R. E. do Estado de Pernambuco.

N. 1.134 — Officio n. 148, de 22-3-37, do T. R. E. do Estado do Piahy.

N. 1.135 — Officio n. 137, de 2-4-37, do T. R. E. do Estado de Goyaz.

N. 1.136 — Officio n. 302, de 29-3-37, do T. R. E. do Estado do Espirito Santo.

N. 1.137 — Offício n. 237, do T. R. E. do Estado do Espírito Santo.

N. 1.138 — Offício n. 292, de 30-3-37, do T. R. E. do Estado de Pernambuco.

N. 1.139 — Recurso Eleitoral n. 5, do T. R. E. do Estado de Pernambuco.

N. 1.140 — Recurso Eleitoral n. 4, do T. R. E. do Estado de Pernambuco.

N. 1.141 — Offício n. 3.936, de 12-4-37, do T. R. E. do Estado de São Paulo.

N. 1.142 — Offício n. 3.938, de 1-4-37, do T. R. E. do Estado de São Paulo.

N. 1.143 — Offício n. 3.972, de 2-4-37, do T. R. E. do Estado de São Paulo, pedindo verificação de nomes de eleitores.

N. 1.144 — Offício n. 30, de 16-2-37, do T. R. E. do Território do Acre, pedindo remessa de *Boletim Eleitoral*.

N. 1.145 — Offício n. 157, de 1-4-37, do T. R. E. do Estado de Alagoas, pedindo cancelamento de inscrições.

N. 1.146 — Offício n. 488-D, de 12-4-37, do T. R. E. do Distrito Federal, enviando relação de obitos.

N. 1.147 — Offício n. 21-S, de 5-4-37, do T. R. E. do Estado do Paraná, comunicando transferência de eleitores.

N. 1.148 — Offício n. 57, de 30-3-37, do T. R. E. do Estado do Rio Grande do Sul, remetendo certidão de obitos.

N. 1.149 — Offício n. 38, de 16-4-37, do T. R. E. do Território do Acre, remetendo pedido de transferência de eleitores.

N. 1.150 — Offício n. 35, de 15-2-37, do T. R. E. do Território do Acre, remetendo pedido de transferência de eleitores.

N. 1.151 — Offício n. 1.125, de 8-3-37, da Secretaria do T. R. E. do Estado do Amazonas, remetendo terceiras vias de títulos eleitorais.

N. 1.152 — Offício n. 163, de 25-3-37, do T. R. E. do Estado de Sergipe, remetendo cópia do acordo e terceiras vias de títulos para exclusão.

N. 1.153 — Offício n. 294, de 5-4-37, do T. R. E. do Estado do Paraná, remetendo recurso s/n.

N. 1.154 — Recurso de exclusão s/n. do T. R. do Estado do Paraná.

N. 1.155 — Offício n. 310, de 23-3-37, do T. R. E. do Estado do Maranhão, pedindo informações sobre o processo n. 168, enviado a esta Secretaria em 14-11-36.

N. 1.156 — Offício n. 158, de 24-3-37, do T. R. E. do Estado da Parahyba.

N. 1.157 — Apelação n. 8, classe 3ª, do T. R. E. do Estado da Parahyba.

Correspondência expedida

Offícios do Sr. Ministro-Presidente:

N. 46 — Ao Sr. Presidente do Tribunal Regional do Maranhão, remetendo cópia de acordo do Tribunal Superior.

N. 47 — Ao Sr. Desembargador da Corte de Apelação do Estado do Ceará, remetendo cópia de acordo do Tribunal Superior.

N. 48 — Ao Sr. Presidente do Tribunal Regional do Estado do Ceará, remetendo cópia de acordo do Tribunal Superior.

N. 49 — Ao Sr. Director do Serviço Geographico do Exército sobre requisição de um funcionario para o serviço do Arquivo.

Offícios do Sr. Dr. Director:

N. 289 — Ao Sr. Dr. Procurador Geral da Justiça Eleitoral, transmittindo uma petição referente a consulta n. 2.098.

Telegrammas do Sr. Ministro-Presidente:

N. 94 — Ao Sr. Presidente do Tribunal Regional do Estado do Rio de Janeiro, sobre a consulta n. 2.085.

N. 95 — Ao Sr. Presidente do Tribunal Regional de Minas Geraes, sobre julgamento do recurso eleitoral n. 631.

Autos conclusos

Ao Sr. Ministro Plínio Casado:

Recurso Eleitoral n. 581 — Classe 3ª — Minas Geraes — Recorrente, Partido Progressista de Botelhos, e recorrido, o Partido Commercio e Lavoura de Botelhos.

Recurso Eleitoral n. 623 — Classe 3ª — Minas Geraes — Recorrente, Octavio Brasiliense de Araujo, e recorrido, José Martha.

Recurso Eleitoral n. 575 — Classe 3ª — Minas Geraes — Recorrente, Partido do Povo, e recorrido, Partido Progressista de Minas Geraes.

Processo n. 2.093 — Classe 6ª — Distrito Federal — Consulta do Sr. Ministro da Marinha, encaminhada pelo senhor Presidente do Tribunal Regional do Distrito Federal.

Ao Sr. Desembargador Collares Moreira:

Recurso Eleitoral n. 577 — Classe 3ª — Rio de Janeiro — Recorrente, Concentração Fidelesse, e recorrido, Mesa da Camara Municipal de São Fidelis.

Processo n. 2.099 — Classe 6ª — Mato Grosso — Consulta do Dr. Procurador Regional encaminhada pelo doutor Procurador Geral.

Ao Sr. Desembargador Ovidio Romeiro:

Recurso Eleitoral n. 578 — Classe 3ª — Maranhão — Recorrente, Dr. Procurador Regional, e recorrido, Tribunal Regional do Estado do Maranhão.

Ao Sr. professor João Cabral:

Apelação Criminal n. 60 — Classe 5ª — Amazonas — Appellantes, Lamartini Correia Dantas e outro, e appellada, Justiça Eleitoral.

Recurso Eleitoral n. 561 — Classe 3ª — Pará — Recorrente, Dr. Procurador Regional, e recorrido, Tribunal Regional do Estado do Pará.

Recurso Eleitoral n. 573 — Classe 3ª — Pernambuco — Recorrente, Sizenando Guilherme de Azevedo, e recorrido, Celso Galvão e outros.

Recurso Eleitoral n. 621 — Classe 3ª — Minas Geraes — Recorrentes, Custodio de Paula Rodrigues e outro, e recorridos, Sertorio de Amorim Lima e outro.

Ao Sr. professor Candido de Oliveira Filho:

Recurso Eleitoral n. 574 — Classe 3ª — Minas Geraes — Recorrente, Aliança dos Partidos de Uberaba, e recorrido, Augusto Borges de Araujo.

Recurso Eleitoral n. 580 — Classe 3ª — Minas Geraes — Recorrente, Oswaldo dos Santos, e recorrido, Partido Progressista Benedito Valladares de Brasília.

Processo n. 1.917 — Classe 6ª — Distrito Federal — Representação do Director da Secretaria do Tribunal Regional sobre transferencia de eleitores.

Autos conclusos ao Sr. Ministro-Presidente e logo devolvidos á Secretaria

Recurso Criminal n. 38 — Classe 5ª — Minas Geraes — Recorrente, Nephtali Gonzaga de Mello, e recorrido, Carlos Cesar de Assis.

Recurso Eleitoral n. 90 — Classe 3ª — Bahia — Recorrente, Des. Oscar Pinto Serpa, e recorrido, Tribunal Regional do Estado da Bahia.

Recurso Eleitoral n. 537 — Classe 3ª — Minas Geraes — Recorrente, Partido Progressista de Minas Geraes, e recorrido, Partido Republicano Mineiro.

Autos devolvidos ás Secretarias dos Tribunales Regionaes

Recurso Criminal n. 38 — Classe 5ª — Minas Geraes — Recorrente, Nephtali Gonzaga de Mello, e recorrido, Carlos Cesar de Assis.

Recurso Eleitoral n. 90 — Classe 3ª — Bahia — Recorrente, Des. Oscar Pinto Serpa, e recorrido, Tribunal Regional.

Recurso Eleitoral n. 537 — Classe 3ª — Minas Geraes — Recorrente, Partido Progressista de Minas Geraes, e recorrido, Partido Republicano Mineiro.

Autos apresentados e logo conclusos ao Sr. Ministro-Presidente

Recurso Eleitoral — Santa Catharina — Recorrente: Partido Liberal Catharinense e recorridos, Matheus Conceição e outros.

Recurso Eleitoral — Minas Geraes — Recorrente: Partido Progressista de Minas Geraes e recorrido, Mesa da Camara Municipal de Muriaé.

Recurso eleitoral — Minas Geraes — Recorrente: Partido Progressista de Minas Geraes e recorrido, Partido Republicano Mineiro.

Recurso Administrativo — Espírito Santo — Recorrente: Sidney Americo Pacca e recorrido, Tribunal do Espírito Santo.

Recurso eleitoral — Pernambuco — Recorrente: Thomaz de Aquino Cavalcante e José Pinto de Amorim e recorrido, Tribunal Regional de Pernambuco.

Autos com vista ao Sr. Dr. Procurador Geral

Recurso eleitoral n. 699 — Classe 3ª — São Paulo — Recorrente: Fernando Netto e recorrido, Dionysio Dutra e Silva.

Autos devolvidos a Secretaria

Pelo Sr. ministro Plinio Casado:

Apelação criminal n. 55 — classe 5ª — Espírito Santo — Appellante: Augusto do Barros Junior e appellado, Olívio Correia Pedroza.

Processo n. 82 — classe 7ª Distrito Federal — Regulamento do Arquivo Eleitoral do Tribunal Superior.

Pelo Sr. desembargador Collares Moreira:

Recurso eleitoral n. 594 — classe 3ª — Pernambuco — Recorrentes: João Duarte Dias e outro, e recorrido, legenda "Trabalhador Ocupa o seu Posto".

Processo n. 2.094 — classe 3ª — Rio Grande do Norte (Recurso) Recorrente: Dr. procurador regional e recorrido — Tribunal Regional.

Pelo Sr. desembargador Ovidio Romceiro:

Processo n. 79 — classe 7ª — Sergipe — Consulta sobre inscrição de eleitores.

Processo n. 2.085 — classe 6ª — Rio de Janeiro — Consulta do Sr. Presidente do Tribunal Regional.

Pelo Sr. professor Candido de Oliveira Filho:

Recurso de mandado de segurança n. 71 — classe 1ª — Santa Catharina — Recorrente: Acção Integralista Brasileira e recorrido, Tribunal Regional.

Processo n. 2.092 — classe 6ª — Mato Grosso — Consulta do Sr. Presidente do Tribunal Regional.

Processo n. 2.102 — classe 5ª — Acre — Consulta do Sr. Dr. juiz eleitoral da 8ª Zona do Território do Acre.

Pelo Sr. Dr. procurador geral:

Recurso eleitoral n. 579 — classe 3ª — Distrito Federal — Recorrente: "Concentração Eleitoral de S. Domingos" e recorrido, Tribunal Regional do Distrito Federal.

Recurso eleitoral n. 578 — classe 3ª — Maranhão — Recorrente: Procurador Regional e recorrido, Tribunal Regional do Estado do Maranhão.

Recurso eleitoral n. 580 — classe 3ª — Minas Geraes — Recorrente: Oswaldo Santos e recorrido, Partido Progressista B. Valladares de Brasília.

Recurso eleitoral n. 581 — classe 3ª — Minas Geraes — Recorrente: Partido Progressista de Botelhos e recorrido, Partido Commercio e Lavoura de Botelhos.

Recurso eleitoral n. 616 — classe 3ª Mato Grosso — recorrente: Procurador Regional e recorrido, Tribunal Regional do Estado de Mato Grosso.

Acordãos publicados na secretaria

Recurso de Mandado de Segurança n. 71 — classe 1ª — Santa Catharina — Relator, Sr. professor Candido de Oliveira Filho.

Processo n. 79 — classe 7ª — Sergipe — Relator, senhor desembargador Ovidio Romceiro.

Processo n. 82 — classe 7ª — Distrito Federal — Relator, Sr. ministro Plinio Casado.

Processo n. 8.083 — classe 6ª — Rio Grande do Norte — Relator, Sr. ministro Plinio Casado.

SEGUNDA SEÇÃO

Documentos arquivados:

Um officio n. 421, do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Norte, junto as terceiras vias de titulos eleitoraes.

Um officio n. 286, do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco, acompanhado de terceiras vias de titulos eleitoraes.

Um officio n. 287, do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco, incluso a copia da acta da 319ª sessão ordinaria.

Um officio n. 180, do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Sergipe, com as terceiras vias de titulos eleitoraes.

Dois officios numeros 3.937 e 3.938, do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, communicando que foram annuaciadas as transferencias de dois eleitores.

7.643 terceiras vias de titulos eleitoraes de diversas zonas do Distrito Federal.

Boletim Eleitoral

Foi organizado e publicado o n. 40, do "Boletim Eleitoral".

Arquivo Eleitoral

Inscrições arquivadas até hoje, de accordo com o art. 19 letra a do Código Eleitoral e art. 53 letra a do Regimento Interno.

- 9.641. Narciso Ferreira Borges — N. 8.337 — Para.
- 9.642. Enéas Brunett — N. 2.282 — Distrito Federal.
- 9.643. Antonio Firmino Bastos — N. 3.042 — Parahyba.
- 9.644. Antonio Fernandes Cuyabano — N. 36.951 — Alagoas.
- 9.645. Henrique Ferreira Coelho — N. 5.073 — Distrito Federal.
- 9.646. Anastacio Fabio de Camargo — N. 7.171 — Distrito Federal.
- 9.647. Nicacio de Farias de Canuto — N. 58.502 — Parahyba do Norte.
- 9.648. Antonio Ferreira do Carmo — N. 35.830 — Distrito Federal.
- 9.649. Antonio Francisco do Carmo — N. 69.219 — Parahyba do Norte.
- 9.650. Antonio Freire Cravo — N. 35.475 — Sergipe.
- 9.651. Dionisio Ferreira de Carvalho — N. 4.283 — Bahia.
- 9.652. Norberto Ferreira de Carvalho — N. 581 — Bahia.
- 9.653. Antonio Ferreira da Costa — N. 58.373 — Parahyba do Norte.
- 9.654. Nestor Fernandes da Costa — N. 59.520 — Distrito Federal.
- 9.655. Antonio Fagundes da Costa — N. 1.492 — Sergipe.
- 9.656. Antonio Ferreira da Costa — N. 5.302 — Distrito Federal.
- 9.657. Antonio Francisco da Costa — N. 5.052 — Distrito Federal.
- 9.658. Sindulfo Fernandes Coutinho — N. 9.173 — Amazonas.
- 9.659. Henrique Ferreira Chaves — N. 60.608 — Distrito Federal.
- 9.660. Analia Fernandes Chaves — N. 7.033 — Distrito Federal.
- 9.661. Antonio Fernandes Dantas — N. 7.220 — Distrito Federal.
- 9.662. Antonio Francisco Diniz — N. 2.964 — Parahyba.
- 9.663. Antonio Francisco Duarte — N. 4.746 — Distrito Federal.
- 9.664. Joana Ferreira Façanha — N. 9.293 — Piahy.
- 9.665. Angelina Figueiredo Fernandes Leite — N. 35.343 — Rio de Janeiro.
- 9.666. Nanila Fonseca de Freitas — N. 58.074 — Rio Grande do Norte.
- 9.667. Antonio Firmeza de Farias — N. 2.990 — Parahyba.
- 9.668. Antonio Francisco de Farias — N. 2.747 — Parahyba.
- 9.669. Antonio Felismino Ferreira — N. 7.684 — Distrito Federal.
- 9.670. Josino Felix Ferreira — N. 47 — Piahy.
- 9.671. André Ferreira Ferro — N. 9.700 — Piahy.
- 9.672. Anésio da França — N. 3.388 — Bahia.
- 9.673. Annibal Ferreira Feitosa — N. 36.599 — Alagoas.

- 9.674. Nilo Feitosa Ferreira Ventura — N. 59.044 — Parahyba do Norte.
 9.675. Anna Firmina de Jesus — N. 9.493 — Piauí.
 9.676. Annazaria Ferreira de Jesus — N. 5.657 — Distrito Federal.
 9.677. Antonio Felipe Galvão — N. 36.321 — Distrito Federal.
 9.678. Antonio Ferreira Gallo — N. 35.491 — Bahia.
 9.679. Antonio Seixas Gomes Filho — N. 35.413 — Distrito Federal.
 9.680. Napoleão Ferreira Gomes — N. 11.784 — Parahyba.
 9.681. André Florentino de Gouveia — N. 8.644 — Parahyba do Norte.
 9.682. Antonia Ferreira de Albuquerque — N. 37.908 — Alagoas.
 9.683. Antonio Ferreira Villas — N. 4.175 — Bahia.
 9.684. André Fernandes Silva Jacome — N. 69.099 — Distrito Federal.
 9.685. Antonio Francisco de Lacerda — N. 35.863 — Minas Geraes.
 9.686. Antonio Francisco de Salles — N. 58.324 — Parahyba do Norte.
 9.687. Antonio Francisco de Salles — N. 3.184 — Distrito Federal.
 9.688. Antonietta Ferreira da Silva Almeida — N. 4.178 — Bahia.
 9.689. Antonio Faustino da Silva Amorim — N. 58.311 — Parahyba do Norte.
 9.690. Nair Faria Almeida — N. 69.650 — Alagoas.
 9.691. Antonio Fernandes de Almeida — N. 1.473 — Bahia.
 9.692. Henrique Francisco de Almeida — N. 5.574 — Distrito Federal.
 9.693. Antonio Ferreira Lima — N. 2.583 — Amazonas.
 9.694. Antonio Francisco de Lima — N. 2.369 — Pernambuco.
 9.695. Anna Florisbella da Silva Andrade — N. 4.107 — Mato Grosso.
 9.696. Antonio Fernandes Lopes — N. 36.053 — Distrito Federal.
 9.697. Antonio Fernandes Lopes — N. 5.528 — Distrito Federal.
 9.698. Antonio Firmino Leite — N. 37.889 — Alagoas.
 9.699. Januario Felix de Oliveira — N. 58.447 — Parahyba do Norte.
 9.700. Antonio Francisco da Silveira — N. 58.918 — Parahyba do Norte.
 9.701. Antonio Florencio da Silva — N. 59.151 — Alagoas.
 9.702. Antonio Francisco Alves — N. 37.562 — Alagoas.
 9.703. Antonio Francisco de Oliveira — N. 7.386 — Distrito Federal.
 9.704. Antonio Seixas de Oliveira — N. 3.800 — Bahia.
 9.705. Anna Francisca Silva — N. 109 — Pernambuco.
 9.706. Antonio Fernandes da Silva — N. 4.360 — Bahia.
 9.707. Antonio Fernandes da Silva — N. 9.014 — Parahyba.
 9.708. Antonio Ferreira da Silva — N. 20.427 — Distrito Federal.
 9.709. Antonio Ferreira da Silva — N. 1.911 — Minas Geraes.
 9.710. Antonio Francisco da Silva — N. 4.709 — Distrito Federal.
 9.711. Antonio Francisco da Silva — N. 2.417 — Goyaz.
 9.712. Antonio Fernandes da Silva — N. 11.749 — Minas Geraes.
 9.713. Santino Fernandes da Silva — N. 9.060 — Parahyba.
 9.714. Antonio Affonso Monteiro Chaves — N. 35.418 — Distrito Federal.
 9.715. José Miguel — N. 59.556 — Distrito Federal.
 9.716. Antonio Fragoso de Mello — N. 58.240 — Alagoas.
 9.717. Antonio Ferreira de Mello — N. 35.407 — Distrito Federal.
 9.718. Antonio Francisco de Mello — N. 35.033 — Pernambuco.
 9.719. Antonio Ferreira de Mello — N. 8.054 — Distrito Federal.
 9.720. Antonia de Jesus Menezes — N. 3.868 — Sergipe.
 9.721. Antonio Francisco Motta Santos — N. 10.858 — Bahia.
 9.722. Antonio Affonso Monteiro — N. 37.307 — Alagoas.
 9.723. Antonio Ferreira Miron — N. 58.638 — Parahyba do Norte.
 9.724. Honorio Fidelis de Moura — N. 38.000 — Alagoas.
 9.725. Antonio Felix Martins — N. 11.517 — Distrito Federal.
 9.726. Antonio Ferreira da Motta — N. 1.021 — Bahia.
 9.727. Jandyr Figueredo Motta — N. 6.918 — Minas Geraes.
 9.728. Innocencio Freire da Nobrega — N. 8.753 — Parahyba do Norte.
 9.729. Antonio Firmino do Nascimento — N. 8.044 — Distrito Federal.
 9.730. Antonio Firmino Nunes — N. 67 — Pernambuco.
 9.731. Antonio Francisco Santos Souza — N. 3.297 — Distrito Federal.
 9.732. Anna Ferreira dos Santos — N. 58.070 — Rio Grande do Norte.
 9.733. Antonio Francisco dos Santos — N. 36.954 — Alagoas.
 9.734. Antonio Francisco dos Santos — N. 35.451 — Alagoas.
 9.735. Antonio Ferreira de Sant'Anna — N. 5.435 — Distrito Federal.
 9.736. Anizio Fernandes dos Santos — N. 20.370 — Distrito Federal.
 9.737. Antonio Ferreira dos Santos — N. 3.277 — Pernambuco.
 9.738. Antonio Fernandes dos Santos — N. 4.486 — Bahia.
 9.739. Antonio Ferrais dos Santos — N. 9.607 — Piauí.
 9.740. Antonio Ferreira dos Santos — N. 7.700 — Distrito Federal.
 9.741. Antonio Florencio dos Santos — N. 7.697 — Distrito Federal.
 9.742. Antonio França Santos — N. 1.109 — Bahia.
 9.743. Antonio Francisco dos Santos — N. 2.813 — Parahyba.
 9.744. Antonio Francisco dos Santos — N. 4.984 — Distrito Federal.
 9.745. Honorio Francisco dos Santos — N. 3.735 — Bahia.
 9.746. Nomezio Francisco dos Santos — N. 4.306 — Bahia.
 9.747. Antonio Francisco Neves — N. 8.516 — Goyaz.
 9.748. Junia Feitosa da Paixão — N. 26.206 — Distrito Federal.
 9.749. Anacleto Ferreira de Paula — N. 1.536 — Goyaz.
 9.750. Jandyr Franco Paim — N. 29.396 — Distrito Federal.
 9.751. Antonio Francisco Pinho — N. 59.716 — Distrito Federal.
 9.752. Antonio Ferreira Pinto — N. 58.339 — Parahyba do Norte.
 9.753. Nestor Ferreira Pinto — N. 35.690 — São Paulo.
 9.754. Antonio Fernandes Pinto — N. 8.146 — Distrito Federal.
 9.755. Enedina Fialho Pinto — N. 4.142 — Bahia.
 9.756. Antonio Francisco Pontes — N. 155 — Distrito Federal.
 9.757. Antonio Fortunato Porto de Souza — N. 10.817 — Bahia.
 9.758. Antonio Felisbino Pereira — N. 9.955 — Santa Catharina.
 9.759. Antonio Francisco Pereira — N. 9.460 — Piauí.
 9.760. Joanna Francisca de Souza — N. 58.453 — Parahyba do Norte.
 9.761. Quintino Francisco de Souza — N. 36.405 — Distrito Federal.
 9.762. Januario Ferreira de Souza — N. 69.873 — Parahyba.
 9.763. Quintino Francisco de Souza — N. 58.521 — Parahyba do Norte.
 9.764. Antonio Ferreira de Paiva — N. 35.483 — Rio Grande do Norte.
 9.765. Antonio Ferreira de Souza — N. 7.089 — Distrito Federal.
 9.766. Antonio Ferreira de Souza — N. 8.175 — Amazonas.
 9.767. Antonio Ferreira de Souza — N. 9.108 — Piauí.
 9.768. Antonio Francisco de Souza — N. 6.829 — Bahia.
 9.769. Suzanna Ferreira de Souza — N. 6.336 — Amazonas.
 9.770. Antonio Farias de Araujo — N. 69.052 — Alagoas.
 9.771. Antonio Flor de Araujo — N. 58.516 — Parahyba do Norte.
 9.772. Antonio Florentino de Araujo — N. 2.933 — Parahyba do Norte.
 9.773. Antonio Francisco de Araujo — N. 8.752 — Parahyba do Norte.
 9.774. Antonio Francisco de Araujo — N. 9.361 — Piauí.
 9.775. Nelson Freitas da Rocha — N. 8.101 — Distrito Federal.
 9.776. Antonio Forjaz de Araujo Coutinho — N. 5.839 — Distrito Federal.
 9.777. José de Azeredo — N. 59.985 — Distrito Federal.
 9.778. Ananias Felix dos Reis — N. 10.511 — Bahia.

- 9.779. André Francelino Reis — N. 5.047 — Districto Federal.
- 9.780. Antonio Fernandes Ramos — N. 50 — Piauí.
- 9.781. Anfrizio de Farias Reinaldo — N. 59.256 — Parahyba do Norte.
- 9.782. Anna Ferreira Raposo — N. 59.121 — Parahyba do Norte.
- 9.783. Ignacia Ferreira Raposo — N. 59.120 — Parahyba do Norte.
- 9.784. Antonio Francisco da Rosa — N. 7.450 — Districto Federal.
- 9.785. Antonio Ferreira Téjo — N. 58.619 — Parahyba do Norte.
- 9.786. Antonio Francisco Viegas — N. 35.366 — Bahia.
- 9.787. Antonio Francisco de Avellar — N. 6.128 — Districto Federal.
- 9.788. Antonio Francisco Vianna — N. 5.014 — Districto Federal.
- 9.789. Onofre Victoriano — N. 4.978 — Districto Federal.
- 9.790. Antonio Sabino de Brito — N. 69.253 — Districto Federal.
- 9.791. Eneás Barbosa de Barros — N. 2.178 — Districto Federal.
- 9.792. Antonio Abelardo de Brito — N. 3.781 — Bahia.
- 9.793. Antonio Baptista Biltencourt — N. 59.712 — Districto Federal.
- 9.794. Antonio Benjamin Barreiros Terra — N. 59.910 — Districto Federal.
- 9.795. Anísio Sãão Caldeira Bastos — N. 9.036 — Districto Federal.
- 9.796. Inah Coelho — N. 5.501 — Districto Federal.
- 9.797. Narciso Brasil Conceição — N. 35.522 — S. Paulo.
- 9.798. Antonio Balbino da Costa Neves — N. 4.332 — Bahia.
- 9.799. Nathaniel Sobreira de Carvalho — N. 59.924 — Districto Federal.
- 9.800. Henriqueta Braune Coralli — N. 60.878 — Districto Federal.
- 9.801. Antonio Balbino de Carvalho Filho — N. 36.167 — Districto Federal.
- 9.802. Anna Cyrillo — N. 59.100 — Parahyba do Norte.
- 9.803. Anna Isabel de Carvalho — N. 9.550 — Piauí.
- 9.804. Annibal de Carvalho — N. 20.406 — Districto Federal.
- 9.805. Joanna Bandeira Carvalho — N. 76 — Pernambuco.
- 9.806. Jandyr Izabel Cordeiro — N. 1.541 — Goyaz.
- 9.807. Napoleão Bezerra Corrêa — N. 8.332 — Pará.
- 9.808. Antonio Job da Cruz — N. 4.780 — Minas Geraes.
- 9.809. Antonio Barnabé da Costa — N. 36.794 — Alagoas.
- 9.810. Antonio Bertholdo de Couto — N. 69.691 — Alagoas.
- 9.811. Antonio Barreto de Castro — N. 40.888 — Bahia.
- 9.812. Antonio Bezerra da Costa — N. 9.030 — Parahyba.
- 9.813. Antonio Bezerra Cavalcanti — N. 37.530 — Alagoas.
- 9.814. Antonio Bezerra Cavalcanti — N. 37.446 — Alagoas.
- 9.815. Osana Dias — N. 69.789 — Alagoas.
- 9.816. Antonio Euzébio Ferreira Lopes — N. 10.702 — Bahia.
- 9.817. Henrique Bento de Faria — N. 69.409 — Districto Federal.
- 9.818. Analia Sebastiana de Faria Soares — N. 59.713 — Districto Federal.
- 9.819. Antonio Braga de Farias — N. 9.720 — Rio de Janeiro.
- 9.820. Antonio Abrantes Ferreira Sebrinho — N. 11.773 — Parahyba.
- 9.821. Noemia Brito Furtado — N. 4.417 — Bahia.
- 9.822. Nelson Bueno da Fonseca Ramos — N. 5.735 — Districto Federal.
- 9.823. Joanna Barbosa de Jesus — N. 3.977 — Sergipe.
- 9.824. Joanna Guedes — N. 6.851 — Bahia.
- 9.825. Antonio Bispo Gomes — N. 3.725 — Bahia.
- 9.826. Antonio Bonifácio Gomes — N. 1.476 — Bahia.
- 9.827. Annibal Garcia — N. 7.447 — Districto Federal.
- 9.828. Angelina Barbosa Guerra — N. 8.573 — Pernambuco.
- 9.829. Antonio Borges Leal Castello Branco Filho — Numero 69.239 — Districto Federal.
- 9.830. Joanna de Albuquerque — N. 58.709 — Parahyba do Norte.
- 9.831. Joanna Albuquerque — N. 8.850 — Parahyba do Norte.
- 9.832. Antonio Bueno Lobo — N. 4.604 — Bahia.
- 9.833. Annibal Salgueiro — N. 1.306 — Bahia.
- 9.834. Antonio Bossa Leal — N. 36.012 — Districto Federal.
- 9.835. Noemia Barbosa Leal — N. 8.574 — Pernambuco.
- 9.836. Antonio Braz de Lima — N. 36.890 — Alagoas.
- 9.837. Antonio Sobrinho de Lima — N. 59.168 — Alagoas.
- 9.838. Antonio Bento Silva Lima — N. 37.503 — Alagoas.
- 9.839. Antonio Bento de Lima — N. 3.039 — Parahyba.
- 9.840. Antonio Bento de Lima — N. 6.354 — Amazonas.
- 9.841. Norberto Baptista de Lima — N. 9.150 — Parahyba.
- 9.842. Januaria Baptista Lima — N. 59.207 — Parahyba do Norte.
- 9.843. Anna Kauling — N. 9.939 — Santa Catharina.
- 9.844. Antonio de Barros Alencar — N. 60.112 — Districto Federal.
- 9.845. Antonio Bemes Lopes — N. 35.487 — Districto Federal.
- 9.846. Anna Barreto Lopes — N. 37.519 — Alagoas.
- 9.847. Neusa Bezerra Leite — N. 36.777 — Alagoas.
- 9.848. Saint-Clair Bento da Silva — N. 60.468 — Districto Federal.
- 9.849. Ananias Bezerra da Silva — N. 58.848 — Parahyba do Norte.
- 9.850. Antonio Bellarmino de Oliveira — N. 58.628 — Parahyba do Norte.
- 9.851. Nelson Beraldinelli de Oliveira — N. 59.661.
- 9.852. Antonio de Barros e Silva — N. 59.039 — Parahyba do Norte.
- 9.853. Nestor Bezerra da Silva — N. 59.316 — Parahyba do Norte.
- 9.854. Antonio Barbosa da Silva — N. 37.864 — Alagoas.
- 9.855. Ananias Bello Silva — N. 7.278 — Districto Federal.
- 9.856. Antenor Barbosa Silva — N. 5.849 — Districto Federal.
- 9.857. Antonio Barbosa da Silva — N. 1.950 — Sergipe.
- 9.858. Antonio Barbosa da Silva — N. 1.430 — Bahia.
- 9.859. Honorio Berto da Silva — N. 59.167 — Alagoas.
- 9.860. Antonio Baylon da Silva — N. 7.620 — Districto Federal.
- 9.861. Joanna Beltrão da Silva, n. 8.349, Pará.
- 9.862. Jonas da Silva, n. 3.981, Sergipe.
- 9.863. Noemia Iabel da Silva, n. 8.488, Matto Grosso.
- 9.864. Anna Bella Silveira, n. 1.626, Sergipe.
- 9.865. Jonas Machado, n. 36.996, Alagoas.
- 9.866. Antonio Braga Machado, n. 35.413, Minas Geraes.
- 9.867. Antenor Barbosa de Mattos Corrêa, n. 9.719, Rio de Janeiro.
- 9.868. Antonio Bento de Mello e Alvim, n. 5.246, Districto Federal.
- 9.869. Antonio Bandeira de Mello, n. 7.344, Districto Federal.
- 9.870. Henrique Bueno Sampaio, n. 7.539, Districto Federal.
- 9.871. Nelson Bandeira Morcira, n. 60.176, Districto Federal.
- 9.872. João de Moura Filho, n. 36.923, Alagoas.
- 9.873. Antonio Sebastião de Maria, n. 58.523, Parahyba do Norte.
- 9.874. Amalia Isabel Martins, n. 9.718, Rio de Janeiro.
- 9.875. Antonio Bispo de Moraes, n. 1.659, Sergipe.
- 9.876. Antonia Barbosa Moreira, n. 8.350, Pará.
- 9.877. Nicanor Bernardes da Motta, n. 4.184, Bahia.
- 9.878. Antonio Brelem dos Santos Bastos, n. 5.618, Districto Federal.
- 9.879. Antonio Baptista do Nascimento, n. 69.619, Alagoas.
- 9.880. Napoleão Bezerra Santa Cruz, n. 53.984, Parahyba do Norte.
- 9.881. Antonio Balinga do Nascimento, n. 59.110, Parahyba do Norte.
- 9.882. Anísio Borges do Nascimento, n. 3.923, Sergipe.
- 9.883. Antonio Barreto do Nascimento, n. 9.535, Piauí.
- 9.884. Joanna Barbosa Nascimento, n. 10.777, Bahia.
- 9.885. Antonio Barcellos Jones Filho, n. 60.410, Districto Federal.
- 9.886. Henrique de Sá Nogueira, n. 60.549, Districto Federal.
- 9.887. Antonio Bráulio Nogueira, n. 4.156, Bahia.
- 9.888. Angelina de Brito Nolasco, n. 4.425, Bahia.
- 9.889. Antonio Sebastião dos Santos, n. 58.269, Alagoas.
- 9.890. Angelo Bispo dos Santos, n. 69.822, Alagoas.
- 9.891. Anísio Bispo de Sant'Anna, n. 69.781, Alagoas.
- 9.892. Antonio Barbosa dos Santos, n. 58.850, Parahyba do Norte.
- 9.893. Antonio Baptista dos Santos, n. 37.788, Alagoas.
- 9.894. Eozana Santos, n. 37.472, Alagoas.

- 9.895. Agisio Bispo de Sant'Anna, n. 1.368, Bahia.
 9.896. Anna dos Santos, n. 5.287, Distrito Federal.
 9.897. Antonio Abbade de Sant'Anna, n. 558, Bahia.
 9.898. Anisio Balbino dos Santos, n. 2.670, Parahyba.
 9.899. Antonio Bastos Santos, n. 294, Distrito Federal.
 9.900. Antonio Bentes dos Santos, n. 6.310, Amazonas.
 9.901. Antonio Bispo dos Santos, n. 592, Bahia.
 9.902. Antonio Bispo dos Santos, n. 970, Bahia.
 9.903. Antonio Bispo dos Santos, n. 3.464, Bahia.
 9.904. Honorato Bortes dos Santos, n. 10.553, Pará.
 9.905. Santiago Bispo dos Santos, n. 3.669, Bahia.
 9.906. Dr. Mario Jansen de Faria, n. 59.947, Distrito Federal.
 9.907. Joaquim Antonio de Franca, n. 69.857, Parahyba.
 9.908. Manoel Fernandes Filho, n. 36.657, Alagoas.
 9.909. Manoel Ferreira Filho, n. 59.260, Parahyba do Norte.
 9.910. Maria d'Annuniação Fragoso, n. 37.949, Alagoas.
 9.911. Manoel Antonio Fernandes, n. 7.905, Distrito Federal.
 9.912. Manoel Ferreira, n. 7.006, Distrito Federal.
 9.913. Manoel Firmino Filho, n. 8.739, Parahyba do Norte.
 9.914. Maria Joaquina de Franca, n. 4.003, Sergipe.
 9.915. Manoel Frazão, n. 7.737, Distrito Federal.
 9.916. Amaury Nabuco de Freitas, n. 2.207, Distrito Federal.
 9.917. Manoel Feitosa, n. 69.800, Alagoas.
 9.918. Maria Anna de Jesus, n. 98, Pernambuco.
 9.919. Maria Santana de Jesus, n. 2.016, Sergipe.
 9.920. Manoel Gabriel Filho, n. 8.762, Parahyba do Norte.
 9.921. Amelia Santos Guerra Leal, n. 35.434, Distrito Federal.
 9.922. Manoel Guilherme, n. 4.846, Distrito Federal.
 9.923. Manoel Nascimento Guimarães, n. 38.434, Distrito Federal.
 9.924. Manoel Ignacio Filho, n. 69.300, Distrito Federal.
 9.925. Amínthas Gonçalves, n. 66.270, Sergipe.
 9.926. Manoel Hygino Sobrinho, n. 58.889, Parahyba do Norte.
 9.927. Manoel Gonçalves, n. 6.147, Distrito Federal.
 9.928. Manoel Ignacio, n. 2.442, Goyaz.
 9.929. Mario Henrique Gaspar, n. 69.199, Distrito Federal.
 9.930. Euzébio Nunes de Góes, n. 66.261, Sergipe.
 9.931. Amínthas Aguiar, n. 3.894, Sergipe.
 9.932. Simão Góes, n. 36.904, Alagoas.
 9.933. Joaquim Henrique de Gouveia, n. 8.892, Parahyba do Norte.
 9.934. Maria Henriques de Gouveia, n. 8.886, Parahyba do Norte.
 9.935. Maria Nascimento de Albuquerque, n. 8.384, Pará.
 9.936. Manoel de Andrade Salles, n. 69.824, Alagoas.
 9.937. Maria Antonia de Jesus, n. 10.803, Bahia.
 9.938. Maria Angelica de Albuquerque Lins Corrêa Goadim, n. 59.058, Alagoas.
 9.939. Manoel Kirby — N. 5.405 — Distrito Federal.
 9.940. Amaro Nepluno de Alcantara Oliveira — N. 60.047 — Distrito Federal.
 9.941. Manoel Uliesses — N. 66.084 — Sergipe.
 9.942. Joaquim dos Santos Leal — N. 9.117 — Parahyba.
 9.943. Manoel de Lima — N. 36.894 — Alagoas.
 9.944. Joaquim Antonio de Lima — N. 58.812 — Parahyba do Norte.
 9.945. Amancio de Almeida — N. 7.823 — Distrito Federal.
 9.946. Joaquim André de Almeida — N. 9.100 — Parahyba.
 9.947. Manoel de Almeida — N. 20.459 — Distrito Federal.
 9.948. Manoel Antonio de Lima — N. 8.580 — Pernambuco.
 9.949. Manoel Jesuino Lima — N. 2.931 — Parahyba.
 9.950. Maria das Neves Lima — N. 8.185 — Amazonas.
 9.951. Simão André de Lima — N. 8.841 — Parahyba do Norte.
 9.952. Joaquim Antonio de Alencar — N. 9.498 — Piauí.
 9.953. Maria Engracia Alvares Andrade — N. 4.597 — Piauí.
 9.954. Miguel Angelo Leone — N. 5.599 — Distrito Federal.
 9.955. Manoel Lapa — N. 35.895 — Rio de Janeiro.
 9.956. Manoel Lopes — N. 35.806 — Portugal — Brasil.
 9.957. Manoel Laurindo Filho — N. 69.761 — Alagoas.
 9.958. Manoel Kilzer Netto — N. 8.561 — Distrito Federal.
 9.959. Maria dos Santos Silva — N. 66.126 — Sergipe.
 9.960. Moema Azanha d'Oliveira — N. 59.593 — Distrito Federal.
 9.961. Esmeria Henrique de Oliveira — N. 59.624 — Distrito Federal.
 9.962. Simão Antunes da Silva — N. 58.227 — Alagoas.
 9.963. Maria Nunes de Oliveira — N. 58.335 — Parahyba do Norte.
 9.964. Maurina Navarro de Oliveira — N. 58.632 — Rio Grande do Norte.
 9.965. Maria Nina da Silva — N. 69.458 — Distrito Federal.
 9.966. Maria da Natividade Alves — N. 69.809 — Alagoas.
 9.967. Amaro Antonio da Silva — N. 36.149 — Distrito Federal.
 9.968. Joaquim Antonio da Silva — N. 53.863 — Parahyba do Norte.
 9.969. Manoel Nilo da Silva — N. 58.775 — Parahyba do Norte.
 9.970. Maria das Neves e Silva — N. 58.993 — Parahyba do Norte.
 9.971. Mario Antonio da Silva — N. 35.513 — Distrito Federal.
 9.972. Manoel da Silva — N. 35.397 — Distrito Federal.
 9.973. Joaquim Antunes da Silva — N. 59.146 — Alagoas.
 9.974. Simão Aquino de Oliveira — N. 37.273 — Alagoas.
 9.975. Emanuel Oliveira — N. 37.147 — Alagoas.
 9.976. Manoel dos Anjos Alves — N. 463 — Bahia.
 9.977. Manoel Antonio Alves — N. 190 — Distrito Federal.
 9.978. Amancio de Oliveira — N. 3.357 — Distrito Federal.
 9.979. Emericiana Nunes de Oliveira — N. 1.521 — Goyaz.
 9.980. Jayme Antonio de Oliveira — N. 5.365 — Distrito Federal.
 9.981. Manoel de Oliveira — N. 7.189 — Distrito Federal.
 9.982. Manoel Antonio de Oliveira — N. 3.935 — Sergipe.
 9.983. Manoel Honorato de Oliveira — N. 9.144 — Parahyba.
 9.984. Maria da Nobrega Oliveira — N. 8.630 — Parahyba do Norte.
 9.985. Joaquim Antonio da Silva — N. 10.635 — Pará.
 9.986. Manoel da Silva — N. 123 — Distrito Federal.
 9.987. Manoel da Silva — N. 5.783 — Distrito Federal.
 9.988. Manoel Antonio da Silva — N. 11.577 — Distrito Federal.
 9.989. Manoel Henriques da Silva — N. 2.702 — Parahyba.
 9.990. Manoel Neves da Silva — N. 6.780 — Bahia.
 9.991. Maria Antonia da Silva — N. 11.637 — Santa Catharina.
 9.992. Mario Anastacio da Silva — N. 4.957 — Distrito Federal.
 9.993. Mario Enrique da Silva — N. 5.129 — Distrito Federal.
 9.994. Mauricio do Nascimento Silva — N. 2.189 — Distrito Federal.
 9.995. Miguel de Andrade e Silva — N. 7.943 — Distrito Federal.
 9.996. Miguel Januario da Silva — N. 9.456 — Piauí.
 9.997. Miguel Nunes da Silva — N. 8.891 — Parahyba do Norte.
 9.998. Maria Anamira Amado Batalba — N. 1.953 — Sergipe.
 9.999. Americo dos Santos Machado — N. 60.861 — Distrito Federal.
 10.000. Manoel Antunes Macieira — N. 69.362 — Distrito Federal.
 10.001. Maria Anna de Macedo — N. 58.508 — Parahyba do Norte.
 10.002. Manoel Nicolau Machado — N. 820 — Bahia.
 10.003. Manoel Medeiros Filho — N. 59.522 — Distrito Federal.
 10.004. Maria de Aquino Medeiros — N. 36.619 — Alagoas.
 10.005. Maria Antonieta Amado Dantas — N. 10.790 — Bahia.
 10.006. Manoel Antonio Matra Netto — N. 60.679 — Distrito Federal.
 10.007. Maria Antonieta Magalhães Jesus — N. 4.517 — Bahia.
 10.008. Manoel Nunes Magalhães — N. 37.900 — Alagoas.
 10.009. Manoel C. B. de Magalhães — N. 37.274 — Alagoas.

- 10.010. Joaquim Antonio de Magalhães — N. 37.177 — Alagoas.
 10.011. Jayme dos Santos Imaginario — N. 66.487 — Distrito Federal.
 10.012. Manoel Magalhães — N. 11.796 — Parahyba.
 10.013. Maria Nicacia Melo — N. 35.699 — Alagoas.
 10.014. Manoel de Amlil — N. 59.430 — Distrito Federal.
 10.015. Maria das Neves de Melo — N. 37.982 — Alagoas.
 10.016. Manoel Malaquias — N. 1.152 — Bahia.
 10.017. Maria Neuza Miranda Monteiro — N. 66.394 — Distrito Federal.
 10.018. Manoel Amendoeira — N. 59.658.
 10.019. Manoel Antonio Martins — N. 60.075 — Distrito Federal.
 10.020. Manoel Maria — N. 53.433 — Parahyba do Norte.
 10.021. Manoel de Moura — 69.060 — Alagoas.
 10.022. Maria Nazareth Martins — N. 37.696 — Alagoas.
 10.023. Manoel Maria Sobrinho — N. 2.675 — Parahyba.
 10.024. Manoel Maura — N. 7.928 — Distrito Federal.
 10.025. Mario Andrade Meira — N. 11.543 — Distrito Federal.
 10.026. Arcanjo dos Santos Moraes — N. 4.103 — Mato Grosso.
 10.027. Joaquim Antonio de Moraes — N. 3.304 — Distrito Federal.
 10.028. Maria Nunes da Mata — N. 4.579 — Bahia.
 10.029. Joaquim Nicolau da Mota — N. 9.533 — Piahy.
 10.030. Manoel do Nascimento — N. 59.817 — Distrito Federal.
 10.031. Manoel Antonio Anacleto — N. 5.186 — Distrito Federal.
 10.032. Manoel do Nascimento — N. 2.253 — Distrito Federal.
 10.033. Manoel do Nascimento — N. 7.456 — Distrito Federal.
 10.034. Manoel dos Santos Nascimento — N. 6.129 — Distrito Federal.
 10.035. Manoel Osmundo de Andrade — N. 36.819 — Alagoas.
 10.036. Manoel dos Santos Andrade — N. 59.518 — Distrito Federal.
 10.037. Miguel do Nascimento Andrade — N. 36.535 — Alagoas.
 10.038. Manoel Scullica de Andrade — N. 58.597 — Parahyba do Norte.
 10.039. Manoel da Andrade — N. 9.747 — Rio de Janeiro.
 10.040. Manoel Rozendo de Andrade Lima — N. 60.672 — Distrito Federal.
 10.041. Manoel Nunes — N. 36.676 — Alagoas.
 10.042. Manoel Nunes — N. 36.233 — Distrito Federal.
 10.043. Mario Antonio Nery — N. 4.147 — Bahia.
 10.044. Maria Onofre Rodrigues — N. 9.421 — Piahy.
 10.045. Manoel Antonio dos Santos — N. 66.466 — Distrito Federal.
 10.046. Emilia Nogueira dos Santos — N. 66.244 — Sergipe.
 10.047. Manoel dos Santos — N. 59.559 — Distrito Federal.
 10.048. Maria das Neves dos Santos — N. 58.479 — Parahyba do Norte.
 10.049. Manoel Antonio dos Santos — N. 69.810 — Alagoas.
 10.050. Manoel Antonio — N. 35.179 — Distrito Federal.
 10.051. Manoel Antonucci — N. 7.940 — Distrito Federal.
 10.052. Manoel Nascimento Sanjana — N. 790 — Bahia.
 10.053. Osmundo Antonio de Santana — N. 3.765 — Bahia.
 10.054. Manoel dos Santos — N. 3.222 — Distrito Federal.
 10.055. Manoel dos Santos — N. 4.260 — Bahia.
 10.056. Manoel Antonio Santos — N. 36 — Piahy.
 10.057. Manoel Antonio dos Santos — N. 1.972 — Sergipe.
 10.058. Manoel Antonio dos Santos — N. 7.793 — Distrito Federal.
 10.059. Manoel Antonio dos Santos — N. 5.665 — Distrito Federal.
 10.060. Manoel Antonio dos Santos — N. 1.339 — Bahia.
 10.061. Manoel Nascimento dos Santos — N. 6.583 — Bahia.
 10.062. Maria Nerina dos Santos — N. 3.922 — Sergipe.
 10.063. Manoel de Santana Neves — N. 60.091 — Distrito Federal.
 10.064. Manoel Paz Sobrinho — N. 6.128 — Amazonas.
 10.065. Moacyr dos Santos Pacobahiba — N. 60.402 — Distrito Federal.
 10.066. Manoel Pedro — N. 4.057 — Sergipe.
 10.067. Manoel dos Anjos Espozel — N. 60.596 — Distrito Federal.
 10.068. Menotti Palmieri — N. 4.87 — Distrito Federal.
 10.069. Amelia dos Santos Paula — N. 2.230 — Distrito Federal.
 10.070. Amelio da Nobrega Espirito Santo — N. 60.954 — Distrito Federal.
 10.071. Manoel do Nascimento Pontes — 59.545 — Distrito Federal.
 10.072. Manoel Pinheiro — N. 59.639 — Distrito Federal.
 10.073. Manoel Antonio Pinheiro — N. 3.718 — Bahia.
 10.074. Manoel Jansen de Paiva Pinto — N. 58.926 — Parahyba do Norte.
 10.075. Mario Nolasco Pires — N. 60.984 — Distrito Federal.
 10.076. Manoel Paranhos Filho — 5.951 — Distrito Federal.
 10.077. Mario dos Santos Paranhos — N. 5.655 — Distrito Federal.
 10.078. Manoel Pereira — N. 3.186 — Distrito Federal.
 10.079. Manoel de Souza — N. 36.033 — Distrito Federal.
 10.080. Manoel Henrique de Souza — N. 59.174 — Alagoas.
 10.081. Joaquim Antonio da Souza — N. 59.166 — Alagoas.
 10.082. Manoel Jauuario de Souza — N. 9.954 — Santa Catharina.
 10.083. Manoel Nascimento de Souza — N. 6.593 — Bahia.
 10.084. Maria Antonio de Souza — N. 6.418 — Pernambuco.
 10.085. Maria Nunes Souza — N. 1.108 — Bahia.
 10.086. Maria Nazareth de Souza — N. 9.543 — Piahy.
 10.087. Maria Santa de Souza — N. 9.463 — Piahy.
 10.088. Maria Andrelina de Araujo — N. 66.152 — Sergipe.
 10.089. Manoel Rabello Netto — N. 59.870 — Distrito Federal.
 10.090. Manoel dos Santos Ribeiro — N. 59.870 — Distrito Federal.
 10.091. Joaquim Quintiliano de Araujo — N. 36.650 — Alagoas.
 10.092. Manoel de Araujo — N. 36.696 — Alagoas.
 10.093. Amelia dos Santos Araujo — N. 5.277 — Distrito Federal.
 10.094. Manoel Araujo — N. 8.948 — Parahyba do Norte.
 10.095. Manoel Antonio de Araujo — N. 1.562 — Pernambuco.
 10.096. Manoel Ribeiro — N. 7.739 — Distrito Federal.
 10.097. Maria de Nazareth Rocha — N. 2.579 — Amazonas.
 10.098. Manoel Rodrigues Filho — N. 59.280 — Parahyba do Norte.
 10.099. Manoel Rodrigues — N. 440 — Distrito Federal.
 10.100. Manoel Rodrigues — N. 3.500 — Bahia.
 10.101. Manoel Rodrigues Junior — N. 3.437 — Bahia.
 10.102. Maria de Santana Soares — N. 60.576 — Distrito Federal.
 10.103. Amancio Sanches Reis — N. 59.543 — Distrito Federal.
 10.104. Esmeralda de Fonseca Reis — N. 2.557 — Amazonas.
 10.105. Manoel Soares — N. 4.915 — Distrito Federal.
 10.106. Manoel Nunes Rego — N. 196 — Distrito Federal.
 10.107. Manoel Ramos — N. 60.076 — Distrito Federal.
 10.108. Manoel Ramos Filho — N. 60.739 — Alagoas.
 10.109. Manoel Hermida Junior — N. 7.022 — Distrito Federal.
 10.110. Manoel Ramalho — N. 7.206 — Distrito Federal.
 10.111. Maria Antonieta Ribeiro de Souza — N. 60.271 — Distrito Federal.
 10.112. Manoel Quintões de Queiroz — N. 58.860 — Parahyba do Norte.
 10.113. Maria dos Anjos Raposo — N. 59.122 — Parahyba do Norte.
 10.114. Maria Natividade Araujo Peixoto — N. 1.474 — Bahia.
 10.115. Manoel de Santa Rita Ribeiro — N. 1.948 — Bahia.
 10.116. Manoel Ruiz — N. 5.006 — Distrito Federal.
 10.117. Manoel Eustachio Filho — N. 69.014 — Alagoas.
 10.118. Amandia Sieffen — N. 9.793 — Santa Catharina.
 10.119. Manoel Tidea — N. 59.552 — Distrito Federal.

- 10.120. Maria Neves Estolano da Silveira -- N. 3.254 -- Distrito Federal.
 10.121. Manoel Xisto -- N. 5.027 -- Distrito Federal.
 10.122. Manoel Teixeira -- N. 60.355 -- Distrito Federal.
 10.123. Manoel Teixeira Netto -- N. 39.565 -- Distrito Federal.
 10.124. Ambrosio Antonio Teixeira -- N. 8.499 -- Pará.
 10.125. Manoel Estevam -- N. 69.759 -- Alagoas.
 10.126. Manoel Victor Filho -- N. 3.987 -- Sergipe.
 10.127. Manoel Valeriano -- N. 37.728 -- Alagoas.
 10.128. Manoel Valladão -- N. 5.959 -- Distrito Federal.
 10.129. Maria Narette do Valle -- N. 6.384 -- Amazonas.
 10.130. Maria Santos Villaga -- N. 8.292 -- Amazonas.
 10.131. Manoel Vianna -- N. 5.862 -- Distrito Federal.
 10.132. Humberto Nunes Vieira -- N. 63.027 -- Alagoas.
 10.133. Manoel Antonio Vargas -- N. 9.874 -- Santa Catharina.
 10.134. Manoel Xavier Filho -- N. 2.935 -- Parahyba.
 10.135. Manoel Vieira Filho -- N. 66.173 -- Sergipe.
 10.136. Maria das Neves Xavier -- N. 11.881 -- Parahyba.
 10.137. Nestor Bispo dos Santos -- N. 4.348 -- Bahia.
 10.138. Sizando Ibiapino dos Santos -- N. 2.722 -- Parahyba.
 10.139. Suzana Novaes -- N. 37.342 -- Alagoas.
 10.140. Jonas Padilha -- N. 69.100 -- Distrito Federal.
 10.141. Antonio Barbosa de Souza Lima -- N. 8.870 -- Parahyba do Norte.
 10.142. Antonio Barbosa Pereira da Lucena -- N. 9.171 -- Parahyba.
 10.143. Henrique Bernard de Pinho -- N. 69.229 -- Distrito Federal.
 10.144. Antonieta Barriga Pantoja -- N. 8.258 -- Amazonas.
 10.145. Antonio Belfort Pepes -- N. 8.366 -- Pará.
 10.146. Antonio Belarmino Pereira -- N. 58.398 -- Parahyba do Norte.
 10.147. Antonio Barreto Pragner -- N. 36.013 -- Distrito Federal.
 10.148. Annibal Persico -- N. 35.467 -- Distrito Federal.
 10.149. Antonio Abade Pereira -- N. 730 -- Bahia.
 10.150. Nestor Balhães Pestana -- N. 60.026 -- Parahyba do Norte.
 10.151. Sizenando Belmiro de Paiva -- N. 59.306 -- Parahyba do Norte.
 10.152. Antonio Baptista de Souza -- N. 9.459 -- Piahy.
 10.153. Jonas de Souza Junior -- N. 5.811 -- D. Federal.
 10.154. Senhorinha Baptista de Souza -- N. 10.746 -- Bahia.
 10.155. Rosanna Barreto Serrão -- N. 53.395 -- Parahyba do Norte.
 10.156. Antonio de Sá Serrão Filho -- N. 69.886 -- Parahyba.
 10.157. Henriqueta Hesbster Roosa -- N. 59.932 -- Distrito Federal.
 10.158. Antonio de Barros Rocha -- N. 9.949 -- Piahy.
 10.159. Joanna Brandão da Rocha -- N. 11.920 -- Amazonas.
 10.160. Antonio Baptista Rodrigues -- N. 53.594 -- Parahyba do Norte.
 10.161. Antonio Baptista Soares -- N. 60.855 -- Distrito Federal.
 10.162. Anna Ubaldina dos Reis -- N. 8.994 -- Parahyba do Norte.
 10.163. Antonio Benjamin Reis Lins -- N. 58.180 -- Alagoas.
 10.164. Antonio Abilio Rodrigues Lisboa -- N. 69.394 -- Distrito Federal.
 10.165. Antenor de Assis Athanazio -- N. 59.377 -- Distrito Federal.
 10.166. Annibal Autran -- N. 5.719 -- Distrito Federal.
 10.167. Jonas Tertuliano -- N. 9.447 -- Piahy.
 10.168. Antonio Biele Tavares -- N. 58.539 -- Parahyba do Norte.
 10.169. Nestor Bastos Villas Boas -- N. 59.847 -- Distrito Federal.
 10.170. Anna Bezerra de Vasconcellos Valladares -- N. 37.152 -- Alagoas.
 10.171. Antonio da Costa Sá -- N. 35.688 -- Rio.
 10.172. Innocencio Badú Filho -- N. 59.179 -- Parahyba do Norte.
 10.173. Antonio Cavalcanti de Brito Lira -- N. 58.337 -- Parahyba do Norte.
 10.174. Antenor Calheiros Bezerra -- N. 69.697 -- Alagoas.
 10.175. Nicolina Barbosa -- N. 35.745 -- Pernambuco.
 10.176. Antonio Carvalho de Abreu -- N. 7.821 -- Distrito Federal.
 10.177. Anna da Cunha Barros -- N. 8.755 -- Parahyba do Norte.
 10.178. Ananias da Costa Baraculhy -- N. 8.989 -- Parahyba do Norte.
 10.179. Antonio Candido Bezerra -- N. 9.185 -- Parahyba.
 10.180. Antonio Couto Brandão -- N. 637 -- Bahia.
 10.181. Nelson Cardoso Brasil -- N. 7.017 -- D. Federal.
 10.182. Antonio Corrêa Brasil -- N. 5.756 -- D. Federal.
 10.183. Nicolau Aeylino de Brito -- N. 9.554 -- Piahy.
 10.184. Anarias Chaves Sebrinho -- N. 3.946 -- Sergipe.
 10.185. Antonio Costa Cabral -- N. 20 -- Minas Geraes.
 10.186. Antenor Cirio Chacon -- N. 35.945 -- São Paulo.
 10.187. Antonio Cavalcanti Calado -- N. 69.614 -- Alagoas.
 10.188. Antonio Corrêa Caldas -- N. 680 -- Bahia.
 10.189. Antonio Clemente Schmitz -- N. 9.822 -- Santa Catharina.
 10.190. Nicolau da Cunha -- N. 35.606 -- Pará.
 10.191. Henriqueta Clara Conceição -- N. 64 -- Pernambuco.
 10.192. Antonio Cardoso Corrêa -- N. 69.361 -- Distrito Federal.
 10.193. Antonio da Costa Cirne -- N. 58.338 -- Parahyba do Norte.
 10.194. Antonio Castilho Côrtes -- N. 35.410 -- Rio.
 10.195. Nicolau de Carvalho -- N. 37.640 -- Alagoas.
 10.196. Ondina Cardoso Carmo -- N. 5.079 -- D. Federal.
 10.197. Antonio do Couto Cartaxo -- N. 11.769 -- Parahyba.
 10.198. Anselmo Cardoso de Carvalho -- N. 6.738 -- Bahia.
 10.199. Antonio Cavalcanti de Carvalho -- N. 8.988 -- Parahyba do Norte.
 10.200. Antonio Coelho de Carvalho -- N. 2.934 -- Parahyba.
 10.201. Enock de Carvalho -- N. 4.208 -- Bahia.
 10.202. Antonio da Cruz Chrysostomo -- N. 4.591 -- Bahia.
 10.203. Anisia da Costa Cruz -- N. 4.144 -- Bahia.
 10.204. Encas Claudino Costa Ramos -- N. 8.820 -- Parahyba do Norte.
 10.205. Antonio Jockey do Sacramento -- N. 1.357 -- Bahia.
 10.206. Antonio Corrêa Couto -- N. 60.773 -- D. Federal.
 10.207. Nicomedes da Costa -- N. 36.187 -- D. Federal.
 10.208. Antonio Cabral Costa -- N. 249 -- D. Federal.
 10.209. Antonio Cerqueira Costa -- N. 1.222 -- Bahia.
 10.210. Antonio Jacinto Costa -- N. 3.501 -- Bahia.
 10.211. Antonio Capituiño do Couto -- N. 8.655 -- Parahyba do Norte.
 10.212. Antonio Carolino Delgado -- N. 2.891 -- Parahyba.
 10.213. Nicolau Costa Diniz -- N. 2.992 -- Parahyba.
 10.214. Nicanor da Costa Dourado -- N. 59.360 -- Distrito Federal.
 10.215. Antonio Carrasco Duarte -- N. 33.943 -- Alagoas.
 10.216. Antenor Chaves de Figueiredo -- N. 10.944 -- Bahia.
 10.217. Antonio de Castro Fernandes -- N. 4.266 -- Bahia.
 10.218. Newton de Carvalho França -- N. 60.560 -- Distrito Federal.
 10.219. Antonia da Costa de Farias -- N. 58.574 -- Parahyba do Norte.
 10.220. Antonio Caldeira Freitas -- N. 35.499 -- Pará.
 10.221. Anna Campos Ferreira -- N. 1.037 -- Bahia.
 10.222. Nicolino Ferreira -- N. 2.332 -- Distrito Federal.
 10.223. Antonio Constantino de Jesus -- N. 4.555 -- Bahia.
 10.224. Saint Clair Eugenio Leal -- N. 5.822 -- Distrito Federal.
 10.225. Antonio da Costa Guimarães -- N. 5.358 -- Distrito Federal.
 10.226. Nicanor Guimarães Filho -- N. 453 -- Distrito Federal.
 10.227. Antonio Celestino Aguiar -- N. 4.025 -- Bahia.
 10.228. Antonio Cesar de Aguiar -- N. 58.433 -- Parahyba do Norte.
 10.229. Antonio Carlos Gomes Ribeiro -- N. 29.210 -- Distrito Federal.
 10.230. Napoleão Carlos Grah -- N. 11.616 -- Santa Catharina.
 10.231. Antonio Cavalcanti de Albuquerque -- N. 58.248 -- Alagoas.
 10.232. Antonio Cavalcanti da Silva Brabo -- N. 58.184 -- Alagoas.
 10.233. Antonio Cavalcanti de Albuquerque -- N. 9.203 -- Parahyba.
 10.234. Antonio Cavalcanti de Albuquerque -- N. 3.298 -- Distrito Federal.
 10.235. Joanna Carlos de Lisboa -- N. 1.982 -- Sergipe.
 10.236. Andrelino Corrêa de Almeida -- N. 5.851 -- Distrito Federal.
 10.237. Januario Carlos de Lima -- N. 35.557 -- Alagoas.

- 10.238. Antenor Jacintho de Almeida — N. 8.045 — Distrito Federal.
- 10.239. Honoriina da Costa Almeida — N. 60.626 — Distrito Federal.
- 10.240. Antonio Caetano Almeida — N. 920 — Bahia.
- 10.241. Ondina Schindler de Almeida — N. 6.072 — Distrito Federal.
- 10.242. Antonio Cavalcanti de Lemos — N. 2.887 — Parahyba.
- 10.243. Ananias Candido de Lima — N. 370 — Distrito Federal.
- 10.244. Antonio Carlos Lima — N. 6.844 — Bahia.
- 10.245. Antonio Cesar de Lima — N. 8.047 — Distrito Federal.
- 10.246. Antonio Corrêa Lima — N. 9.518 — Piauí.
- 10.247. Nelson Candido Lima — N. 6.661 — Bahia.
- 10.248. Nelson Cardoso Loureiro — N. 59.929 — Distrito Federal.
- 10.249. Nair da Cunha Loureiro — N. 4.587 — Bahia.
- 10.250. Engracio Correia Leite — N. 37.938 — Alagoas.
- 10.251. Antonia Corrêa Leite — N. 37.839 — Alagoas.
- 10.252. Narciso Carvalho Leitão — N. 4.808 — Distrito Federal.
- 10.253. Anibal da Costa Leite — N. 7.861 — Distrito Federal.
- 10.254. Joanna da Cruz Leite — N. 10.606 — Pará.
- 10.255. Antonio Camara de Oliveira — N. 60.459 — Distrito Federal.
- 10.256. Antero Candido da Silva — N. 36.761 — Alagoas.
- 10.257. Anacleto Alves — N. 69.348 — Distrito Federal.
- 10.258. Hosana Jacintho de Oliveira — N. 58.981 — P. do Porto.
- 10.259. Antônio Corra da Silva — N. 35.930 — Distrito Federal.
- 10.260. Horacio Carreiro da Silva — N. 35.142 — Distrito Federal.
- 10.261. Angelo da Cunha Oliveira — N. 37.660 — Alagoas.
- 10.262. Anibal Acioly da Silva — N. 37.808 — Alagoas.
- 10.263. Antonio Cassimiro Alves — N. 3.247 — Pernambuco.
- 10.264. Antonio Caetano de Oliveira — N. 6.847 — Bahia.
- 10.265. Antonio Caucio Oliveira — N. 1.200 — Bahia.
- 10.266. Antonio Candido de Oliveira — N. 4.419 — Bahia.
- 10.267. Antonio Cardoso de Oliveira — N. 4.049 — Sergipe.
- 10.268. Antonio Cavalcanti de Oliveira — N. 8.893 — P. do Norte.
- 10.269. Antonio Costa Oliveira — N. 1.133 — Bahia.
- 10.270. Eunice Camilo de Oliveira — N. 11.940 — Goyaz.
- 10.271. Eunice Carvalho Oliveira — N. 4.002 — Sergipe.
- 10.272. Angier Corrêa da Silva — N. 7.104 — Distrito Federal.
- 10.273. Anna Caetana da Silva — N. 8.512 — Goyaz.
- 10.274. Antonio Candido da Silva — N. 3.354 — Distrito Federal.
- 10.275. Antonio Jacintho da Silva — N. 2.886 — Parahyba.
- 10.276. Nicanor Coelho da Silva — N. 6.536 — Bahia.
- 10.277. Osny Camara da Silva — N. 9.906 — Santa Catharina.
- 10.278. Henrique da Costa Jumbego — N. 5.899 — Distrito Federal.
- 10.279. Antonio Celestino Macedo — N. 1.235 — Bahia.
- 10.280. Anthualpa Cordovil de Magalhães — N. 35.882 — Minas Geraes.
- 10.281. Anacleto Magalhães — N. 8.260 — Amazonas.
- 10.282. Antonio Cunha de Mello — N. 60.457 — Distrito Federal.
- 10.283. Sizinio Cardoso Mello — N. 726 — Bahia.
- 10.284. Antonio Corrêa de Mello — N. 37.760 — Alagoas.
- 10.285. Nicolau Monfreda — N. 59.651.
- 10.286. Anna Cavalcante Montenegro — N. 58.114 — Rio Grande do Norte.
- 10.287. Antonio da Costa Mendes — N. 8.547 — Goyaz.
- 10.288. Nicolau Sampaio — N. 60.872 — Distrito Federal.
- 10.289. Antonio Coelho Meirelles Junior — N. 69.447 — Distrito Federal.
- 10.290. Antonio da Costa Maranhão — N. 69.875 — Parahyba.
- 10.291. Antonio Casimiro de Moraes — N. 60.911 — Distrito Federal.
- 10.292. Napoleão da Costa Mirandiba — N. 37.244 — Alagoas.
- 10.293. Antonio Jacintho Marinho — N. 7.680 — Distrito Federal.
- 10.294. Annibal da Costa Miranda — N. 60.440 — Distrito Federal.
- 10.295. Nicanor da Costa Marques — N. 2.564 — Amazonas.
- 10.296. André Cursino de Miranda — N. 3.771 — Bahia.
- 10.297. Antonio Jacintho Moraes — N. 1.112 — Bahia.
- 10.298. Antonio Cavalcante de Mello Teimoso — N. 37.335 — Alagoas.
- 10.299. Antonio Cesar da Motta — N. 4.326 — Bahia.
- 10.300. Antonio Candido Aniceto — N. 3.338 — Distrito Federal.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1937. — Renato de Paula, chefe da Segunda Seção.

Representação

Ao Sr. Director — Incluso vos devolvo o officio n. 1.201, de 27 de janeiro ultimo, da Secretaria do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral no Estado de São Paulo, cumprindo-me informar-vos que, quanto a eleitora no mesmo referida, consta o seu nome, do officio D-56, de 17 de fevereiro de 1936, da Secretaria Regional de Justiça Eleitoral no Estado de Minas, como sendo, Honoria Pacheco Bentim, transferida de São Paulo para a 75ª zona, Ouro Fino, Minas. Quanto ao eleitor José de Oliveira, transferido da 36ª zona do Estado de São Paulo, não consta sua filiação, nem outro qualquer elemento do qual se possa verificar sua identidade, de vez que se encontra incompleta a comunicação constante do alludido officio D-56, do Tribunal de Minas Geraes. Julga opportuno lembrar que esta Seção, por vezes reiteradas, tem solicitado a essa Directoria providencias junto aos Tribunales Regionaes no sentido de fazerem menção, nas comunicações referentes a transferencias de domicilio de eleitores, de todos os dados indispensaveis ao expediente desta Secretaria, como numero de inscripção, numero de titulos, zona onde primitivamente se inscreveu o eleitor, para que o serviço de transferencia seja executado com a perfeição desejada e não dê margem a irregularidades que se poderão originar de um expediente omissivo.

Comunicações

A Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Geraes foi feita a seguinte comunicação de obito: Para os fins determinados no § 3º, do artigo 6º, da lei numero 236, de 31 de julho de 1936, communico-vos que, conforme officio numero 130, de 5 do corrente, da Secretaria do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral no Estado da Parahyba, occorreu naquella região, no dia 9 de fevereiro ultimo, o obito do eleitor José Canuto Damasceno da Silveira, inscrito sob n. 2.117, em 22 de agosto de 1934, na 93ª zona — Passa Quatro — Estado de Minas Geraes, cujo titulo passo ás vossas mãos com o presente.

JURISPRUDENCIA

Revisão de provas

Foram revistas as provas dos accordãos dos seguintes processos:

Habeas-corpus n. 74 — Classe 1ª — Estado do Rio Grande do Norte — Relator o Sr. Desembargador Ovidio Romeiro.

Recurso eleitoral n. 260 — Classe 3ª — Estado da Parahyba — Relator o Sr. Ministro Plinio Casado.

Consulta n. 979 — Classe 6ª — Estado de São Paulo — Relator o Sr. Ministro Plinio Casado.

Consulta n. 1.962 — Classe 6ª — Estado de Goyaz — Relator o Sr. Ministro Plinio Casado.

Consulta n. 2.075 — Classe 6ª — Estado de Santa Catharina — Relator o Sr. Desembargador Ovidio Romeiro.

Consulta n. 2.033 — Classe 6ª — Estado do Amazonas — Relator o Sr. Desembargador Ovidio Romeiro.

ACORDÃOS PUBLICADOS

Foram mandados publicar os acordãos dos seguintes processos:

Habeas-corpus n. 74 — Classe 1ª — Estado do Rio Grande do Norte — Relator o Sr. Desembargador Ovidio Romeiro.

Recurso eleitoral n. 260 — Classe 3ª — Estado da Parahyba — Relator o Sr. Ministro Plinio Casado.

Consulta n. 979 — Classe 6ª — Estado de São Paulo — Relator o Sr. Ministro Plinio Casado.

Consulta n. 1.962 — Classe 6ª — Estado de Goyaz — Relator o Sr. Ministro Plinio Casado.

Consulta n. 2.075 — Classe 6ª — Estado de Santa Catharina — Relator o Sr. Desembargador Ovidio Romeiro.

Consulta n. 2.033 — Classe 6ª — Estado do Amazonas — Relator o Sr. Desembargador Ovidio Romeiro.

EDITAES

O bacharel Agripino Veado, director da Secretaria do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral:

Faz saber aos que o presente edital virem que, na primeira secção da Secretaria de accordo com o § 8º, do artigo 140, do Regimento Interno, no dia 16 de abril do corrente anno, ás 15 horas será aberta vista pelo prazo de 48 horas, para os interessados falarem sobre o seguinte processo eleitoral:

1 — Recurso eleitoral n. 707 — Classe 3ª, do Estado de Minas Geraes — Sendo recorrente, Oclayio Josephino do Espírito Santo; recorridos, A mesa da Camara Municipal e Prefeito da Cidade de Mariana.

Secretaria do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, em 14 de abril de 1937. — Agripino Veado.

O Bacharel Agripino Veado, director da Secretaria do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral:

Faz saber aos que o presente edital virem que, na primeira secção da Secretaria de accordo com o § 3º do art. 153 do Regimento Interno, no dia 16 de abril do corrente anno, ás 15 horas, será aberta vista pelo prazo de 10 dias para a appellada, falar na appellação criminal n. 62 do Estado do Espírito Santo, sendo appellant o Sr. Dr. Procurador Regional Eleitoral do Espírito Santo — e appellada Maria da Penha Pilanga Luria Santos.

Secretaria do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, em 14 de abril de 1937. — Agripino Veado, Director da Secretaria.

ACTA

ACTA DA 39ª SESSÃO ORDINARIA REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 1937

PRESIDENCIA DO SR. MINISTRO HERMENEGILDO DE BARROS

Aos doze dias do mez de abril do anno de mil novecentos e trinta e sete, ás nove horas, na sala das sessões do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, presentes os Juizes senhores Ministro Plinio Casado, Desembargadores Collares Moreira e Ovidio Romeiro, professores João Cabral e Candido de Oliveira Filho, presente ainda o Procurador Geral, Sr. Dr. José Maria Mac-Dowell da Costa, não havendo comparecido o Sr. Ministro Laudo de Camargo, pelo Presidente Sr. Ministro Hermenegildo de Barros, foi declarada aberta a sessão. E lida e approvada a acta da sessão anterior. Tratando dos casos que se achavam em pauta para julgamento, o Tribunal resolveu: 1º) responder a consulta do Presidente do Tribunal Regional do E. do Rio de Janeiro (proc. n. 2.085, sendo Relator o Sr. Desembargador Ovidio Romeiro) declarando que o Bacharel Alfredo de Freitas Bahiense, sendo funcionario vitalicio dos Correios e exercendo o cargo de Juiz Substituto no Tribunal Regional, está impedido de exercer funções administrativas na Secretaria do mesmo Tribunal, unanimemente; 2º) converter em diligencia o julgamento do recurso eleitoral n. 613 — 3ª Minas Geraes (Relator Sr. Desembargador Collares Moreira) sendo recorrente Sebastião Fleury e recorrido o Tribunal Regional de Minas Geraes, para que o Tribunal Regional informe em que dia foi publicado no *Diário Officiel* do Estado, o accordo pro-

ferido a 18 de setembro do anno passado, julgando valida a renuncia do Dr. Sebastião Fleury, unanimemente. No julgamento deste recurso, usaram da palavra, após o relatório, os Srs. Drs. Nestor Massena, como advogado do recorrente, Alcino Salazar, como advogado do Partido Progressista, e o Sr. Dr. Procurador Geral. Considerando o adeantado da hora o Sr. Ministro-Presidente levantou a sessão e convocou outra para o dia 14 do corrente, ás mesmas horas. Do que para constar lavrei a presente. Eu, Raul Pacheco de Me-deiros, auxiliar da Secretaria a escrevi. E eu, Agripino Veado, Secretario do Tribunal a subscrevo. — *Hermenegildo de Barros*, Presidente.

JURISPRUDENCIA

Estado do Rio Grande do Norte

"Habeas-corpus" n. 74 — Classe 1ª do art. 34 do Regimento Interno

Acórdão

Vistos, etc.

Acordam os Juizes do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, por unanimidade, não conhecer do presente recurso do "habeas-corpus" em que são requerentes João Café Filho e Raymundo Ferreira de Macedo, por ser o mesmo originário.

Rio, 15 de março de 1937. — *Hermenegildo de Barros*, Presidente. — *Ovidio Romeiro*, Relator.

Estado da Parahyba

Recurso Eleitoral n. 260 — Classe 3ª do art. 30 do Regimento Interno

Acórdão

Vistos, etc.

De conformidade com o parecer do fls. 136-141, emitido pelo Sr. Dr. Procurador Geral e que reflete a jurisprudência deste Tribunal Superior, em tema de *incompatibilidades* e *inelegibilidades* para as primeiras eleições municipais — os Juizes do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral acórdam, unanimemente, negar provimento ao recurso eleitoral número 260, em que é recorrente Lafayette Cavalcanti Corrêa de Melo, para confirmar o bem fundamentado acórdão do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Parahyba, que proclamou eleito prefeito do município de Campina Grande o doutor Vergniaud Borborema Wanderley, ora recorrido.

Rio, 9 de março de 1936. — *Hermenegildo de Barros*, Presidente. — *Plinio Casado*, Relator.

ACÓRDÃO CONFIRMADO PELO TRIBUNAL SUPERIOR

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso eleitoral:

Lafayette Cavalcanti Corrêa de Melo, candidato registrado pelo Partido Republicano Libertador, ao cargo de prefeito do município da Campina Grande, arguiu perante a Junta Especial de Aupração das eleições municipais, do 3º Circulo, a inelegibilidade do Dr. Vergniaud Borborema Wanderley, candidato ao mesmo cargo, registrado pelo Partido Progressista. Pediu que, reconhecida essa inelegibilidade, deixasse o nome deste ultimo candidato de ser levado ao mappa de apuração do pleito e, em consequencia, fosse diplomado o impugnante, unico candidato immediato em votos ao inelegivel.

Argumentou que a inelegibilidade arguida decorria de duas cousas distinctas: 1ª — o Dr. Vergniaud Wanderley não tem o gozo do direito politico de ser prefeito; 2ª — não tem o exercicio pleno do direito politico de votar, exercicio pleno esse que é exigido como condição absoluta de elegibilidade.

Passando a analisar as suas hypotheses, disse o impugnante que a Constituição Federal Brasileira de 16 de julho de 1934 prescreveu no art. 3º, § 7º, das Disposições Transitórias, que "Para as primeiras eleições dos orgaos de qualquer poder, não prevalecerão inelegibilidades, nem se exigirão requisitos especiais, exceto as qualidades de brasileiro nato e gozo dos direitos politicos." Depois de acentuar que os direitos politicos são varicos, destacando-se em direito politico de ser eleitor, de ser prefeito, vereador, deputado estadual, governador de Estado, deputado federal, senador e presidente da Republica, cada um dos quais tem requisitos especiais,

sustenta que terá o gozo do direito político de ser prefeito aquele que reunir as condições de elegibilidade do art. 93, da Constituição Estadual, do mesmo modo que terão gozo do direito político de ser eleitor, presidente da República e governador do Estado, aqueles que estiverem nas condições estabelecidas no art. 108, da Constituição Federal, no art. 52 § 5º, da mesma Constituição e no art. 44 § 2º da Constituição do Estado, respectivamente. De modo que o cidadão pode ter o gozo de um direito político, o de ser eleitor, e não ter o de qualquer outro direito político, do qual não reuna as condições essenciais. No sentido do aserto, invoca decisões do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral.

Segundo o art. 93, da Constituição Estadual, são condições de elegibilidade para os cargos de prefeito e vereadores: 1ª, ser brasileiro nato e maior de 21 anos; 2ª, ser alistado eleitor; 3ª, estar no gozo dos direitos políticos; 4ª, não estar incurso em incompatibilidade legal. O conjunto dessas condições forma o direito político de ser prefeito. O Dr. Vergniaud Wanderley não goza desse direito porque está incurso em incompatibilidade legal: foi chefe de Polícia até 27 de junho deste ano e, em seguida, Secretário de Estado da Produção até 26 de agosto, portanto, até 15 dias antes do pleito, realizado em 9 de setembro seguinte. É uma incompatibilidade prevista no art. 112, n. 2, da Constituição Federal e no art. 103, letra a, do Código Eleitoral, pois as inelegibilidades daquele dispositivo constitucional também se chamam incompatibilidades.

Pode-se objectar que a Constituição do Estado, no artigo 2º, § 2º, das Disposições Transitórias, dispensou todas as inelegibilidades e incompatibilidades. Também o fez a Federal, mas, não obstante isso, o Tribunal Superior exige que os candidatos às eleições federais de deputados e senadores preencham os requisitos dos seus arts. 24 e 29 porque, sem esses requisitos, o candidato não gozava o direito político de ser deputado ou senador.

Se o art. 93 da Constituição Estadual, não exigisse como condição para ser eleito prefeito *não estar o candidato incurso em incompatibilidade legal*, a inelegibilidade do senhor Vergniaud Wanderley existiria, por força do art. 112, n. 2, da Constituição Federal, mas deixava de prevalecer, em virtude da prescrição do art. 3º, § 7º, das Disposições Transitórias, dessa mesma Constituição. Figurando, porém, a exigência de não estar o candidato incurso em incompatibilidade legal, como condição de elegibilidade, formando, com os outros requisitos, o direito político de ser prefeito, aquele que não satisfizer essa condição é inelegível, porque não reúne os requisitos exigidos para o cargo; vale dizer, não tem o direito político de ser prefeito.

Outra condição, que o candidato impugnado não satisfaz, continua o impugnante, é a do exercício pleno do direito político de voto.

A Constituição do Estado estatuiu, no art. 2º, § 2º, das Disposições Transitórias, que "para as primeiras eleições municipais não prevalecerão incompatibilidades" impedimentos ou inelegibilidades, nem serão exigidos requisitos especiais, salvo as qualidades de brasileiro nato, o exercício pleno dos direitos políticos e mais a condição de trinta dias antes do pleito demitirem-se das respectivas funções todos os cidadãos candidatos a Prefeito que ocuparem este cargo".

Já decidiu o Tribunal Superior que é às Constituições Estaduais que compete estabelecer as condições de elegibilidade nos cargos estaduais. A própria Constituição Federal é clara a respeito, quando dispõe, no art. 83, letra i, que compete à Justiça Eleitoral decretar a perda do mandato legislativo, nos casos estabelecidos na mesma Constituição e nas Constituições dos Estados. Ainda, pelo art. 27, letra a, do Código Eleitoral, "competem aos Tribunais Regionais decretar a perda do mandato legislativo nos casos estabelecidos nas Constituições dos Estados, na Lei Orgânica do Distrito Federal ou dos Territórios".

Se às Constituições Estaduais cabe estabelecer os casos de perda de mandato, é também a elas que compete regular as condições de elegibilidade. O próprio Código Eleitoral, depois de indicar os diversos casos de inelegibilidade, dispõe, no art. 105: "Além das inelegibilidades acima mencionadas, prevalecerão por Estados e municípios as que forem estabelecidas nas Constituições e leis estaduais". Podia, portanto, a Constituição do Estado exigir para as primeiras eleições municipais, que o candidato estivesse no *exercício pleno* dos direitos políticos.

Cumpra distinguir gozo e exercício de direitos políticos, do mesmo modo que se distinguem o exercício e o gozo dos

direitos civis. Para o gozo de um direito, basta a possibilidade abstracta de exercê-lo; o exercício requer a possibilidade concreta de realização. Quem reunir as condições exigidas pela lei para ser eleitor, tem o gozo do direito político respectivo, mas o exercício desse direito só o terá quem estiver alistado.

O impugnado não podia votar na eleição de 9 de setembro e, assim, não tinha o *exercício* pleno do direito político de voto. Requereu transferência de seu domicílio eleitoral do Estado de Santa Catarina, para esta região e, de acordo com o disposto no art. 73, § 1º, do Código Eleitoral, somente poderia votar depois de decorridos três meses, contados da transferência. Mas, só em 10 de julho deste ano, foi proferido despacho julgando sua nova inscrição e mandando expedir título. Daí para 9 de setembro não decorreram os três meses exigidos pela lei. Não podia, portanto, votar nas eleições desse dia e não tinha, consequentemente, o *exercício pleno* do direito político de voto. Era inelegível.

Demonstrada a inelegibilidade do Dr. Vergniaud Wanderley, nos seus dois aspectos, o diploma de prefeito de Campina Grande deve ser conferido ao impugnante. O Código Eleitoral dispõe, no art. 152 § 3º, que "serão nulos os votos dados a candidatos ou a legendas não registradas e a cidadãos inelegíveis". É verdade que o mesmo Código estabelece, no art. 160 § 1º que si a nulidade atingir a mais de metade dos votos de um município nas eleições municipais, julgar-se-ão prejudicadas as demais votações e marcará o Tribunal Regional dia para realizar-se nova eleição, mas esse dispositivo não se aplica ao caso de nulidade de votos por inelegibilidade de candidato.

Nesse caso, como se infere de hipóteses semelhantes decididas pelo Tribunal Superior, à vista da legislação eleitoral anterior ao Código vigente e que não difere deste, considera-se o candidato inelegível como inexistente, como si não tivesse figurado na legenda. Assim, afastado o candidato impugnado, fica unicamente votado o impugnante, que deve ser diplomado, pois obteve mais de metade dos votos alcançados pelo inelegível, única exigência para a obtenção do diploma. Sempre foi esse o espírito da legislação eleitoral no Brasil e é disposição expressa do art. 5º do decreto n. 22.361, de 17 de janeiro de 1933, ainda em vigor, conforme entende o professor João Cabral.

Arrazando contra a impugnação, disse o candidato impugnado que, à vista do que dispõem o art. 3º § 7º, das Disposições Transitórias, da Constituição Federal e o art. 2º § 2º das Disposições Transitórias, da Constituição do Estado, não existe a inelegibilidade arguida. Da copiosa jurisprudência da Justiça Eleitoral se vê que o citado art. 3º § 7º prevalece acima de tudo, nas primeiras eleições para os órgãos de qualquer poder, quer o candidato seja governador, secretário de Estado ou chefe de polícia, quer seja ou não eleitor, pois o Tribunal Superior tem diplomado quem é simplesmente alistado. Cita acordãos desse Tribunal publicados no "Boletim Eleitoral" ns. 89, 113, 116, 118, 123 e 124, todos de 1935, e conclue pedindo que a impugnação seja despretada e diplomado o Dr. Vergniaud Wanderley como prefeito de Campina Grande.

Depois de ouvido o representante do Ministério Público perante a Junta, o qual opinou no sentido de se reconhecer elegível o candidato impugnado, decidiu a mesma Junta, por unanimidade, rejeitar a arguição de inelegibilidade e proclamar prefeito o Dr. Vergniaud Wanderley, a quem mandou expedir o competente diploma.

Dessa decisão, recorreu o impugnante para este Tribunal. O recurso foi tomado por termo e as partes ofereceram alegações em que insistem nos argumentos da impugnação e contra-impugnação.

Isto posto:

I. As condições de inelegibilidade para os cargos de prefeito e vereador estão enunciadas no art. 93, da Constituição do Estado:

- 1º, ser brasileiro nato e maior de vinte e um anos;
- 2º, ser alistado eleitor;
- 3º, estar no gozo dos direitos políticos;
- 4º, não estar incurso em incompatibilidade legal.

No art. 3º § 7º, das Disposições Transitórias, a Constituição Federal estabeleceu que "para as primeiras eleições dos órgãos de qualquer poder, não prevalecerão inelegibilidades, nem se exigirão requisitos especiais, exceto as qualidades de brasileiro nato e gozo dos direitos políticos".

A disposição abrange, evidentemente, as primeiras eleições para prefeitos dos municípios e para a composição das

Câmaras Municipais, órgãos que são estas e aquéles, dos poderes municipais e, assim, compreendidos na generalidade da expressão "órgão de qualquer poder". Nesse sentido é também a jurisprudência do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, expressa no acordam de 7 de outubro de 1935, nestes termos: "de acordo com os termos amplos do art. 3º § 7º das Disposições Transitorias da Constituição Federal, não prevalecerão, também para as primeiras eleições municipais, inelegibilidades, nem se exigirão requisitos especiais, exceto as qualidades de brasileiro nato e gozo dos direitos políticos" (Boletim Eleitoral n. 123, de 26 de outubro de 1935, página 2.424).

E, assim, pacífico que só as qualidades de brasileiro nato e gozo dos direitos políticos precisam reunir os candidatos aos cargos preenchíveis pelas primeiras eleições municipais.

Ao candidato proclamado prefeito de Campina Grande não se nega a qualidade de brasileiro nato. Contesta-se, porém, que ele goze dos direitos políticos, porque não goza do direito político de ser prefeito.

II. O Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, nas sessões de 4 e 6 de outubro de 1934, tomando em consideração as consultas que lhe foram dirigidas sobre quais os requisitos que, em face do art. 3º § 7º, das Disposições Transitorias, da Constituição Federal, deviam preencher os candidatos às primeiras eleições dos órgãos de qualquer poder, fixou o conceito do gozo dos direitos políticos, a que se refere essa disposição. Distinguiu, primeiramente, *gozo e exercício* de direitos, acentuando em substância, que o primeiro é a aptidão legal de uma pessoa para lograr as vantagens reconhecidas ou sancionadas em lei; o segundo, é o fato a que esse direito corresponde (Hue); é o direito em ação (Ruy Barbosa). Definiu, depois os *direitos políticos*, servindo-se dos seguintes ensinamentos de Pimenta Bueno, Araújo de Castro e Black:

Pimenta Bueno — "Os direitos políticos são as prerogativas, os atributos, faculdades, ou poder de intervenção dos cidadãos ativos no governo do seu país, intervenção direta, mais ou menos ampla, segundo a intensidade do gozo desses direitos.

São os *jus civitatis*, os direitos civis, que se referem ao poder público, que autorizam o cidadão ativo a participar na formação ou exercício da autoridade nacional, exercer o direito de eleitor, os direitos de Deputado ou Senador, a ocupar cargos políticos e a manifestar suas opiniões sobre o governo do Estado (*Direito Público Brasileiro*, n. 654, página 467).

Araújo Castro — "Direitos políticos são os que dizem respeito à participação direta ou indireta do indivíduo na administração pública e como taes geralmente privativo dos cidadãos do país" (*Manual da Constituição*, pag. 199).

Black (*Handbook of American Constitutional Law*, página 387):

Political rights are such rights as have relation to the participation of the individual, direct or indirect, in the establishment or administration of government.

Estabeleceu, finalmente, que só por ter capacidade para se alistar, o cidadão não goza dos direitos políticos, porque poderá não ter capacidade para ser Deputado ou Senador, isto é, quanto à capacidade para Deputado, não satisfazer os requisitos do art. 24, da Constituição Federal. Ac. de 6-10-1934, em consulta n. 919 — *Boletim Eleitoral* n. 64, de 5-6-1935, pags. 1.391-2).

No voto vencedor do Sr. ministro Eduardo Espinola está exposta a doutrina acolhida pelo Tribunal Superior, de que o gozo dos direitos políticos a que se refere a citada disposição transitória, não está somente no fato de ser alistável o cidadão e não ter suspensos ou perdidos os direitos políticos, mas é essencial a capacidade específica. Diz o ministro Espinola: — "Assim, ter o gozo dos direitos políticos e reunir os requisitos estabelecidos pela Constituição para que esses direitos possam ser exercidos, e não estar incluído em algum daqueles casos em que os direitos políticos se suspendem ou se perdem.

Os cidadãos que tenham perdido os direitos políticos, ou cujos direitos políticos estejam suspensos, não têm o gozo de nenhum direito político.

Desde que não haja perda ou suspensão, tem cada cidadão o gozo dos direitos políticos, cujos requisitos reuna, e desses direitos somente.

E porque divergem os requisitos dos vários direitos políticos, pode o cidadão ter o gozo de um e não o ter do outro.

Os direitos políticos que aqui nos interessam, vêm a ser: o de ser eleitor, o de candidatar-se a Deputado, e o de poder ser eleito para o Senado.

São três direitos políticos distintos, tendo cada qual seus requisitos.

1. São requisitos para ser eleitor, isto é, para ter o gozo do direito político de ser eleitor:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) ter 18 anos de idade;
- c) saber ler e escrever;
- d) não ser mendigo;
- e) não ser praça de prol, salvo os sargentos, etc.

2. São requisitos para ser elegível para a Câmara dos Deputados, isto é, para ter gozo desse direito político:

- a) ser brasileiro nato;
- b) ser eleitor;
- c) ser maior de 25 anos;
- d) em se tratando de representante das profissões — pertencer a uma associação compreendida na classe e grupo que o elegeram.

3. São requisitos para Senador, isto é, para gozar do direito de pertencer ao Senado:

- a) ser brasileiro nato;
- b) ser eleitor;
- c) ter 35 anos completos.

"Quando a Constituição declara que — para as primeiras eleições dos órgãos de qualquer poder não prevalecerão inelegibilidades, nem se exigirão requisitos especiais, excepto as qualidades de brasileiro nato e o gozo dos direitos políticos — exclue, para essas eleições, tudo quanto nela se encontra sobre inelegibilidades; exige, porém, que tenha o cidadão o gozo do direito político, a cujo exercício se propõe.

Se é candidato a Deputado, deve ter o gozo do direito político de ser elegível para a Câmara; se é candidato ao Senado, deve ter o gozo do direito político de ser elegível para o Senado". (*Boletim Eleitoral* n. 111, de 20-10-1934, página 4.787).

III — O Dr. Vergniaud Vanderlei fôra chefe da polícia até 27 de junho de 1935 e Secretário de Estado até 26 de agosto; as eleições municipais se realizaram em 9 de setembro; a Constituição Federal estabeleceu, no art. 112 n. 2, que são inelegíveis, nos Estados, os Secretários de Estado e os chefes de polícia, até um ano após a cessação definitiva das respectivas funções; logo conclui o recorrente, aquelle candidato estava incurso em incompatibilidade. E, como a não incidência em incompatibilidade é requisito para ser elegível prefeito (Constituição Estadual, art. 93 n. 4), segue-se que o mesmo candidato não gozava do direito político de ser prefeito, uma vez que o gozo desse direito requer a satisfação de todas as condições de elegibilidade impostas, para esse cargo, na Constituição Estadual.

Nessa arguição, o recorrente dá o mesmo sentido à *inelegibilidade* e à *incompatibilidade*, tanto que conclui que o candidato impugnado incorria em *incompatibilidade*, por incidir na *inelegibilidade* do art. 112 n. 2, da Constituição Federal. Mas, o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, adoptando a lição de Recio e Brunelli (*com. alla Statuto del Regno*, vol. 2º, § 428), já distinguia a *inelegibilidade* da *incompatibilidade*, conceituando a primeira como "a condição jurídica por forma da qual determinados indivíduos não podem ser eleitos, e, eleitos, nula é a eleição" e, a segunda, com "a condição jurídica pela qual o eleito validamente não pôde conservar o mandato, sinão com a renúncia a outro estado ou a outro cargo que a lei, por motivos de ordem pública, não permite acumular com a qualidade de eleito, impedindo-lhe a função, se não abre mão desse outro estado ou desse outro cargo". (Ac. de 14-10-1935, no *Boletim Eleitoral* n. 125, de 31-10-1935, pags. 2.463-1).

Assim, as *incompatibilidades*, por isso que significam impedimentos à acumulação, só aparecem depois que, com a eleição, ha mandato conferido. De incompatibilidade trata a Constituição Federal, no art. 38, supondo-a sempre depois de empossado ou diplomado o Deputado. Identicamente, a do Estado, no art. 16 e §§. Na rigorosa tecnica daquelle acórdão, não podia a Constituição do Estado exigir como condição de elegibilidade, o não estar o candidato incurso em incompatibilidade, situação esta que presuppõe o mandato já conferido.

Ocorre, porém, que as *inelegibilidades* são por alguns denominadas também *incompatibilidades*. A primeira vista, não se percebe qual a tecnica adoptada pela Constituição Paulista: si a do acórdão acima transcrito, onde as duas si-

tuções se distinguem perfeitamente; si esta última orientação em que as inelegibilidades significam a mesma coisa que incompatibilidades.

O exame das diversas disposições dessa Constituição, nas quais se focaliza o assunto, mostra o seguinte:

Nos arts. 15 e 16 se dispõe:

"Art. 15. São inelegíveis para a Assembléa Legislativa:

a) o Governador do Estado e seus Secretários, inclusive o Chefe de Polícia;

b) o Comandante da Região Militar, os comandantes de batalhões e corpos do Exército estacionados no Estado e os oficiais da Milícia Policial;

c) os membros do Poder Judiciário e os do Ministério Público, inclusive o Procurador Geral do Estado;

d) os parentes até o terceiro grau, inclusive os afins, do Governador do Estado, salvo si já tiverem exercido o mandato, ou forem eleitos simultaneamente com ele.

Parágrafo único. Essas inelegibilidades permanecem até um ano depois da cessação definitiva do exercício dos respectivos cargos.

Art. 16. Nenhum Deputado, uma vez empossado, poderá:

I — Celebrar contrato com a administração federal, estadual ou municipal;

II — Aceitar cargo, comissão ou emprego público remunerado;

III — Ser diretor, proprietário ou sócio de empresa beneficiada com privilégio, isenção ou favor, em virtude de contrato com a administração pública;

IV — Ocupar cargo público de que seja demissível *ad nutum*;

V — Acumular o mandato com outro de caracter legislativo federal, estadual ou municipal;

VI — Patrocinar causas contra a União, o Estado ou os Municípios.

§ 1.º A infração deste artigo importa perda de mandato e será comunicada pelo Presidente da Assembléa ou Tribunal de Justiça Eleitoral, para os fins de direito.

§ 2.º As incompatibilidades de que tratam os ns. II e IV não atingem os deputados designados para o desempenho de qualquer missão diplomática.

No art. 15, a Constituição trata dos motivos que impedem a eleição e denomina-os *inelegibilidades*; no art. 16 cogita dos casos em que se proíbe a acumulação do mandato com outro cargo, denominando-os *incompatibilidades*. Nessas disposições, portanto, a Constituição do Estado distinguia as duas situações dando á *incompatibilidade* e á *inelegibilidade* o seu rigoroso sentido jurídico.

No art. 44, § 3.º, disse: "São inelegíveis para o cargo de Governador do Estado:

a) as pessoas indicadas em os ns. 1.º e 2.º do art. 112 da Constituição da República.

b) os substitutos eventuais do Governador do Estado, que tenham exercido o cargo, por qualquer tempo, dentro dos quatro meses anteriores á eleição."

Ainda aqui, é a mesma a orientação seguida: os que não podem ser eleitos são chamados inelegíveis e não incompatíveis.

Também o art. 93 parágrafo único: "Prevalecem para as eleições aos cargos municipais os mesmos motivos de inelegibilidade estabelecidos quanto aos deputados á Assembléa Legislativa, além dos indicados em o numero terceiro do art. 112 da Constituição da República.

Por fim, no art. 2.º, § 2.º, das Disposições Transitórias, quando quiz dispensar exigências para as primeiras eleições municipais, declarou que não prevaleciam nessas eleições, "incompatibilidades, impedimentos ou inelegibilidades." A enumeração assim destacada faz supôr hipóteses distintas.

De tudo isso seria de concluir-se que, quando entre as condições de elegibilidade ao cargo de prefeito, incluiu a Constituição Estadual a de não estar o candidato incurso em incompatibilidade legal, tomou essa incompatibilidade no seu sentido próprio de impedimento á acumulação, com vinha fazendo em outras disposições referentes ao assunto.

Mas, já se mostrou a inviabilidade da conclusão porque, antes do pleito, não ha mandato conferido, donde a impossibilidade de existir aquela acumulação e, assim, de se impôr que nela não incorra o candidato.

Será, então, mais acertado entender-se que a Constituição do Estado, abandonando a técnica que vinha adotando, tomou, no art. 93 n. 4, incompatibilidade no sentido de inelegibilidade e, assim, quando exigiu que o candidato a prefeito não estivesse incurso em incompatibilidade, quiz dizer inelegibilidade.

Nota-se, em primeiro lugar, a desnecessidade da exigência, porque, de certo e independentemente de qualquer prescrição nesse sentido, é intuitivo que aquele que incorre em inelegibilidade para determinado cargo, não pôde, por isso mesmo que é inelegível, ser eleito para esse cargo. O requisito não precisava, portanto, vir expresso na enumeração das condições de elegibilidade ao cargo de prefeito, como se constituisse exigência da capacidade geral para ser eleito, quando o que é verdade é que ele forma, antes, a chamada *incapacidade particular*.

Eduardo Espinola, em voto proferido no julgamento do recurso n. 39, ao Estado do Amazonas e que constitui parte integrante do acórdão do Tribunal Superior, de 10 de junho de 1935, com o intuito de precisar o conceito jurídico-político de *incapacidades gerais, inelegibilidade e incompatibilidade*, em relação á influência que exercem sobre o direito eleitoral passivo do cidadão, fez as seguintes considerações, limitando-se, para maior simplicidade, ao cargo de deputado:

"As incapacidades gerais resultam do principio estabelecido no art. 24, da Constituição: "São elegíveis para a Câmara dos Deputados os brasileiros natos, alistados eleitores e maiores de 25 anos."

"São incapazes, de modo geral, todos os indivíduos que não sejam brasileiros natos, eleitores e maiores de 25 anos.

"Pode, porém, o cidadão ter a capacidade geral para ser eleito, faltando-lhe, entretanto, o que Esmelin denomina-lhes *incapacidades particulares ou, inelegibilidades*."

"Dessas incapacidades particulares ou inelegibilidades, trata a Constituição, no art. 112, onde são enumerados os inelegíveis. As incapacidades gerais não se confundem com as particulares ou inelegibilidades. Estas podem ser removidas; aquelas dependem sempre da verificação dos requisitos exigidos. A Constituição admitiu que não prevalecessem as inelegibilidades para as primeiras eleições; não dispensou os requisitos de capacidade geral" ("Boletim Eleitoral" n. 68, de 19-6-1935, pag. 1.486).

IV — Abstraida, porém, a censura á disposição constitucional da Parahiba, tem-se que, sendo a exigência do citado art. 93 n. 4, de que o candidato, a prefeito não incorra em inelegibilidade, não pôde essa condição entrar, agora, na formação do direito político de ser prefeito, porque, como já se viu, o art. 3.º § 7.º, das Disposições Transitórias da Constituição Federal, declarou expressamente que, para as primeiras eleições dos órgãos de qualquer poder, não prevalecem inelegibilidades.

Pouco importa que, por uma insistência perfeitamente dispensável, da Constituição do Estado, o requisito da não incidência em inelegibilidade esteja enumerado entre os que entram na composição da capacidade para ser prefeito. Nem por isso deixa de estar dispensado, desde que é o mesmo a que se refere a citada disposição transitória. Realmente: Quais as inelegibilidades que essa disposição declarou que não prevaleciam para as primeiras eleições? As do art. 112, da Constituição Federal. Qual a inelegibilidade a que se reporta o art. 93 n. 4, da Constituição Estadual? Uma das estabelecidas naquele mesmo dispositivo do Estatuto Federal. Logo, não pôde prevalecer em primeira eleição.

E' certo que, como decidiu o acórdão acima transcrito, a Constituição admitiu que, para as primeiras eleições, não prevalecessem as inelegibilidades, mas "não dispensou os requisitos de capacidade geral". Si, porém, um desses requisitos é a própria inelegibilidade dispensada, não se pôde dizer que deva prevalecer, criando-se um choque entre duas disposições legais, quando o que a hermenêutica recomenda é a harmonia entre as prescrições da lei. Seria curiosa a interpretação que entendesse os artigos da lei como exigindo e, ao mesmo tempo, dispensando requisitos.

V — E' concludente que, nas primeiras eleições municipais, não se podia exigir que o candidato não estivesse incurso em inelegibilidade. Nem em incompatibilidade, si a Constituição do Estado a tivesse tomado no seu sentido próprio, porque também não prevaleceria para aquelas eleições. E' o que estatue o art. 2.º § 2.º, de suas Disposições Transitórias: "Para as primeiras eleições municipais, não prevalecerão *incompatibilidades, impedimentos ou inelegibilidades*, nem serão requisitos especiais, salvo a qualidade de brasileiro nato, o exercício pleno dos direitos políticos e mais a condição de trinta dias antes do pleito, demittirem-se das respectivas funções todos os cidadãos candidatos a prefeito que ocuparem este cargo."

Para as primeiras eleições, não se leria, portanto, que falár em incompatibilidade.

Não se poderia negar competência á legislação estadual para dispensar esses requisitos, desde que lhe compete estabelecer as condições de elegibilidade aos cargos estaduais. O Código Eleitoral dispõe, no artigo 105.º, "Além das inelegibi-

lidades acima mencionadas, prevalecerão, por Estados e Municípios, as que forem estabelecidas nas constituições e leis estaduais". E o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, depois de invocar o art. 5.º n. XIX, letra f, e o art. 7.º n. I, da Constituição Federal, decidiu que: "Desses dispositivos resulta que a capacidade eleitoral ativa, ou para ser eleitor, sendo matéria concernente ao alistamento, é sempre regulada por lei federal; quanto à capacidade eleitoral passiva — ou requisitos de elegibilidade — por ser matéria de constituição dos órgãos eleivos dos poderes públicos, compete aos Estados regular em se tratando da formação de suas assembleias legislativas". (Boletim Eleitoral n. 111, de 20-10-1936, página 4.728).

VI — Na disposição transitória transcrita, a Constituição Estadual, quando dispensou requisitos para as primeiras eleições, ressalvou, como a Federal, a qualidade de brasileiro, nato e, onde esta última exigiu o gozo dos direitos políticos, a Constituição do Estado impoz o *exercício pleno* desses direitos. Dahi, a segunda arguição do recorrente: o candidato impugnado não tinha essa plenitude de exercício dos direitos políticos, pois, embora alistado eleitor, não podia votar porque, no dia da eleição, ainda não tinham decorrido tres meses de seus domicílio eleitoral para esta região.

Distinguem-se gozo e exercício de direitos. A proposito, asseria Beudant: — "*Jouir d'un droit, c'est en être investi; la jouissance d'un droit est le fait d'avoir aptitude à recueillir les avantages de ce droit; exercer un droit, c'est le mettre en oeuvre, faire les actes par lesquels on l'utilise et l'aliène; l'exercice d'un droit est l'action de faire valoir, d'en user*". (Cours de Droit Civil Français — L'état et la capacité des personnes, tome premier, ed. de 1896, n. 43, pag. 81).

Boudry-Lacantinerie & Houques-Fourcade: — "*Quoique les deux expressions consacrées par l'usage ne se fassent pas suffisamment antithèse et qu'elles concentrent l'attention sur le côté actif des facultés légales, à l'exclusion des obligations susceptibles de dériver de leur usage, on distingue la jouissance d'un droit de son exercice. La jouissance consiste, dans l'aptitude légale à acquérir le droit, à en être investi, à en devenir le titulaire, ou dans la propriété du droit, acquise en vertu de cette aptitude. L'exercice du droit c'est l'aptitude légale à en user, à le mettre en oeuvre, ou l'usage opéré en vertu de cette aptitude. Ainsi, *jouir d'un droit c'est être apte à l'avoir; l'exercer, c'est être apte à en user lorsqu'on l'a*". (Traité Théorique et Pratique de Droit Civil, troisième édition, 1907, Des Personnes, tome premier, n. 315, pag. 101).*

Entre nós, também fazem igual distinção, além de outros. Já Freire, citando Rossel e Mentha (Manuel du Droit Civil Suisse, vol. I, pag. 77): "Rossel e Mentha, após diversas considerações a proposito do gozo e exercício dos direitos civis, e depois de transcreverem a formula franceza, que consideram restrita, embora clara, concluem com a seguinte noção, que parece satisfazer inteiramente: "*Jouir des droits civils, c'est être apte à les avoir; les exercer c'est être apte à en user*" (Manuel du Código Civil Brasileiro, vol. II, n. 5, pag. 20).

Carvalho Santos: "A distinção existe, sem dúvida: o gozo dos direitos civis pressupõe apenas a aptidão para adquiri-los; o exercício de taes direitos exige aptidão para usa-los". (Código Civil Brasileiro Interpretado, vol. I, n. 7, pag. 242).

Os autores citados referem-se aos direitos civis. Quanto aos direitos políticos, não é pacifica a distinção. Defendeu-a Roy Barbosa, asseverando, em substancia, que não haveria motivo para que a distinção se restringisse necessariamente ao direito privado. Em qualquer esfera jurídica, se todos os homens têm o gozo dos seus direitos, nem todos logram o seu exercício. (Comentários à Constituição Federal Brasileira, coligidos por Homero Pires, vol. III, pags. 92 e seguintes).

Em contrario, Carlos Maximiliano: "Por sua vez os comentadores do estatuto de 24 de fevereiro não aceitam a antithese entre o gozo e o exercício dos direitos políticos; incluíam-se antes a acreditar que o texto se refere, no art. 41, unicamente aos casos previstos pelo art. 71 e pelo § 29 do art. 72"; (Comentários à Constituição Brasileira (de 1891), 3ª ed., n. 331, pag. 517).

O Tribunal Superior de Justiça Eleitoral orientou-se no sentido da primeira corrente e, em sessão de 6-10-1934, adotando como razão de decidir o voto do Sr. Ministro Eduardo Espinola, salientou a distinção entre o gozo e exercício dos direitos políticos. São desse voto as seguintes considerações:

"Não ha hoje, entre os cultores do direito, quem desconheça a distinção entre gozo e exercício de um direito.

Em 1908, na 1ª edição de nosso "Sistema de Direito Civil", vol. 1º, acendávamos, invocando as autoridades de

Dernburg, Corme e Pacifici-Mazzoni, que se devem distinguir cuidadosamente a capacidade de ter direitos e a de exercê-los.

Essa distinção, firmemente estabelecida em relação aos direitos civis, deve ser com a mesma precisão afirmada no tocante aos direitos políticos.

De modo geral, para a posse ou gozo de um direito, basta a possibilidade abstrata de exercê-lo; o exercício ou a prática dos atos concernentes ao direito, requer a possibilidade concreta de realização, a capacidade de praticá-los.

Nesse ponto, a diferença fundamental entre os direitos civis, digamos — os direitos individuais — de um lado, e os direitos políticos do outro, é que aquelles são inerentes á personalidade humana, ao passo que os politicos emanam de uma função social.

Basta ser pessoa para se ter o gozo ou a posse dos direitos individuais, ainda quando falte a capacidade de exercê-los; esta capacidade se supre por meio de representantes legais.

O gozo dos direitos políticos, porém, requer a existência ou verificação de requisitos previstos na lei, verificados esses requisitos, tem o cidadão o gozo ou posse do direito politico respectivo; para exercê-lo, praticará pessoalmente os atos de utilização de seu conteúdo, pondo, assim, em pratica, desenvolvendo em atividade, tornando concreto o gozo abstracto de seu direito" (Boletim Eleitoral numero 111, de 20 de outubro de 1934, pagina 4.789).

Apesar de sancionar essa distinção, o Tribunal Superior tem assentado que, nas primeiras eleições municipais, a exigencia é que o candidato tenha o gozo e não o exercício dos direitos politicos. E' assim que, decidindo sobre uma consulta do Presidente do Tribunal Regional do Estado de Sergipe, na qual se focalizava o artigo 10. das Disposições Transitorias da Constituição daquele Estado, cópia fiel do art. 2.º, § 2.º, das Disposições Transitorias da Constituição Paraibana, resolveu que "de acordo com os termos amplos do artigo 3.º § 7.º, das disposições transitorias da Constituição Federal, não prevalecerão, também para as primeiras eleições municipais, inelegibilidades, nem se exigirão requisitos especiais, exceto as qualidades de brasileiro nato e gozo dos direitos politicos". (Acórdão de 7 de outubro de 1935, no Boletim Eleitoral numero 123, de 26 de outubro de 1935, pagina 2.424).

O Tribunal Superior teve, certamente, em consideração que o preceito do Estatuto Federal, por ser compreensivo também das primeiras eleições municipais, devia ser obedecido nessas eleições, tal como está concebido, sem embargo de qualquer regra das Constituições Estaduais que lhe ampliasse ou restringisse o alcance. Assim a exigencia estadual do exercício, preferiu a federal do gozo dos direitos politicos.

Nem podia ser de outro modo, mesmo pela impossibilidade de ser satisfeito, no caso, o requisito do *exercício pleno* dos direitos politicos. De fato: O Tribunal Superior já decidiu — em jurisprudencia que mereceu inteiro apoio do recorrente, tanto que argumenta com os julgados — que o gozo dos direitos politicos a que se refere a citada disposição transitoria da Constituição Federal, não quer significar apenas que não se esteja incluído em algum dos casos em que os direitos politicos se suspendem ou perdem, e sim que se reúnem os requisitos exigidos para cada direito politico, ou seja, para o direito politico de ser eleitor, para o de ser Deputado Governador, etc. Exemplifica-se: gozo do direito politico de ser eleitor, quem reúne as condições para o alistamento; gozo do direito politico de ser prefeito, aquele que satisfizer as condições de elegibilidade para esse cargo. E que virá a ser o *exercício pleno* deste ultimo direito? Si, como o recorrente mesmo sustenta, somente o alistado que vota tem o *exercício pleno* do direito politico de eleitor ou de voto, só o eleito e empossado prefeito terá o *exercício pleno* do direito politico de ser prefeito, dada a graduação da atividade jurídica que vai da capacidade para o exercício. Nota Clovis Bevilacqua: "A capacidade é a extensão concedida aos poderes de ação em que consiste a personalidade: o *exercício* é um momento ulterior, em que a responsabilidade realisa, segundo a medida da capacidade, os poderes em a ordem jurídica lhe assegura" (Teoria Geral do Direito Civil, pagina 83).

Também resolveu o Tribunal Superior: "A posse, ou o gozo do direito eleitoral passivo tem todo o cidadão que é elegível; isto é, todo o cidadão que reúne os requisitos da lei para poder ser eleito.

"O *exercício* desse direito começa quando o *elegível* se *candidata* ou quando é *votado*; atinge sua *plena*, quando é *eleito*" (Cidade voto do Ministro Espinola — Boletim Eleitoral numero 111).

Seria palpável-absurdo que só aos prefeitos quizesse a Constituição do Estado conceder o direito de se elegerem para esse cargo. Tanto não quiz quê, expressamente, lhes negou esse direito, exigindo que se demitissem de suas funções os prefeitos que se quizessem candidatar a esses cargos, nas primeiras eleições (Disposições Transitórias, artigo 2.º § 2.º).

VII — Quer, porém, o recorrente que, quando a Constituição do Estado exigiu o exercício dos direitos políticos, quiz se referir ao direito eleitoral ativo, o direito de voto. Mas, em primeiro lugar, a decisão do Tribunal Superior, expressa no citado voto do Sr. Ministro Eduardo Espinola, desautoriza a conclusão. Depois, tenha-se em vista que a referida disposição transitória da Constituição Estadual, do mesmo modo que a da Federal, teve o intuito de dispensar requisitos para as primeiras eleições. E seria incompatível com esse intuito a exigência do exercício pleno do direito eleitoral ativo, quando para as eleições ordinárias apenas se requer o gozo dele (artigo 93 numero 3).

Do exposto, é de se concluir pela impossibilidade da exigência do exercício dos direitos políticos, seja, no sentido de direito passivo, seja como direito eleitoral ativo, donde poder-se assentar, com segurança, que a palavra *exercício* está naquela disposição com o mesmo sentido de gozo dos direitos políticos, até porque é esse gozo que a Constituição Federal exige, mesmo para as primeiras eleições municipais, como já ficou demonstrado.

Basta, portanto, que o candidato a prefeito tenha o gozo do direito político, o que o impugnado tinha, pois satisfazia as condições do artigo 93, da Constituição Estadual, a saber: a do inciso 1.º, não foi, sequer, contestada (nacionalidade brasileira e idade maior de 21 anos); a do inciso 2.º (ser alistado eleitor), está satisfeita, pois, o candidato impugnado é, realmente, eleitor alistado e convém notar que o Tribunal Superior exige apenas que seja alistavel (acc. de 13 de maio 1935, no "Boletim Eleitoral" n. 89, de 8 de agosto de 1935, página 1869); a do inciso 3.º, é a própria exigência gozo dos direitos políticos; a do inciso 4.º já mostrou que ou é inoperante ou não prevalece para as primeiras eleições.

Não tem procedência a inelegibilidade arguida contra o candidato proclamado prefeito de Campina Grande.

Accordam os Juizes do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral negar provimento ao recurso e informar a decisão recorrida que proclamou eleito prefeito daquele município o Dr. Vergnand Borborema Wanderley.

João Pessoa, 8 de Janeiro de 1936. — *Paula Hypacio da Silva*, Presidente. — *Flodoardo da Silveira*, Relator.

Estado de São Paulo

Consulta n. 979 — Classe 6ª do art. 30 do Reg. Int.

Accordão

Vistos, etc.

O Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, por officio n. 10.646, de dez do corrente mez, solicita do Tribunal Superior a prorrogação, por um mez, do prazo estabelecido no artigo 87 do Código Eleitoral, em virtude de não ter sido possível realizar todo o trabalho apuracional das eleições daquela Região, dentro do prazo legal prefixado, não obstante haver o Tribunal Regional Eleitoral attribuido os respectivos trabalhos a cinquenta turmas apuradoras, que estão servindo sem emporecimento até a presente data.

O pedido vem instruido com um resumo dos trabalhos realizados, em vinte um dias uteis de apuração.

Isto posto, — os Juizes do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, unanimemente, accordam conceder uma prorrogação de trinta dias, considerando plenamente justificada a necessidade da prorrogação requerida.

Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1934. — *Hermenegildo de Barros*, Presidente. — *Plinio Casado*, Relator.

Estado de Goyaz

Consulta n. 1.962 — Classe 6ª do art. 30 do Reg. Int.

Accordão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de reclamação n. 1.962, — Classe 6ª, — os Juizes do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, por unanimidade de votos, accordam in-

deferir o pedido de expedição de diplomas de prefeito e vereadores do município de Ipameri (Goyaz), porque, conforme assignala o Sr. Dr. Procurador Geral, as informações prestadas ao Tribunal Superior, pelo Sr. Presidente, em exercício, do Tribunal Regional, esclarecem a matéria e mostram que foram tomadas providências bastantes, no sentido de ser atendida a reclamação, sem necessidade de se recorrer ao disposto no artigo 202 do Código Eleitoral.

Rio, 17 de fevereiro de 1937. — *Hermenegildo de Barros*, Presidente. — *Plinio Casado*, Relator.

Estado de Santa Catharina

Consulta n. 2.075 — Classe 6ª do art. 34 do Reg. Int.

Accordão

Vistos, etc.

Accordam os Juizes do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral em não conhecer da presente consulta por versar a mesma sobre caso concreto.

Rio, 17 de fevereiro de 1937. — *Hermenegildo de Barros*, Presidente. — *Ovidio Romero*, Relator.

Estado do Amazonas

Consulta n. 2.033 — Classe 6ª do art. 30 do Reg. Int.

Accordão

Vistos, etc.

Accordam os Juizes do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral fazer no Archivo Eleitoral as anotações referentes ao cancelamento de inscrições dos eleitores de que trata o presente processo sob n. 2.033, do Estado do Amazonas.

Rio, 17 de fevereiro de 1937. — *Hermenegildo de Barros*, Presidente. — *Ovidio Romero*, Relator.

Procurador Geral — Dr. José Maria Mac Dowell da Costa.

Amazonas — Dr. Adroaldo de Carvalho.

Pará — Dr. Ernesto Chaves Neto.

Maranhão — Dr. Manoel Edmundo Pereira.

Piauí — Dr. Jayme Rios.

Ceará — Dr. Pío Jardim.

Rio Grande do Norte — Dr. Vasco Barreto da Paiva.

Parahyba — Dr. Sabinao Maia.

Pernambuco — Dr. Nelson Carneiro Leão.

Alagoas — Dr. Alfredo de Mendonça Uchôa.

Sergipe — Dr. Abelardo Mauricio Cardoso.

Bahia — Dr. Mario Rego Santos.

Espirito Santo — Dr. Cesar Lima de Magalhães.

Distrito Federal — Dr. Mario Nelva de Lima Rocha.

Rio de Janeiro — Dr. Floriano de Castro Faria.

Minas Geraes — Dr. Julio Ferreira de Carvalho.

São Paulo — Dr. João Silveira Mello.

Goyaz — Dr. Pedro Pinheiro Lemos.

Mato Grosso —

Paraná — Dr. Edgar Linhares Filho.

Santa Catharina — Dr. Oswaldo Silva Saback.

Rio Grande do Sul — Dr. Salomão Pires Abrahão.

Território do Acre — Dr. Paulo de Menezes Bentes.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1937. — *Guajará Pereira*

Relator.

Recurso Eleitoral n. 578 — Classe 3ª.

— Recorrente: Procurador Regional Eleitoral do Maranhão.

— Relator: Excmo. Sr. Desembargador Ovidio Romero.

PARERES N. 794

I — O Procurador Regional do Estado do Maranhão; interpõe recurso para o Egrégio Tribunal Superior da decisão do Tribunal Regional proferida no processo n. E — 108, por ser contraria á ordem do serviço eleitoral e aos motivos que a determinaram.

A interposição está dentro o prazo.

2 — A espécie é a seguinte como a expõe o recorrente:

"O presente recurso tem por fim levar á apreciação do Egregio Tribunal um facto novo, sobre cujo assumpto, parece-me, ainda não se manifestou o supremo órgão da Justiça Eleitoral.

Como elle se refere á ordem e ao bom andamento do serviço eleitoral, penso ser imprescindível uma decisão da ultima instancia, soluccionando definitivamente a pendencia. Eis o historico da questão.

O Juiz preparador do termo de Barão de Grajahú da 17ª Zona applicou a pena de suspensão, por sessenta dias, ao escrivão eleitoral Jacob Carvalho, pelo não cumprimento — de um modo geral — das obrigações ao cargo.

O escrivão, não obedecendo á portaria baixada pelo Juiz, recusou-se a passar o cartorio ao seu substituto legal.

O juiz preparador dirigiu uma representação ao Tribunal Regional contra o referido serventuario, solicitando providencias no sentido de se fazer obedecer.

Ignoravam-se quaes as faltas praticadas pelo escrivão eleitoral: se eleitoraes, se communs; se no exercicio daquellas funcções, se nas do cargo proprio.

A representação se converteu no processo n. E-57, que foi submettido á deliberação do Tribunal Regional, que decidiu, em parte contra o parecer desta Procuradoria, declarando que as providencias solicitadas deveriam ser pedidas ao Governo do Estado, reconhecendo ao deliberar, que a suspensão provinha de autoridade incompetente.

Esta Procuradoria opinou que o escrivão eleitoral continuasse a exercer as funcções eleitoraes ou as reassumisse plenamente, já que o juiz preparador em apreço, sendo supplente, não tinha competencia para applicar a pena de suspensão, em face das leis de organização judiciaria local, devendo-se entretanto pedir informações pormenorizadas ao representante, pois poderia haver conveniencia na designação de outro cartorio ou então delictos eleitoraes.

O Tribunal Regional decidiu tambem que o escrivão poderia ser responsabilizado pelos prejuizos que de sua attitudão proviessem ao serviço eleitoral.

Implicitamente, todavia, o Colendo Tribunal Regional resolveu que o mencionado escrivão continuaria no exercicio, pelo menos, das funcções eleitoraes e decidiu unanimemente; essa foi realmente a intenção dos dignos julgadores.

O presente recurso, interposto da decisão lavrada no acórdão que se encontra no processo n. E-108, tem por fundamento cabimento dentro da propria esphera juridica do Tribunal Regional, como bem o demonstram dois votos vencidos.

Neste processo n. E-108, ao qual se acha annexado o de n. E-112, que versa sobre o mesmo facto, a escrivã eleitoral do termo de Barão de Grajahú pede garantias, não só por dizer-se aggreddida, como tambem por ser suspensa, por 60 dias, pelo juiz preparador daquelle termo o mesmo a que se refere o processo n. E-57.

A Justiça Eleitoral não tem competencia para apreciar a pena de suspensão applicada por autoridade competente a funcionarios investidos de funcções eleitoraes, salvo se ella se originar de faltas praticadas no serviço eleitoral ou se houver connexidade.

A suspensão emanada de autoridade incompetente não pôde produzir effeito perante qualquer justiça e mórmente na eleitoral.

Eis que, o Colendo Tribunal Regional não toma conhecimento do pedido de garantias formulados pela escrivã eleitoral, para que a suspensão que lhe foi applicada por autoridade incompetente não a prive do exercicio das funcções eleitoraes, porque não se trata de materia essencialmente eleitoral.

Esta Procuradoria, não obtendo satisfactoriamente do juiz preparador as informações pedidas, opinou preliminarmente se convertesse o julgamento em diligencia, afim de que se esclarecessem as faltas praticadas pela referida serventuria.

Desprezada a preliminar, vem o acórdão justificando que o Colendo Tribunal Regional assim decide porque tanto a reclamante como o juiz preparador nada adeantam de positivo, quanto aos motivos ou faltas que deram lugar á suspensão. Dentro do proprio ponto de vista adoptado, a decisão não se justifica, porque precipitada.

— Quanto ás leis de organização judiciaria local.

No decreto n. 334, de 10 de outubro de 1932, lê-se no art. 2º: "tem os juizes supplentes a mesma competencia e attribuições dos extinctos supplentes do juiz de direito". A lei n. 1.272, de 18 de março de 1927, no seu art. 85, trata dos juizes supplentes e dá-lhes competencia.

No n. X do art. 85 lê-se: nomear *ad hoc* serventuarios da Justiça no impedimento dos effectivos. No n. XXIV — desempenhar todas as attribuições dos juizes municipaes extinctos que não estiverem em desacórdio com a presente lei. Essa lei n. 1.272 não dá competencia nem attribuições para suspender funcionarios, aos juizes supplentes.

A lei n. 826, de 13 de março de 1919, trata dos juizes municipaes. No art. 74, § 12, diz: nomear *ad hoc* serventuarios da Justiça no impedimento dos effectivos. No artigo 80 da mesma lei, temos: "no termo que não residir o juiz de direito ou municipal, o juiz supplente em exercicio terá as mesmas attribuições dos juizes municipaes", *excepto*...

3 — O Tribunal *a quo* resolveu pelo acórdão de fls. 32:

"Accordam os Juizes do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral, tendo em vista os telegrammas de fls. de D. Maria Tely Fernandes Soares, escrivão eleitoral do termo de Barão de Grajahú, da 17ª zona, pedindo providencias contra o juiz preparador do referido termo, cidadão Raul Ramos, por haver aggreddido physicamente, impondo depois, a pena disciplinar de condemnação por sessenta dias — não tomar conhecimento de tal reclamação, de vez que, em não se tratando de materia essencialmente eleitoral, não cabe a este Tribunal providenciar sobre o assumpto.

E, assim, resolveu, porque tanto a reclamante como o Juiz preparador, nos telegrammas em fls., nada adeantou de positivo, motivos ou faltas que deram lugar á suspensão da alludida decisão, que, desse acto, poderá recorrer á Justiça commum".

4 — Os factos narrados, cuja gravidade não preciso encarecer, occorreram dentro de uma repartição eleitoral, durante o expediente e entre membros da Justiça Eleitoral. Não sei como possa entender o Tribunal *a quo* estar o caso fóra da alçada desta Justiça; basta ler o Código Eleitoral, artigo 183, incisos 15, 17, 32, 33 e 34, e o art. 190, para verificar a possibilidade da incidencia, dos factos narrados, em quaesquer daquelles dispositivos.

O proprio Regimento dos Tribunals, art. 13, n. 10, dá expressa competencia aos Tribunals Regionaes para "processar e julgar os delictos previstos no art. 107 do Código Eleitoral" (art. 183 do actual), "quando commettido por Juiz eleitoral da região". Os telegrammas do Juiz preparador eleitoral accusado por sua vez accusam a escrivã accusadora (fls. 13, 19 e 27) de "maiores faltas, umas por ignorancia, outras *mal fé*".

Por outro lado, no telegramma de fls. 22, o Dr. Juiz Eleitoral informa ao Presidente do Tribunal *a quo*:

"Sciante vossa numero 217, datado 2 corrente, fiz cessar desintelligencia termo Barão Grajahú, conservando mesma escrivã serviço eleitoral. Maria Telles Soares nomeada ultimamente cartorio primeiro officio mesmo interinamente. Determinei entrega Cartorio Eleitoral obedecendo ordem vossencia, confirmando tambem dispositivo artigo 41 Código, que se refere cartorio, não pessoa escrivão. Attenciosas saudações. — José Neiva, Juiz Eleitoral."

E a fls. 23, a escrivã accusadora declara em telegramma:

"Communica vossencia ainda consequencia equivooca secretaria esse tribunal telegramma dirigido Dr. Juiz Eleitoral sede comarca, Juiz preparador nega-se reconhecer meu legitimo exercicio cargo escrivão eleitoral este termo, não que tendo que restituir diversos autos eleitoraes inscriptos."

O proprio presidente desse Tribunal *a quo*, assim despachou essa reclamação, na propria folha do telegramma:

"Telegraphe-se ao Dr. Juiz Eleitoral da zona, transcrevendo o telegramma supra e recommendo-lhe tomar as necessarias providencias vista como a supplicante já communicou seu exercicio no cargo a este Tribunal. Em 8-6-936."

6 — Dessa exposição ressalva á evidencia a competencia da Justiça Eleitoral — no caso "Tribunal *a quo*", para conhecer da materia.

Opino, pois, se dê provimento ao recurso para que o Tribunal Regional julgue *de meritis*.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 1937. — Dr. José Maria Mac Dowell da Costa, Procurador Geral Eleitoral, interino.

Estado de Minas Geraes

Recurso eleitoral n. 581 — Classe 3ª — Recorrente, Partido Progressista de Botelhos — Recorrido, Partido "Commercio e Lavoura de Botelhos" — Relator, Exmo. Sr. ministro Plinio Casado.

PARECER N. 795

1 — O Partido Progressista de Botelhos, não se conformou com a:

"Validade da eleição da 2ª seção do Districto do Palmeiral, por ter havido compressão da parte da Mesa, oppendo-se que o eleitor Miguel Giudice, eleitor do districto e daquela seção, alli votasse".

Consta, porém, que:

"O Sr. Miguel Giudice possuidor do titulo numero 1.369, não votou nesta seção por ser o seu domicilio em Poços de Caldas e por não constar o seu nome na lista fornecida pelo Juizo Eleitoral da 89ª zona datada de seis (6) de junho de 1933".

Esse eleitor, contudo, lavrou o seguinte protesto:

"Termo de protesto. Aos oito dias do mez de junho de mil novecentos e trinta e seis, neste Termo de Botelhos, comarca de Poços de Caldas, Estado de Minas Geraes, em meu cartorio, ás treze horas, compareceu o eleitor Sr. Miguel Giudice e disse que não se achando na cidade o Sr. escrivão eleitoral, por se encontrar na sede desta 89ª zona, a serviço da apuração das eleições realizadas; hontem, vinha, na forma do regulamento eleitoral, protestar contra o acto do presidente da Mesa eleitoral da segunda seção do districto do Palmeiral, desta municipio, que o impediu de dar o seu voto nas eleições municipais alli realizadas, hontem. Tendo sido transferido o seu domicilio eleitoral de Poços de Caldas para aquelle Municipio, em dez (10) de outubro de 1934, para o referido districto, alli exerceu o seu direito de voto nas eleições de 14 de outubro de citado anno. Hontem, ás horas regulamentares compareceu á seção do districto em que é eleitor e o Sr. presidente da Mesa, Odilon Valques, o impediu de concorrer com o seu voto, nas eleições municipais alli realizadas, nem mesmo tomando o seu voto em separado, violando um preceito regulamentar, e ferindo de frente a liberdade do voto. Vem, pois, lavrar o seu protesto contra o acto do Sr. presidente da Mesa e a validade das eleições alli realizadas, afim de fazer valer o seu direito em occasião opportuna, trazendo como testemunhas deste protesto, o Sr. José Giudice, candidato a vereador, e Euripedes da Silva Nonato, eleitor deste municipio, fiscal do candidato também a vereador, coronel Virgilio Silva, ambos presentes ao acto de impedimento que lhe foi imposto pelo senhor presidente da referida seção eleitoral do districto do Palmeiral. E de conto assim o disse, do que dou fé, me pediu que lavrasse o presente termo, o que fiz em de meu officio, o qual depois de lavrado li em voz alta e achando tudo conforme, assigna, com as referidas testemunhas, a tudo presentes, do que dou fé. Eu, Manoel Pinto de Oliveira, escrivão do 2º officio e tabelião de notas, o escrevi, dou fé e assigno. Botelhos, 8 de junho de 1936. — Manoel Pinto de Oliveira. — Miguel Giudice. — José Giudice. — Euripedes da Silva Nonato".

O titulo de eleitor está a fls. 10, e no local proprio ás anotações, consta:

"Transferido para Palmeiral, municipio de Botelhos. — P. Coelho. 10 de outubro de 1934. — O escrivão (assignatura illegivel)".

Provado, também, está pelo mesmo titulo que esse eleitor foi admittido a votar em 14 de outubro de 1934, depois da transferencia.

2 — Da acta de encerramento da 2ª seção desse municipio, a fls. 13, consta:

"ACTA DE ENCERRAMENTO. A's seis horas, depois de ter votado o ultimo eleitor, o presidente da Mesa recensora declarou encerrados os trabalhos, verifican-

do-se que compareceram e votaram cento e trinta e quatro eleitores desta seção eleitoral, deixaram de votar os eleitores Miguel Giudice, domiciliado em Poços de Caldas".

3 da de apuração, a fls. 15:

"O Sr. Virgilio Silva, delegado do Partido Progressista de Botelhos sob a allegação de que o senhor Miguel Giudice não foi permittido votar em Palmeiral pelo presidente da segunda seção eleitoral daquelle districto, recorreu para o Egregio Tribunal Regional Eleitoral, no sentido de ser annullada a dita seção".

3 — Não é de acollher-se a preliminar de falta de qualidade do recorrente, levantada pelo recorrido desde fls. 13, pois se verifica da acta de encerramento a fls. 13 que o recorrente era, até, candidato a vereador.

4 — Por igual razão não assiste sobre a pretendida falta de prova da coacção contra o eleitor Miguel Giudice. Além de que o documento a fls. 9 não é publica forma e sim certidão de acto lavrado em livro daquelle notario; bastaria a acta de encerramento (fls. 13) que constata essa mesma recusa. O facto desse eleitor ter o seu domicilio civil *alhures* não o impede de ser eleitor noutro local, ex-vi do art. 1º das Disposições Transitorias do actual Código Eleitoral. E a certidão de fls. 20, junta pelo mesmo recorrido, comprova as allegações do recorrente, pois, ali o escrivão eleitoral certifica:

"revendo o archivo de seu cartorio, delle consta que o senhor Miguel Giudice, eleitor inscripto em Poços de Caldas, municipio da 89ª zona, sob numero do ordem 907, requereu a anotação de seu titulo e inclusão do seu nome para o districto do Palmeiral, desta mesma zona 89ª, por lhe ser mais facil e conveniente votar alli. Este requerimento foi feito em 1934, quando foi annotado o titulo do referido eleitor dentro da mesma zona, do seu domicilio eleitoral".

5 — Pelo accordão de fls. 23, contudo, entendeu o Egregio Tribunal a quo:

"julga prejudicado o primeiro recurso, em vista da decisão exarada no de n. 601, versante sobre a votação de que se trata.

Foram vencidos o relator e o Exmo. Sr. Desembargador Sterling, que consideravam, dentre outras razões, não haver materia julgada, pois inteiramente diversa fôra a hypothese anteriormente apreciada, culminando, além disso, a circumstancia de não poder ficar cercado o direito do recorrente, como parte interessada que é."

6 — Dahi o presente recurso, interposto no mesmo dia da publicação do accordão.

7 — Do texto desse accordão resulta que sem o conhecimento da decisão proferida no recurso 601 não se pôde ter base segura para opinar, mal grado os indícios serem favoráveis ao recorrente.

Isso posto, *requero* a conversão do julgamento em diligencia para que, por telegramma, se requisitem ao Egregio Tribunal a quo os autos daquelle recurso.

Tanto mais necessaria se faz essa diligencia, quanto os votos vencidos alinham considerações ponderosas, para se julgar improcedente a opinião vencedora.

Rio de Janeiro, 9 de abril de 1937. — Dr. José Maria Mac-Dowell da Costa, Procurador Geral Interino.

Estado de Matto Grosso

Recurso eleitoral n. 616 — Classe 3ª.

Recorrente, Procurador Regional Eleitoral de Matto Grosso.

Recorrido, Tribunal Regional Eleitoral de Matto Grosso. Relator, Exmo. Sr. Professor Candido de Oliveira Filho.

PARECER N. 796

1 — O Dr. Procurador Regional em Matto Grosso recorre da seguinte decisão proferida por aquelle Tribunal Regional:

"Consulta o Dr. Juiz Eleitoral da 4ª zona, se estando encerrado o alistamento eleitoral desde o dia 20 de novembro ultimo, pode-se depois daquelle prazo,

aceitar pedido de transferencia de domicilio de eleitor, funcionario publico, removido para aquella zona.

O Exmo. Sr. Dr. Procurador Regional em sessão emittiu o seu brilhante parecer oral, no sentido de se responder affirmativamente á consulta, desde que seja o eleitor funcionario publico, removido dentro da mesma região, para o qual não se observa a exigencia de nova inscripção, e além disso os funcionarios publicos civis ou militares, quando removidos, podem requerer a transferencia de dominio sem as restricções estabelecidas no art. 73, § 1º da lei n. 48, de 4 de maio de 1935.

Isto posto:

Acordam do Tribunal Regional Eleitoral em responder affirmativamente á consulta, desde que se trate de funcionario publico removido dentro da mesma região eleitoral."

2 — A interposição do recurso foi tempestiva e feita somente em obediencia á circular desta Procuradoria Geral afim de evitar julgados dispaes entre o Tribunal Regional e afastadas da jurisprudencia deste Tribunal Superior como já aconteceu.

3 — O accordão merece confirmação.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 1937. — Dr. José Maria Mac-Dowell da Costa, Procurador Geral Interino.

Estado de Minas Geraes

Recurso eleitoral n. 580 — Classe 2ª

Recorrente: Oswaldo Santos — Recorrido: Partido Progressista Dr. Benedicto Valladares, de Brasília — Relator: Exmo. Sr. Professor Candido de Oliveira Filho.

PARECER N. 797

1 — Oswaldo Santos, vereador á Camara Municipal de Brasília, recorre (em tempo habil porque não consta publicação no "Boletim Eleitoral" ou "Diário Official") do accordão proferido em 19 de outubro ultimo que, por unanimidade, annullou a votação da secção unica do districto de Santo Antonio de Boa Vista, mandando proceder a nova eleição para juizes de paz e, quanto aos vereadores, levantar o quadro de votação do municipio para o effeito do disposto no art. 155, § 1º, do Código Eleitoral.

2 — Na petição e no termo nenhuma jurisprudencia se indica para justificar a interpretação fundada na letra b do paragrafo unico do art. 28 do Código.

Nas razões, cita-se abundante jurisprudencia dos Tribunaes *communis* (Pernambuco, São Paulo, Districto Federal), o do Tribunal *a quo*.

Só se não cita jurisprudencia nem accordão deste Egregio Tribunal Superior: e era isso, precisamente, o que se deveria citar para prova da decisão ou jurisprudencia deste Tribunal Superior infringida pelo Regional.

Não posso considerar como citação o commentario de Gomes de Castro, citado no final das razões, e assim, *por via indirecta*, se alludindo a julgados deste Tribunal Superior.

Nem creio seja o caso do § 10 do art. 140 do Regimento Interno.

Parece-me, portanto, não se dever tomar conhecimento do recurso.

3 — O processo se originou na Junta Apuradora, perante a qual:

"O "Partido Progressista Benedicto Valladares", do municipio de Brasília, por seu bastante procurador infra assignado, que tendo recorrido verbalmente da respeitavel decisão da maioria da Junta Apuradora, que em sua reunião de hoje, indeferindo o pedido de referido partido no sentido de ser annullada a eleição da secção unica do districto de Santo Antonio de Boa Vista, daquelle municipio, por ter sido verificado o excesso de duas sobrecartas autenticadas sobre o numero de votantes e constatada, por exame pericial, a violação da respectiva urna, limitou-se a comunicar ao Egregio Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado a dita violação."

O provimento desse recurso é que originou o que ora pende de julgamento final.

4 — Evidente é que, provadas a incoincidencia de sobrecartas e a violação da urna, bem decidiu o Tribunal *a quo*. E essa prova foi feita?

A fls. 13 da acta da reunião da Junta, em 20 de junho, consta:

"Pela acta de encerramento de folhas de votação, verificou-se que compareceram e votaram noventa (90) eleitores. Não tendo a principio notado a Junta, occorrendo de nenhum dos incisos do art. 147, e nem havido impugnação ou protesto por parte dos interessados, foi a urna aberta pelo presidente, que della retirou as sobrecartas, que, contadas, verificou-se serem noventa e duas (92), havendo assim um excesso de duas (2) sobre o numero de eleitores, que votaram. Examinando mais detidamente a urna, a Junta verificou um inicio de violação da mesma, nas suas partes inferior e superior, que se apresentavam raxadas, podendo por ali ser introduzida uma sobrecarta. Decidiu-se então que o presidente nomeasse tres peritos para fazer o exame na urna."

E na reunião de 4 de julho seguinte:

"O presidente da Junta apresentou o laudo dos peritos relativo ao exame da urna apresentada, e deu a palavra aos interessados. Della usando o Dr. Alvaro Marcilio, delegado do Partido Progressista, achou que a urna devia ser apurada em separado, porque a Junta chegou a abrir a urna e a começar a apuração. O Sr. João Chaves, delegado do Partido Progressista Benedicto Valladares, aceitou o laudo dos peritos, achando que a Junta devia annullar a votação, deixando, porém, ao Tribunal attribuição de contar as cédulas. O Dr. Procurador Regional achou que a urna não devia ser apurada e o facto comunicado ao Tribunal. A Junta decidiu não apurar os votos desta urna, dando comunicação do facto ao Presidente do Tribunal Regional."

Do laudo pericial:

1 — No angulo esquerdo do lado posterior, isto é, o das dobradiças, encontra-se entre a tabua do fundo da urna e as paredes lateraes uma fresta de tres millimetros;

2 — Dentro da fresta, na distancia de quatro centimetros da extremidade da urna, nota-se na tabua do fundo um signal aprofundado na madeira, característico do esforço de instrumento duro, redondo, dando a idéa de emprego de tal meio para a separação das tabuas; mais adeante, a seis centimetros do primeiro signal, nota-se outro da mesma natureza e idêntica conformação á do primeiro, localizado entretanto na tabua da parede lateral; no lugar da canoneira metálica que se apresenta ligeiramente amassada, encontram-se vestígios da sua deslocação acompanhando a tabua do fundo, sendo visível o rebatimento de alguns pregos que ali, digo que a fixam. Deixam os peritos de examinar as cintas de papel do fechamento legal vista tratar-se de urna já aberta pela Junta Apuradora.

3 — Mostra aos peritos o conteúdo desta urna, composta de sobrecartas *communis* de votação e examinado este material foi notada a existencia de noventa e duas (92) sobrecartas, das quaes, noventa (90) se apresentavam absolutamente normaes, com dobras ou signal, ao passo que duas, uma de numero oito e outra de nove, ambas rubricadas pelo MM. Juiz Presidente do circulo apurador, se apresentam com vinco forte de uma dobra no sentido longitudinal, deixando para fóra a face escripta e apresentando ainda visiveis ranhuras e esfoladuras no papel. Sobre as anomalias acima descritas, isto é, dobra e das ranhuras, foram os peritos unânimes em concluir que os mesmos indicam vehementemente a introdução dessas duas sobrecartas na urna, pela abertura entre as tabuas do fundo. Passando ao exame comparativo destas duas sobrecartas, com as demais, foram notadas na de numero nove sensiveis differenças na sua escripta, isto é, nos dizeres preenchidos pelos membros da mesa receptora. A tinta com a qual foi escripta a de numero nove, é de coloração azul, preta, nitida e viva, enquanto que a tinta com a qual foram escriptas as noventa sobrecartas perfeitas é de tom esmaecido, característico de tinta velha e chimica-

mente recomposta em seus elementos. Igualmente foram notadas diferenças de conformação nos caracteres graphicos e mesmo na orthographia de algumas palavras. Nesta sobrecarta de numero nove, nota-se: a palavra Brazilio escripta com z, falta de accentuação no i da mesma palavra; a palavra Velloso do sobrenome do secretario da mesa, graphado com z, na ultima syllaba; o sobrenome Siqueira do presidente da mesa, com as ultimas syllabas em breve, tudo em divergencia com as noventa sobrecartas perfeitas que apresentam de modo absolutamente uniforme, Brazilia, digo — Brasilia, com s, os ii accentuados, Velloso, com s e Siqueira, assignado por inteiro. Por taes divergencias agravadas pelo tolho forçado e contrafeito da escripta, com preocupação embora de semelhança, são os peritos accórdos em concluir que são vehementes os indícios da falsidade da referida sobrecarta.

Passando ao exame da sobrecarta numero 8, que também apresenta a mesma dobra da de n. 9 e as mesmas ranhuras, notaram que os dizeres da sua inscrição manuscrita, não apresentam dessemelhança com as das demais perfeitas. Concluindo assim os exames da urna n. 950, respondem aos quesitos formulados, pela maneira seguinte:

- Ao 1º, respondem affirmativamente;
- Ao 2º, reportam-se aos itens 1º e 2º do laudo;
- Ao 3º, são de parecer que intencionaes;
- Ao 4º, sim abertura, digo, pela abertura descripta;
- Ao 5º, sim, desde que sejam dobradas, as sobrecartas ao meio, no sentido longitudinal;
- Ao 6º, sim, estão descriptas no item 3º do laudo;
- Ao 7º, sim, não só podiam ser introduzidas como apresentam indícios de terem sido;
- Ao 8º, não;
- Ao 9º, prejudicado com a resposta do 8º.

5 — As duas sobrecartas a mais são, portanto, falsas. E se são falsas, não são, portanto, sobrecartas "autenticadas". E só estas se contam para a nullidade pela coincidência a maior. Aceita a theoria exposta pelo respeitavel accórdão recorrido, ali sim é que se abria a porta á fraude: com ou sem violação da urna, sobrecartas "falsas" serão introduzidas a bel prazer.

Não ha, portanto, coincidência de sobrecartas a maior. E assim já me manifestei no Recurso n.

6 — Menor procedente não é o outro fundamento referente á violação da urna.

O facto material da violação foi constatada, e bem andou a Junta em sobrestar essa apuração; agio nos estrictos termos do art. 147 § 1º letra "b" do Codigo.

Pelo § 4º desse mesmo art.:

"As impugnações dos interessados com o fundamento na violação da urna ou machina, só poderão ser apresentadas até a sua abertura".

Ora, o então recorrente e ora recorrido não fez esse protesto antes da abertura da urna.

Portanto, o facto material dessa violação, para a introdução de sobrecartas falsas não pôde, *per se*, prejudicar toda uma eleição escoreita e sem qualquer eiva de nullidade.

Annular a votação seria coonestar a fraude, acorçoar os falsarios para novas proezas, e (quiza) crear o corpo especial de escribas peritos em falsificar sobrecartas e introduzi-las na urna que fosse conveniente para obter a annullação e evitar a victoria da verdade eleitoral.

7 — Opino, portanto, pela reforma do accórdão recorrido e apuração da votação em apreço.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 1937. — Dr. José Maria Mac-Dowell da Costa, procurador geral interino.

Estado de Alagoas

PARECER N. 798

Apelação criminal n. 58, classe 5ª — Appellante, Oséas Accioly Tenorio — Appellado, Procuradoria Regional Eleitoral — Relator, Sr. desembargador Collares Moreira.

1 — Voltam estes autos á Procuradoria Geral, em virtude da parte final do respeitavel accórdão de fls. 36:

"Considerando, ainda, que por este delicto, ao contrario daquella e conforme o artigo 186 do mesmo Codigo, só poderá ser processado perante o juiz

eleitoral da respectiva zona, accordam os juizes do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, dando provimento ao recurso para absolver o réu do delicto em que foi condemnado, em mandar que seja o processo remetido ao Dr. procurador geral para proceder como de direito. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1937."

A Procuradoria Geral, de ha muito, já baixou as necessárias instrucções a todas as Procuradorias Regionaes para os processos contra os eleitores faltosos, e taes instrucções estão sendo cumpridas.

Portanto, já o Ministerio Publico está procedendo como de direito.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1937. — Dr. José Maria Mac-Dowell da Costa, procurador geral interino.

Estado de Minas Geraes

PARECER N. 799

Recurso eleitoral n. 621, classe 3ª — Recorrente, Custódio de Paula Rodrigues e outro — Recorrido, Sertorio de Amorim e Silva e outros — Relator, Sr. professor João Cabral.

1 — O pedido inicial foi o seguinte:

"O infra assignado, vereador eleito pela legenda "Partido Reconstructor" (doc. n. 1), não se conformando com a eleição do Presidente e Secretario á Camara Municipal deste municipio, vem, baseado no art. 182 do Codigo Eleitoral, recorrer, como de facto recorrido tem, para o Egregio Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado da alludida eleição pelos fundamentos seguintes:

1º — que o vereador mais votado em primeiro turno Theodomiro de Abreu e Silva convocou os demais vereadores para a reunião no dia 7 deste mez no edificio da Prefeitura;

2º — que no dia designado compareceram os onze vereadores convocados (doc. n. 1);

3º — que no momento da eleição dos membros da mesa o recorrente e os demais vereadores Joaquim Pedro de Souza, Modesto Teixeira Salgado, Dr. Zoroastro Pereira Lima, e Miguel Fernandes de Oliveira se abstiveram de votar (doc. n. 1);

4º — que, votaram, portanto, os seis vereadores votantes;

5º — que, dentre estes seis vereadores que concorreram ás eleições existe dois delles, os de nomes Theodomiro de Abreu e Silva e Dr. Sertorio de Amorim e Silva a incompatibilidade prevista no numero 3º do art. 19 da lei n. 2, de 14 de setembro de 1891 (doc. n. 2);

6º) que, devido a esta incompatibilidade os dois vereadores citados não podiam funcionar conjuntamente na Camara Municipal, e nem concorrerem com seus votos na eleição dos membros da mesa;

7º) que, além disto, foi eleito presidente da Camara o Dr. Sertorio de Amorim e Silva, vereador menos votado que seu sogro Theodomiro de Abreu e Silva;

8º) que, como dispõe o § 1º do art. 19 da citada lei, aquelle não pôde exercer o cargo de vereador, tornando-se por isto, nulla a sua eleição para presidente da Camara;

9º) que, devido o impedimento citado e tendo os dois vereadores impedidos votados na eleição dos membros da mesa, tornou-se esta nulla;

10º) que, excluindo os dois votos nullos a eleição foi procedida com a minoria dos vereadores e, portanto, com flagrante desrespeito á lei".

2 — A decisão foi esta:

"Accordam os Juizes do Tribunal Profissional, adoptando integralmente o parecer do Dr. Procurador Regional supra citado, negar provimento ao recurso e reputar como valida a eleição de que se recorre. Na verdade, entre os vereadores á Camara Municipal ha dois que estão ligados por parentesco actual previsto na lei n. 2, de 14 de setembro de 1891, art. 19 — sogro e genro — e são elles: Dr. Sertorio de Amorim e Silva e Theodomiro de Abreu e Silva, (fls. 31),

mas a incompatibilidade, conforme se vê do referido artigo, cá-se no exercício do mandato perante a Câmara. Se esta não estava installada, se precisamente para o acto de installação é que se fizera a eleição de sua Mesa directora, é claro que a incompatibilidade não pôde alcançar os votos conferidos pelos dois vereadores, ao tempo da eleição da citada Mesa.

Empossada esta, installada a Câmara, a partir de então o exercício, conjuncto dos vereadores incompatibilizados é o que a lei veda e presereve, nestes termos: "Não podem servir conjunctamente na mesma Câmara Municipal ou no mesmo Conselho Districtal:..... 3º) sogro e genro (art. 19).

No caso, a eleição fez-se com maioria absoluta dos membros da Câmara: seis vereadores, contra cinco, que se absteram de votar, sendo de onze o numero de vereadores nesse departamento ou municipio, e se excluidos não podem ser os votos dados pelos dois vereadores acima alludidos pelo fundamento exposto, segue-se que valida fôra a eleição contra o qual — recurso foi interposto".

3 — Dahi o recurso de se tomar conhecimento porque interposto no prazo e cita jurisprudencia.

4 — A decisão deste recurso está intimamente ligada á do recurso n. 623, de que é o relator o Sr. Ministro Plinio Casado. Por isso me reporto ao parecer alli exarado que junto em annexo.

5 — Vencedor aquelle meu ponto de vista, deverá ser reformado o presente accordão: não me parece que se exercer o direito de voto para eleição da mesa definitiva da assembléa, não seja *funcionar* nessa assembléa. Logo, o impedimento ou incompatibilidade também já existia; e, pois, a consequente nullidade dessa eleição, também por esse motivo.

Ri., de Janeiro, 13 de abril de 1937. — Dr. José Maria Mac Dowell da Costa, Procurador Geral Eleitoral, interino.

Estado de Minas Geraes

Recurso eleitoral n. 623 — Classe 3ª — Recorrente, Octavio Brasiliense de Araujo — Recorrido, José Martha — Relator, Exmo. Sr. ministro Plinio Casado.

PARECER N. 806

1 — O Dr. José Martha havia recorrido ao Tribunal Regional de Minas Geraes contra a eleição para Prefeito Municipal de Abre Campo:

"1) porque, na eleição do Prefeito, como na do presidente da Câmara, funcionaram conjuntamente dois vereadores incompatíveis: Theodomiro de Abreu e Silva (sogro) e Dr. Sertorio d'Amorim e Silva (genro), com violação do dispositivo do art. 19, § 3º da lei Estadual n. 2, de 14 de setembro de 1891 que presereve: "Não podem servir conjuntamente na mesma câmara municipal — sogro e genro". (Vide artigo 16 do decreto n. 8.503, de 21 de abril de 1928 e lei n. 837, de 29 de setembro de 1922, art. 16);

2) porque, havendo o vereador Dr. Orlando de Abreu Cotta renunciado o mandato no dia 3 do corrente, no dia immediato foi convocado o seu suplente, Miguel Fernandes de Oliveira, para o dia 7, quando se realizaram as eleições para prefeito e presidente da Câmara, sendo certo, entretanto, que tal convocação devia ter sido feita com o prazo de 10 (dez) dias, como já decidiu o Tribunal;

3) porque a acta respectiva, embora presentes e empossados o primeiro e o segundo secretarios, foi lavrada por pessoa extranha á Mesa, e, por isso mesmo, incompetente para fazel-o, e assignada apenas por tres (3) dos vereadores presentes á sua lavratura;

4) por que a eleição se realizou em hora differente da designada no edital de convocação — eis que, eleita a Mesa, o Dr. Sertorio d'Amorim e Silva assumindo a presidência dos trabalhos, encerrou a sessão e convocou outra para as 14, 20 minutos, afim de se proceder á eleição do Prefeito. Além disso, houve duas convocações para o mesmo fim: uma, para ás

12 horas, feita pelo vereador mais votado e outra, para ás 14, 20 minutos, pelo presidente da Câmara; ao passo que a eleição do prefeito devia realzar-se em seguida á eleição da Mesa, independentemente de nova convocação;

5) sendo 11 (onze) o numero dos vereadores que constituem a Câmara Municipal e recebendo o Coronel Octavio Brasiliense de Araujo apenas os sufragios de cinco (5) delles (inclusive os incompatíveis) claro é que não foi elle eleito pela maioria da Câmara e sim pela minoria, o que contravem ao disposto no artigo 61, § 1º da Constituição Mineira (Acc. do Trib. Reg. Eleitoral em 22 de junho de 1936);

6) porque, finalmente, a lei n. 55 de 29 de dezembro do anno passado é evidentemente inconstitucional em face do art. 5º, XIX, letra f da Constituição Federal pelo que, data venia, não podia ser validamente applicada á eleição do Prefeito, para justificar o triumpho da minoria da Câmara."

As allegações estão provadas nos autos.

2 — O Dr. Procurador Regional assim opinou a fls. 32 verso:

"Quando da eleição do Prefeito de Abre Campo, já estava constituida a Câmara Municipal, que se compõe de 11 vereadores. Foi a Câmara que elegeu o Prefeito, estando presentes apenas 6 vereadores, dos quaes dois não podiam servir conjunctamente na mesma Câmara, por incompatibilidade em virtude de parentesco. Deste modo, não se realizou a eleição do Prefeito pela maioria da Câmara, como determina a Constituição Estadual, no art. 61, § 1º. E, pois, de se dar provimento ao recurso, conforme, verbalmente, expliquei melhor, quando do julgamento."

3 — E o Tribunal a quo decidiu:

"Do exposto logo se vê que figuraram na eleição do Prefeito os vereadores Dr. Sertorio de Amorim e Silva e Theodomiro de Abreu e Silva, parentes em grão prohibido (sogro e genro), conforme se vê da prova existente nos autos — prohibição essa que a lei n. 2, de 14 de setembro de 1891, estabelece no art. 19, n. 3. Ora, se na eleição interveiu voto de quem impedido estava do exercício conjuncto, na mesma Câmara, e se secreto é voto, a eleição não se fizera validamente; ademais, a Constituição Estadual, no art. 61, § 1º, presereve que o Prefeito será eleito pela maioria da Câmara.

Não exigindo esse dispositivo a maioria de metade mais um, entende-se que a maioria será constituida; em tal hypothese, de mais de metade dos membros componentes da Câmara.

A de Abre Campos compõe-se de onze vereadores. Assim, seis votos dados a um candidato, seriam, sem duvida, maioria simples ou maioria absoluta, porém, esse numero de votos não o logrou o candidato Octavio Brasiliense, o qual apenas obteve cinco votos, e, não obstante, foi considerado eleito.

A nullidade dessa eleição é, portanto, fundada e indubitavel:

a) porque não havia *quórum* para a eleição, dada a prohibição posta pelo art. 19, da lei n. 2;

b) porque interveiu na votação eleitoral que não podia votar, isto é — vereador incompatibilizado de servir conjunctamente com outro, e secreto que é o voto;

c) porque não foi cumprido o dispositivo constitucional, o qual requer a maioria da Câmara, na eleição do Prefeito.

Attendendo aos fundamentos expostos, tendo em vista o parecer a fls. 29a, do Dr. Procurador Regional:

Accordam os Juizes do Tribunal dar provimento ao recurso, para declarar nulla a eleição do prefeito de Abre Campo, supra mencionado, afim de que a nova eleição se proceda, com observancia dos dispositivos legais, referentes á especie *sub judice*".

4 — Dahi o presente recurso, tempestivamente interposto (não houve publicação do accordão), citada a jurisprudencia tida por offendida.

5 — As razões do recorrente não convencem: o accordão merece confirmação, principalmente pela inconstituição.

validade das leis ns. 55 e 175 do Estado de Minas, como já tenho sustentado em recursos semelhantes, pendentes de julgamento, e cujas razões passo a adduzir:

"Pela prova dos autos a decisão recorrida deverá ser mantida. Mas ella padece do vicio de inconstitucionalidade, como já salientei em outros pareceres a respeito das leis ns. 55 e 173 do Estado de Minas, que regem as eleições Municipaes.

E o faço pelos seguintes fundamentos já expendidos no recurso n. 614 deste mesmo Estado de Minas Geraes, a saber:

Mas, a reunião e a eleição tendo sido presididas por pessoas estranhas á Justiça Eleitoral, e tendo por fim *ex-vi legis*, e acto continuo eleger o prefeito, chefe do Poder Executivo Municipal; — ali é que me parece existir a nullidade, ou melhor: o vicio da inconstitucionalidade. E desse mesmo vicio estão cívadas as leis mineiras ns. 55 e (principalmente) 173, cuja applicação se pede a este Collegio Tribunal Superior.

Com effeito: a Constituição Federal estabelece no artigo 5º, n. XIX, f, a competência privativa da União para:

"Art. 5º.

f) *materia eleitoral da União, dos Estados e dos Municipios, inclusive alistamento, processo das eleições, apuração, recursos, proclamação dos eleitos e expedição de diplomas*."

Nas excepções enumeradas no § 3º desse mesmo artigo se não encontra a *materia eleitoral*. E note-se, ainda mesmo para aquellas excepções esse poder *suppletivo* ou complementar é sómente para "supprir as lacunas ou deficiencias da legislação federal, *sem dispensar as exigencias destas*". E sómente para as *materias enunciciadas nesse § 3º do artigo 5º* é que os Estados têm poder para elaborar taes leis, *ex-vi* da n. III do artigo 7º da mesma Constituição.

E no artigo 83, assim se expressa o Estatuto Federal:

"Art. 83. A Justiça Eleitoral, que terá *competencia privativa* para o processo das eleições federaes, estaduais e *municipaes*, inclusive as dos representantes das profissões e *exceptuadas a do que trata o artigo 52, § 3º*, caberá:

b) fazer o alistamento;
e) resolver sobre arguições de inelegibilidades e incompatibilidade;

g) proceder á apuração dos suffragios e proclamar os eleitos;

i) decretar perda do mandato legislativo, nos casos estabelecidos nesta Constituição e nas dos Estados;

§ 2º Os Tribunaes Regionaes decidirão, em ultima instancia, sobre eleições municipaes, excepto nos casos do § 1º, em que cabe recurso directamente para a Corte Suprema e no do § 5º;

Que taes principios são institucionaes, isto é, basicos do regime adoptado pela lei Magna, basta ler-lhe o art. 178:

"Art. 178. A Constituição poderá ser emendada quanto as alterações propostas *não modificarem* a estrutura politica do Estado (arts. 1 a 14, 17 a 21); a organização ou a competencia dos poderes da soberania (capitulos II, III, IV, do Titulo I; o capitulo V, do Titulo I, o Titulo II, o Titulo III; e os artigos 175, 177, 181, e este mesmo art. 178); e revista, no caso contrario."

Nem mesmos emendas á Constituição podem alterar esses dispositivos, isto é, (na parte que directamente interessa ao caso vertente) os arts. acima transcritos).

Ora, a invocada lei 173, cuja applicação pretendem os recorrentes seja ordenada por este Tribunal Superior, fere de frente dispositivos claros e taxativos doCodigo Eleitoral (Lei Organica, *ex-vi* dos ar-

tigos 39 n. 1 e 82 § 6º *in fine* da Constituição Federal). Basta ler, dessa lei estadual, os arts. 1º, 2º, § 3º e seus paragraphos 4º e 5º, que disciplinam:

a) eleição do prefeito sob presidencia alheia á Justiça Eleitoral;

b) cassação do mandato de verador sem ser pela Justiça Eleitoral;

c) registro de candidatos a prefeito contra os prazos fixados noCodigo Eleitoral;

e) desempate na eleição de prefeito em desacôrdo com os dispositivos doCodigo Eleitoral.

A propria Mesa da digna Assembléa Legislativa, na justificação transcripta pelos recorrentes, é quem se encarrega de provar a inconstitucionalidade dessa lei, ao declarar que ella veio sómente "preencher uma lacuna" e "justamente de accordo com o processo eleitoral estabelecido pela Constituição Federal."

Se, *preencher uma lacuna* legisla em *materia eleitoral*, invade o campo destinado privativa, *exclusivamente*, á União Federal, padece do mal insanavel de attentar contra a Magna Carta Federal e leis inconstitucionaes não podem ser cumpridas pelo Poder Judiciario.

Per esses fundamentos, opino pela reforma do acôrdo recorrido e que se proceda a nova eleição na forma do estabelecido nas Instrucções proferidas no Acôrdo n. 493 v. e no recurso n. 565 (Bol. El., n. 142, de 5 de dezembro de 1936, pag. 4.070.)

Se se devesse admitir que a eleição indirecta permitida pelo n. I do art. 13 da Conf. Fed. escapasse ao imperativo do art. 5º, XIX, f, teriamos de infringir outros dispositivos da mesma Constituição:

a) o art. 17 n. I que veda á União — preferencias em favor de uns contra outros Estados;

b) o art. 39 n. 8, letra e, retirando-se da competencia do Legislativo Federal essa referencia á *materia eleitoral* (note-se bem que a Constituição disse *materia* que é mais amplo do que *direito*);

Ter-se-ia, portanto, retirado *materia eleitoral* da competencia da União para dal-a a *alguns* Estados, preferentemente, estabelecendo desigualdades."

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1937. — Dr. José Maria Mac-Dowell da Costa, procurador geral, interino.

TRIBUNAL REGIONAL DE JUSTIÇA ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHOS DO SR. DESEMBARGADOR-PRESIDENTE

Dia 10 de abril de 1937

Henrique Gonzaga de Souza Amorim, pedindo férias a contar do dia 9 de abril. — Como requer.

Dia 13

Manoel Joaquim de Almeida Redondo, identificador, pedindo suas férias do exercicio de 1936. — A vista da informação, defiro o pedido.

EDITAES E AVISOS

Terceira Circumscripção

DECIMA QUARTA ZONA ELEITORAL

(Districtos municipaes de Realengo, Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz)

Juiz — Dr. Frederico de Barros Barreto

Escrivão — Dr. Plácido Modesto de Mello

RECTIFICAÇÃO DE NOME

Despacho do M. M. Dr. Juiz da 14ª Zona Eleitoral no processo de inscripção n. 5.210, titulo n. 5.212 de Afranio Teixeira, que requereu rectificação de seu nome para Afra-

pio Januario Teixeira: — Proceda-se á reoffificação, ex-
trahindo-se novas vias do título, P. R.
Rio de Janeiro, D. F., 8 de abril de 1937 — O juiz da
11ª Zona Eleitoral — Barros Barreto. — Pelo escrivão, João
Aguiar Junior.

QUALIFICAÇÃO REQUERIDA

Segunda Circumscrição

SEXTA ZONA ELEITORAL

(Districtos municipaes de Lagôa, Copacabana e Gavea)

Juiz — Dr. Saul de Gusmão

Escrivão — Dr. Francisco Farias

QUALIFICADOS POR DESPACHO DE 5 DE ABRIL DE 1937

7.782. Celina de Vasconcellos.
7.783. Yolanda da Motta Portinho.
7.784. João Borges do Amaral.
7.786. Anna de Jesus Paz.
7.787. Esther Medeiros Saraiva.
7.788. Sebastiana de Sousa Figueira.
7.789. Heitor Menezes.
7.790. Geraldo Horacio de Oliveira.
7.791. Daria Santos Portugal.
7.792. Djalma Rodrigues Maia.
7.793. Domingos Luciano.
7.794. Dolores Ferreira da Paixão.
7.795. Carlos dos Santos.
7.796. Carlos de Mattos.
7.797. Heloisa de Sá Vasconcellos.
7.798. Hylka Peixoto.
7.799. Henrique Telles Ferreira.
7.800. Iracema Alves Moreira.
7.801. Israel Abalen Abirached.
7.802. Ilza Carneiro Chaves.
7.803. Inah de Miranda Ribeiro e Silva.
7.804. João dos Santos Ferreira.
7.805. João Lourenço Fernandes.
7.806. Manoel Baptista Ramos.
7.807. Manoel Lourenço.
7.808. Balbina Maria da Penha.
7.809. Oswaldo Leal Leite.
7.810. Nelson Chamme.
7.811. Olyntho André Marconi.
7.812. Rui Martins.
7.813. Raul Vianna Pacheco.
7.814. Raul Bicalho.
7.815. Rubens Xavier de Sousa.
7.816. Ulysses Silva.
7.817. Wanderlina Carvalho Pires.
7.818. Manoel Luiz Gonzaga.
7.819. Waldemar Nobrega dos Santos.
7.820. José Amaro Evangelista.
7.821. João Carvalho dos Santos.
7.822. Laura Bezerra.
7.823. Lauro Mattos.
7.824. Manoel Lopes de Carvalho Fumo.
7.825. Manoel Prudente Villas.
7.826. Arthur Vicente de Araujo Oliveira Guimarães.
7.827. Archibal Estellita Cavalcanti Pessoa.
7.828. Antonio Esteves.
7.829. Antonio da Conceição.
7.830. Antonio Braz de Sousa.
7.831. Alzira Masson Jacques.
7.832. Americo de Carvalho.
7.833. Antonio José Louzada Filho.
7.834. Antonio Lopes.
7.835. Arnand Kurth.
7.836. Celio Maciel.
7.837. Cyro Gonçalves Siqueira.
7.838. Eugenio dos Santos.
7.839. Haroldo Assis Pacheco.
7.840. José Alves Monteiro.
7.841. José Cascardi Pinto.
7.842. Lyoff Furtado Barroso.
7.843. José Fernandes.

7.844. José Affonso de Farias.
7.845. Luiz de Jesus.
7.846. Maria Rosa Dourado.
7.847. Luiz Moreira da Costa Lima.
7.848. Virginia Gonçalves Gomes.
7.849. Tobias Pereira.
7.850. Roberto de Abreu Rangel.
7.851. Oscar dos Reis Machado.
7.852. Roland Pereira de Sousa.
7.853. Amelia de Vasconcellos.
7.854. Antonio Carvalho de Oliveira.
7.855. Daniel Gonçalves Paiva.
7.856. Zenobio Gomes de Oliveira.
7.857. Elvira Batiu Y Pueyo.
7.858. Arlindo Cesar da Fonseca.
7.859. Albertina Teixeira de Macedo Abreu.
7.860. Antonio Ferreira Guiné.
7.861. Paulo Affonso de Mello Barreto.
7.862. Nair de Lima.
7.863. Laudelina Gomes.
7.864. Nelson Valle.
7.866. Aguello Augusto de Azevedo Araujo.
7.867. Bernadette Barbosa.
7.868. Angelina de Lucca Brito.
7.869. Roberto Rodrigues de Carvalho.
7.870. José da Silva Mutti.
7.871. Francisco Ribeiro Guimarães Filho.
7.872. Ida Seraphim.
7.873. Helio Pinto dos Santos.
7.874. Evaristo José Cordeiro.
7.875. Haroldo dos Reis Gordilho.
7.876. João Augusto do Rego Barros Mac Dowell.
7.877. Marietta de Carvalho Costa.
7.878. Vivaldo Bernardo.
7.879. Alodia Amaro de Oliveira.
7.880. Humberto de Lima.
7.881. Jayme de Athayde Silveira.
7.882. Sebastião Cesar da Silva.
7.883. Adhemar Garcia de Paiva.
7.884. Stella Chaves.
7.885. Baydca Garcia Terra.
7.886. Antonio Ignacio de Mello.
7.887. Ivan Pujol.
7.888. Jasson Gonçalves Nunes.
7.889. Braz Bezerra de Vasconcellos.
7.890. Helena Vianna Machado Piragó.
7.891. Germana Rego Macedo.

QUALIFICADOS POR DESPACHO DE 6 DE ABRIL DE 1937

7.892. Dora Maria Noronha.
7.893. Lourença Virmond Carnasciani e va.
7.894. Antonio Capelletti.
7.895. Marina Alves Lopes da Cruz.
7.896. Ary Gill.
7.897. Anna Martins de Mello.
7.898. Antonio Lopes Bugada.
7.899. Lucia Imbassahy de Souza Freitas.
7.900. Yolanda Palhares Heinzelmann.
7.901. Sebastião Luiz Ramos.
7.902. Severino do Amaral Montenegro.
7.903. Maud de Andrade Veiga.
7.904. Maria Ottilde Martins de A.
7.905. Joaquim Pereira Teixeira.
7.906. Sebastião Reynaldo Lourenço.
7.907. Alberto Vairo de Oliveira.
7.908. Fernando de Sousa.
7.909. Garcidio Soares.
7.910. Tancredo Ventania.
7.911. João Carlos de Araujo Barreto.
7.912. Jovina Barbosa Vianna.
7.913. Themistocles Prado Costa.
7.914. Luiz Orlando Aversa.

QUALIFICADOS POR DESPACHO DE 9 DE ABRIL DE 1937

7.924. Evangelina Burle.
7.925. Geraldo Barroso Leite.
7.926. Juracy Pereira da Silva.
7.927. Aroldo Corrêa Lima.

QUALIFICADOS POR DESPACHO DE 10 DE ABRIL DE 1937

- 7.928. José Barreto de Menezes Netto.
7.929. Rodrigo Emilio Bompaner.
7.930. Joel de Sales Coeino.
7.931. Maria Monteiro de Queiroz.
7.932. Maria Faustina da Silva.
7.933. Antonio Gonçalves Moreira.
7.934. João José de Sant'Anna.
7.935. Maria José Casaes Fontes.
7.936. Altina Sampaio Waldeck.
7.937. Antonio Fernandes.
7.938. Rodrigo Francisco da Silva.
7.939. Nestor Moreira Campos.
7.940. Mario Moreno.
7.941. Maria Almeida Gurgel.
7.942. Jordão Pereira dos Santos.
7.943. Justino Carneiro.
7.944. Olympio Vito de Araujo Oliveira Guimarães.
7.945. Pedro Costa Faria Filho.
7.946. Pantaleão Alvaro dos Santos.
7.947. Maria Antonia Lavatori.
7.948. Manoel Cardozo da Silva.
7.949. Austecleniano dos Santos.
7.950. Ernesto Ribeiro de Carvalho.
7.951. Elvira de Almeida.
7.952. Gilberto Maia de Camargo Abib.
7.953. Rogerio Netto da Rocha Carvalho.
7.954. Heloisa Helena Muniz.

DILIGENCIA

QUALIFICADOS POR DESPACHO DE 5 DE ABRIL DE 1937

- 7.785. Miguel de Lemos.

QUALIFICADOS POR DESPACHO DE 6 DE ABRIL DE 1937

- 7.915. Elizabeth Thereza Leonardos.

INDEFERIDOS

POR DESPACHO DE 6 DE ABRIL DE 1937

- 7.865. Manoel de Souza Duque.
7.916. Edna Angelina Leuzinger Heinzelmann.
7.917. José Gabriel do Nascimento.
7.918. Maria Halfeld Pires.
7.919. Alzira Procter.
7.920. Walter Pires Loureiro.
7.921. Jardelino Nascimento de Mattos.
7.922. Emilio Kurt Schup.
7.923. Philipina Meurer Hiendorf.

NONA ZONA ELEITORAL

(Districtos municipaes de Tijuca e Engenho Velho)

Juiz — Dr. Nelson Hungria Hoffbauer

Escrivão — Dr. Francisco Farias

QUALIFICADOS POR DESPACHO DE 9 DE ABRIL DE 1937

- 5.098. Ary Pedro de Arruda.
5.099. Antonio Mathias Moreira Netto.
5.100. Antenor Mesquita.
5.101. Antonio Gonçalves do Nascimento.
5.102. Alda Costa Miranda Friça.
5.103. Alzira Franco Oneto.
5.104. Arino Andrade de Oliveira.
5.105. Agenor Santos.
5.106. Arthur Amancio de Carvalho.
5.107. Benedicto Vianna de Moraes.
5.108. Benedicto Raulpho Barbosa.
5.109. Cleonice Guimarães Lopes.
5.110. Dalila Bittencourt Capanema.
5.111. Durval Vargas Figueiredo.
5.112. Demetrio Massad.
5.113. Deomar Rodrigues Dantas.
5.114. Deomethilde Coelho da Silva.

- 5.115. Emiliano Priamo da Silva.
5.116. Eugenio Gonçalves dos Santos.
5.117. Emmons Guilherme de Andrade.
5.118. Felismino do Nascimento.
5.119. Geraldo da Silva.
5.120. Geraldo Francisco de Almeida.
5.121. Hilda Gomes Cardoso.
5.122. Haydee Mello de Oliveira.
5.123. Ilka Ribeiro de Souza.
5.124. Irene da Conceição Silva.
5.125. Isolina Guimarães Bittar.
5.126. José Alves Corrêa.
5.127. José Peres Prata.
5.128. João Gomes de Oliveira.
5.129. José Francisco Guimarães Filho.
5.130. Leonel Alves de Souza.
5.131. Laura Degour Barretto.
5.132. Luiz Accioly Braga.
5.133. Maria José de Moraes Delphino.
5.134. Marcelina Lyra de Souza.
5.135. Manoel Severo de Menezes.
5.136. Múrcillo Pilar de Menezes.
5.137. Manoel Affonso do Espirito Santo.
5.138. Miguel Bittar.
5.139. Maria Figueira de Almeida.
5.140. Oswaldo Gerpe Leal.
5.141. Orlando Cardoso Jacques.
5.142. Paulo Baptista.
5.143. Paulo Francisco de Sá.
5.144. Paschoal Detrano Junior.
5.145. Serafim da Silva Neves Junior.
5.146. Sara Eugenia Fernandes Duarte.
5.147. Sylvia Gomes Cardoso.
5.148. Sebastião Cardoso.
5.149. Waldemar Nogueira.
5.150. Zuleika Perestrello Casanova.
5.151. Raymunda Bandeira.
5.152. Veny Felix Fonseca.
5.153. Gemina Yolanda Couto.
5.154. Victor do Carmo Ribeiro.
5.155. Clio Nogueira Garrido.
5.156. Aurea Rodrigues.
5.157. Corina Dias Piragibe.
5.158. Dalva de Almeida Macedo Soares.
5.159. Waldemar Victorino da Costa.
5.160. Oswaldo Ribeiro.
5.161. Antenor Joaquim de Almeida.
5.162. Raphael Vital.
5.163. Oswaldo Proença Gomes.
5.164. Wilson Miguez.
5.165. Aminadab Verçosa Barros.
5.166. Annibal Fortuna.
5.167. Antonio José do Rosario.
5.168. Jonathas de Oliveira.
5.169. Marçal Lopes Filho.
5.170. Hilda Caldeira.
5.171. Manoel de Almeida Nevés.
5.172. Vicente Armando Pinto.
5.173. Alberto Lopes.

Terceira Circumscrição

DECIMA SEGUNDA ZONA ELEITORAL

(Districtos municipaes de Piedade, Irajá e Penha)

Juiz — Dr. Antonio Carlos Lafayette de Andrada

Escrivão — Dr. Plácido Modesto de Mello

QUALIFICADOS POR DESPACHO DE 31 DE MARÇO DE 1937

- 12.374. Zulmira Campos de Toledo Moraes.
12.375. Antonio Bomfim de Carvalho.
12.376. Antonio da Silva Sampaio.
12.377. Anna Borges Louro.
12.378. Albertina de Almeida.
12.379. Amarilló de Oliveira Andréa.
12.380. Adamastor de Lima.
12.381. Angelica Fonseca dos Santos.
12.382. Carlos Machado Vieira.
12.383. Braulio de Azevedo Barbosa.
12.384. Christina Lardy Machado Bezerra.
12.385. Elvira Pires Ferreira.

12.386. Fructuoso Emygdio Chaves.
 12.387. Isaura Dias Arribada.
 12.388. Ivette Franco.
 12.389. Leandro Gonçalves.
 12.390. Luiz Narciso Barréiras.
 12.391. Maria Lima Borges.
 12.392. Maria Dias d'Arribada.
 12.393. Mario Cavalcante.
 12.394. Manoel de Souza.
 12.395. Maria Cavalcante.
 12.396. Octacilio de Castro Perret.
 12.397. Oscar José Pereira.
 12.398. Sebastião Clotório Nogueira.
 12.399. Sebastião Costa.
 12.400. Wenceslau Gomes da Silva.
 12.401. Bellarmino de Souza Bezerra.
 12.402. Arlette Pereira de Mendonça.
 12.403. João Manoel de Moraes.
 12.404. Altamiro da Silva Borges.
 12.405. Estella de Carvalho Bonard.
 12.406. Hercília Gomes Costa.
 12.407. Walter José Borges.
 12.408. Celia Moutinho dos Reis.
 12.409. Hilario José Rodrigues.
 12.410. Waldemiro Loretto do Nascimento.
 12.411. Orlando de Oliveira.
 12.412. Nilo de Souza Tavares.
 12.413. Augusto Marques Dias.
 12.414. Ruy Moreira da Silveira.
 12.415. Genesio José da Silva.
 12.416. Julio Teixeira Guimarães.
 12.417. Dagmar Grado Pinto.
 12.418. Diva Rodrigues Vieira.
 12.419. Esmeraldo Jorge.
 12.420. Dionísio da Costa.
 12.421. José Octavio Moreira.
 12.422. José da Silva.
 12.423. Amorita Pereira Paes.
 12.424. Arlindo Affonso Gonçalves.
 12.425. Alfredo Fernandes de Souza.
 12.426. Armando Alves Moreira.
 12.427. Antonio da Silva Moreira.
 12.428. Antonio do Carmo Ferreira Alves.
 12.429. Edgard Quintal Domingues.
 12.430. Eugenia Maria do Carmo.
 12.431. Florestides Lucio de Alcantara.
 12.432. Fernando Gomes da Cunha.
 12.433. Honorio de Araujo.
 12.434. Honorina Lima.
 12.435. João Augusto Cicero Filho.
 12.436. José Teixeira.
 12.437. Laudelina Lamego Oliveira.
 12.438. Leonor dos Santos Queiroz.
 12.439. Laudelino Alves das Chagas.
 12.440. Othon Lemgruber.
 12.441. Olinda Guimarães.
 12.442. Oswaldo Gomes da Silva.
 12.443. Pacifico Alves da Silva.
 12.444. Universina Damasceno Guerra.
 12.445. Venancio Vivas.
 12.446. João Peixoto.
 12.447. Edmundo Affonso Baio.
 12.448. Ivo Coutinho.
 12.449. Antar Bulhões Carvalho.
 12.450. Cello Vieira de Barros Machado.
 12.451. Josino Fernandes de Carvalho.
 12.452. Nair Cavalleiro.
 12.453. Antonio Francisco Rigas Filho.
 12.454. Altamiro Teixeira da Rocha.
 12.455. Amaury Alves da Silva.
 12.456. Anna Pereira.
 12.457. Affonso Dionísio Rueda.
 12.458. Antonio Carolino.
 12.459. Adriano Chianini.
 12.460. Alvarino Antonio de Castro.
 12.461. Arnaldo Lourenço da Silva.
 12.462. Braz Curcino de Souza.
 12.463. Cicero Joaquim da Silva.
 12.464. Carlos Pereira Torres.
 12.465. Delphina de Jesus Zainho.
 12.466. Durval Carlos da Conceição.
 12.467. Felício Moysés.
 12.468. Francisco de Queiroz Gomes.
 12.469. Helena Fonseca dos Santos.

12.470. João Gonçalves Ribeiro.
 12.471. José de Avila Tavares.
 12.472. João Carlos Bahiana.
 12.473. Iracema Benites de Jesus.
 12.474. José Augusto Simões.
 12.475. José de Almeida Pinna.
 12.476. Luiz Leal.
 12.477. Luiz Lopes Leal.
 12.478. Mathias Manoel Moreira.
 12.479. Manoel Raymundo da Silva.
 12.480. Maria José.
 12.481. Maria Luiza.
 12.482. Manoel Cesario de Albuquerque.
 12.483. Maria Vicentina Sisto.
 12.484. Newton da Silva Gomes.
 12.485. Octavio Freire.
 12.486. Raul da Silveira.
 12.487. Roberto Alves.
 12.488. Sebastião Marcos de Moura.
 12.489. Waldemar Magnolo.
 12.490. Venício Nelson Velloso de Lima.
 12.491. Venício de Albuquerque Reis e Silva.
 12.492. Zulmira da Rosa Assis Carneiro.
 12.493. Milton de Assis Pinto.
 12.494. Arabelle Sampaio.
 12.495. Aida Serra Lameira.
 12.496. Aymberé Antonio de Barros.
 12.497. Aurelio Calheiros Cavalcante.
 12.498. Felipe Pereira.
 12.499. Guilherme Causa Ruiz.
 12.500. Hollandina Gomes da Silva.
 12.501. João Americano Fontaínha.
 12.502. João Coelho da Silva.
 12.503. Jorge Mont Serrat.
 12.504. Moacyr Fernandes.
 12.505. Sophia de Oliveira Silva.
 12.506. Alberto Rodrigues Rosa.
 12.507. José Cahet de Albuquerque.
 12.508. José da Silva Dias.
 12.509. Oswaldo Silveira.
 12.510. Hermenegildo Jafobá.
 12.511. Pedro José da Silva.
 12.512. Moacyr de Souza Jardim.
 12.513. Antonio José da Cruz.
 12.514. Paulo de Souza Pires.

DECIMA TERCEIRA ZONA ELEITORAL

(Districtos municipaes de Jacarepagua, Madureira, Anchieta e Pavuna)

Juiz — Dr. Antonio Vieira Braga

Escrivão — Dr. Placido Medeiros de Mello

QUALIFICADOS POR DESPACHO DE 3 DE ABRIL DE 1937

11.461. Elísio de Souza Britto.
 11.462. Encarnação Perdomo Serrano.
 11.463. Eunice Paranhos Guimarães.
 11.464. Armando da Silva Nunes.
 11.465. Alvaro Pacheco.
 11.466. Godívia Paranhos Guimarães.
 11.467. Moacyr Augusto de Oliveira.
 11.468. Urgula do Rego Monteiro Luz.
 11.469. Luiza Lopes Pinhão.
 11.470. Iara de Araujo.
 11.471. Marino de Araujo.
 11.472. Zacharias da Silva Avelar.
 11.473. Joel Guimarães.
 11.474. Rosenv Vieira da Silva.
 11.475. José Mandarino Pacheco.
 11.476. Jandyra Raymundo.
 11.477. Helena Loureiro Vieira.
 11.478. Samuel Cavalcante de Britto.
 11.479. Clarescolor Spencer Neves.
 11.480. Jurema Gomes Rangel.
 11.481. Francisco Pereira de Araujo.
 11.482. Adalgisa Vianna de Aragão.
 11.484. Sebastião do Carmo.
 11.486. Affonso Lopes de Carvalho.
 11.487. Antonio Mendes da Cruz.

11.188. Aleyone de Gonçalves Barcellos Caranã.
 11.189. Angelina Hygina da Silva.
 11.191. Carlos Ferreira de Moraes.
 11.192. David dos Santos.
 11.193. Noemia Rosa Varella.
 11.194. Celia de Castro Campos.
 11.195. Amâncio da Silva Ribeiro.
 11.196. Manoel Ferreira de Azevedo.
 11.197. João de Deus Carvalho.
 11.198. Renato Vieira Montenegro.
 11.199. Victorina do Carmo Teixeira.
 11.200. Fladimir Martins Machado.
 11.201. Maria Benta Rebello.
 11.202. Danilo Alves Nêbre.
 11.203. Emilio Peixoto de Azevedo.
 11.204. Wilson Alvim Torres.
 11.206. Manoel Gil Castinheiras.
 11.207. José Augusto Rodrigues.
 11.208. Antonio Goulart de Macedo.
 11.209. Basilio Joaquim Gonçalves.
 11.210. Astrogilda Lyra Flores.
 11.211. Elvira Espindola Bolsas.
 11.212. Edith Gomes Ramos.
 11.213. Noemia da Silva Paranhos.
 11.214. Rodolpho Ochsendorf.
 11.215. Antonio Brazazzi Lopes.
 11.216. Bernardino Gomes da Silva.
 11.217. Johann Gottfried Wilhel Hoehl.
 11.218. Waldir de Oliveira-Almeida.
 11.219. Joaquim Corrêa de Lacerda.
 11.220. Domingos Raymundo.
 11.221. Paulo Celestino Rosa.
 11.222. Eurico Cerqueira da Silva.
 11.223. Oswaldo Gillet da Silva.
 11.224. Newton de Souza Leão.
 11.225. Alzira de Andrade Portugal.
 11.226. Antonio José de Sant'Anna.
 11.227. Marciano Manoel Xavier.
 11.228. Washington Emiliano dos Santos.
 11.229. Justino Barbosa de Oliveira.
 11.230. Gregorio Laurindo de Jesus.
 11.231. Almerindo Rodrigues da Costa.
 11.233. André Lopes Barbosa.
 11.234. Guilherme Martins.
 11.235. Agenor Joaquim de Lima.
 11.236. Ary de Oliveira.
 11.237. José Valença Monteiro.
 11.238. Manoel Gonçalves Filho.
 11.239. Luiz Gonçalves.
 11.240. Anacleto Rodrigues da Silva.
 11.241. Miguel Fernandes dos Santos.
 11.242. Francisco Rollim de Oliveira.
 11.243. Nair Freitas do Amaral Mattos.
 11.244. Maria Ferreira Torres.
 11.245. Iracy de Oliveira Costa.
 11.246. Maria Rodrigues de Oliveira.
 11.247. Almerindo Aguiar.
 11.248. Alberto Ramalho.
 11.250. Cecília Candida Victoria.
 11.251. Eulina Rosa Luchini.
 11.252. Arthur Alberto de Faria.
 11.253. Magdalena Ferreira Lopes.
 11.254. Antonio Roberto de Souza.

QUALIFICADO POR DESPACHO DE 2 DE ABRIL DE 1937

11.255. Milton Machado Ferreira.

QUALIFICADOS POR DESPACHO DE 3 DE ABRIL DE 1937

11.256. Arthur Severino de Lima.
 11.257. Custodio de Castro.
 11.258. Candida Juventina da Costa.
 11.259. Domingos Carneiro.
 11.260. Emerita da Rocha Porto.
 11.261. Elias Costa.
 11.262. Hildebrando Gomes.
 11.263. José Joaquim Pereira Filho.
 11.264. José de Souza Pires.
 11.265. Lydia Maciel Thomaz.
 11.266. Leonor Monteiro Ferreira.
 11.267. Victor Simião de Freitas.
 11.268. João Plácido Corrêa.

11.269. Agostinho José da Costa.
 11.270. Antonio Madureira.
 11.271. Anna Franca Leal.
 11.272. Ascendino Francisco da Rosa.
 11.273. Aldo Teixeira da Silva.
 11.274. Antenor Caldas Junior.
 11.275. Berilda dos Santos.
 11.277. Carlos de Barros Rego.
 11.278. Cecilio Pereira Corrêa.
 11.279. Cavour Zanini.
 11.280. Dalgisa Nunes Barbosa.
 11.281. Emmanuel Delphino de Andrade.
 11.282. Felipe Ramos.
 11.283. Guinal do Amor Divino Oliveira.
 11.284. Hugo Bispo de Oliveira.
 11.285. Horacio Motta.
 11.286. José Moreira da Silva.
 11.287. José dos Santos.
 11.288. José Joaquim Anselmo.
 11.289. José Corrêa Cesar.
 11.290. José Oscar da Silva.
 11.291. João dos Passos Cordeiro.
 11.292. Julio Augusto de Sá.
 11.293. Luzia Lopes de Araujo.
 11.294. Lydia da Cruz Rezende.
 11.295. Manoel Tavares da Silva.
 11.296. Manoel Francisco.
 11.297. Mario Tavares da Silva.
 11.298. Nilo Emmanuel Teixeira.
 11.299. Nilo de Castro.
 11.301. Octacilio Pedro Vasco.
 11.302. Oswaldo Pinheiro de Carvalho.
 11.303. Pedro Pereira da Costa.
 11.304. Paulo Alves Brum.
 11.305. Sebastião da Silva.
 11.306. Sebastião Felipe.
 11.307. Sebastião Pereira da Costa Filho.
 11.308. Wilson Ottoni Jaccoud.
 11.309. Alice Carreiro.
 11.310. Antonio Fernandes.
 11.311. Antonio Pereira.
 11.312. Antonio Ribeiro da Silva.
 11.313. Claudiano Azevedo Silva.
 11.314. Elisa Pires Ferreira.
 11.315. Etelvina Brito de Jesus.
 11.316. Felipe Santiago da Silva.
 11.317. Alcilio Abilio Alves.
 11.318. João Antonio da Silva.
 11.319. João Corrêa Pereira.
 11.320. José Ferreira da Cruz.
 11.322. José da Silva.
 11.323. Leonel Augusto de Almeida.
 11.324. Manoel Thomaz.
 11.325. Nicolau Pinto de Godey.
 11.326. Oswaldino Francisco Gavarrão.
 11.327. Sebastião Corrêa Cesar.
 11.328. Sebastião Francisco Ramos.
 11.329. Tarbilio José dos Santos.
 11.330. Waldir de Almeida Alvarenga.
 11.331. Wilson da Graça Carvalho.
 11.332. Zulmira da Rocha Alves.
 11.333. Antonio José Rodrigues.
 11.334. Arthur Geraldo de Macedo.
 11.335. Alahir Fernandes.
 11.336. Ary Diogo da Silva.
 11.337. Arlindo Gonçalves.
 11.338. Allevir Moreira.
 11.339. Benjamin José Rodrigues.
 11.340. Cyd de Souza Coelho.
 11.341. Carmen Rivera.
 11.342. Devanaguir Malheiros dos Santos.
 11.343. Edith Fernandes.
 11.344. Francisco Xavier Rodrigues.
 11.345. Felisberto de Souza Vianna.
 11.346. Gladstone Freire de Castro.
 11.347. Heio Gonçalves.
 11.348. Ilsa Ferreira Barros.
 11.349. Irapuam José Luiz de Castro.
 11.350. José Salamin dos Santos.
 11.351. João Caetano Bernardo.
 11.352. João Vicente da Costa Nunes.
 11.354. Joaquim Pinto dos Santos.
 11.355. Leonar Cardoso dos Santos.
 11.356. Luiz da Silva Brêdo.
 11.357. Maria Salvadora Maria Rosa.



11.358. Moseyr Santiago.
11.359. Marcilio José da Silva.
11.362. Porphirio Augusto Loges.
11.363. Wenceslau de Brito.
11.364. Antonio Monteiro.
11.366. Alvina Dias.
11.368. Abilio Pinto Nogueira.
11.371. Manoel Moreira Marques.
11.372. Manoel Leão Pereira de Moraes.
11.374. Nicolau Christovão.
11.375. Sylvio Carlos Borges.

QUALIFICADOS POR DESPACHO DE 6 DE ABRIL DE 1937

11.375. Everaldo Ribeiro de Rezende.
11.377. Aderico Lima Nogueira.
11.378. Eziliua Nunes Carneiro.
11.379. Joelle de Barros Feitosa Serra.
11.381. José Rodrigues Pinto.
11.382. Laudelino Firmino Carneiro Barros.
11.384. Manoel Jovino Lyra.
11.385. Manetta Dias Cavalcanti.
11.386. Pedro Cosme de Azevedo.
11.387. Pergentina Mendonça Amaro.
11.388. Ramiro Rodrigues Pinto.
11.389. Boleslau Hothinski.
11.390. João Severino da Silva.
11.392. Aissah Gervazio.
11.394. Luiz Guerra Borges.
11.396. José Geraldo de Lima.
11.398. Geraldo Celso Barroso.
11.399. José dos Santos Soares.
11.400. Frederico Chaves.
11.401. Miguel Augusto Pereira Sodré.
11.402. Durval Menezes.
11.403. Rubens Zuzarte Braga.
11.404. Bráulio de Oliveira Silva.
11.405. Maria Antonietta Custodio.
11.406. Victor Soares Pavão.
11.407. Ricardo de Mello.
11.408. Cesar Kirzenblatt.
11.409. Jayme Silva.
11.410. Manoel Felício dos Santos.
11.411. Amphisio Dantas da Costa.
11.413. Luiz Alves de França.
11.414. Ivone Nascimento Wagnes de Lima.
11.415. Carme da Silva Corrêa.

QUALIFICADOS POR DESPACHO DE 7 DE ABRIL DE 1937

11.416. José Oliveira da Costa Maia.
11.417. Arthur Evaristo de Souza França Filho.
11.420. Gizeldo de Oliveira.
11.421. Jorge Rodrigues de Mello.
11.423. Manoel Antonio Gil Castanheiras.
11.424. Edgard Bernardo da Silva.
11.425. Raphael Antonio Rodrigues.
11.426. Joaquim Cardoso Pinheiro.
11.427. Albertino Monteiro de Mello.
11.428. Carlos Ayres da Silva.
11.429. Elisabeth Cordeiro.
11.430. Paulino José dos Santos.
11.431. Manoel Nunes Barbosa.
11.433. Ruth da Cunha.
11.436. Antonio Gomes.
11.437. Alvaro Gomes Barreiro.
11.438. Alberto Gomes Patricio Filho.
11.439. Gumercinda Tavares de Lucena.
11.440. José Gomes.
11.442. Ricardo Fontenela Cobas.
11.443. Paulo de Almeida.
11.444. Turibio Felix de Campos.
11.445. Eduardo Rayol.

PROCESSOS EM DELAÇENCIA POR DESPACHO DE 3 DE ABRIL DE 1937

11.276. Benedito Ramos.

PROCESSOS INDEFERIDOS POR DESPACHO DE 3 DE ABRIL DE 1937

11.183. Deromival dos Santos Pontes.
11.185. Maria de Lourdes de Andrade Portugal.
11.190. João Fernandes da Silva.

11.205. Miguel Archanjo James.
11.262. Zuleika Muniz Barreto.
11.219. Affonso Dias de Castro.
11.300. Naie Abrantes de Moraes.
11.321. José Pereira da Silva.
11.332. João José Mussimacci.

PROCESSOS INDEFERIDOS POR DESPACHO DE 3 DE ABRIL DE 1937

11.360. Nelson Nunes da Silva.
11.351. Otacilio Correa da Silva.

PROCESSOS INDEFERIDOS POR DESPACHO DE 5 DE ABRIL DE 1937

11.365. Argemiro Porcino de Sales.
11.367. Agostinho da Silva Marana.
11.369. Francisco Dias da Rocha.
11.370. José Izidoro Paes.
11.373. Manoel Dias Machado.

PROCESSOS INDEFERIDOS POR DESPACHO DE 6 DE ABRIL DE 1937

11.380. José Garcia.
11.383. Leocadio Gomes de Oliveira.
11.391. Antonio de Carvalho Penna.
11.393. José Lias de Carvalho.
11.395. José Domingues Victoria.
11.397. Augusta Gerheim.
11.412. Carmen Siqueira Pettinan.

PROCESSOS INDEFERIDOS POR DESPACHO DE 7 DE ABRIL DE 1937

11.418. Virgílio Melrelles de Souza.
11.419. Evaristo Corrêa de Souza.
11.422. Manoel Rogue dos Santos.
11.432. José Antonio da Silva.
11.434. Almir de Assumpção Ferreira.
11.435. Manoel Machado.
11.441. Pedro Pereira de Lucena.
11.446. Leonor de Almeida.

DECIMA QUARTA ZONA ELEITORAL

(Districtos municipaes de Realengo, Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz)

Juiz — Dr. Frederico de Barros Parreto

Escrivão — Dr. Flacido Medeiros de Mello

QUALIFICADOS POR DESPACHO DE 12 DE ABRIL DE 1937

8.513. Adão Cardoso Coelho.
8.517. Aguida Luiza Machado.
8.518. Antonio Augusto Colly.
8.519. Aracy Cardoso da Silva.
8.520. Emília Alves do Nascimento.
8.521. Felix Wicestek.
8.522. Francisco Xavier do Nascimento.
8.523. Francisco Freitas do Nascimento.
8.524. Izabel da Costa Coelho.
8.525. José Antonio da Silva.
8.526. José Boa Sorte.
8.527. José Torres do Espirito Santo.
8.528. José Pinto Botelho.
8.529. Joaquim Moreira Roussine.
8.530. João Pereira de Souza Silva.
8.531. João Pereira de Lima.
8.532. José Ferreira da Silva.
8.533. Laudelina Alves de Oliveira.
8.534. Manoel Soares Rangel.
8.535. Orlando José Ferreira.
8.536. Primo Rodrigues Chaves.
8.537. Roberto José Telles.
8.538. Sebastião da Silva Maia.
8.539. Walter Ferreira Barbosa.
8.540. Mario Nunes.
8.541. Alcebiades Augusto de Mello.
8.542. Americo Alves.

8.543. Celso Xavier dos Santos.
 8.544. João de Paula e Silva.
 8.545. Candido Chispim de Souza.
 8.546. Maria Francisca Braga.
 8.547. Oswaldo Cardoso.
 8.548. Pedro Jeronymo.
 8.549. Antonio de Oliveira.
 8.550. Carlos do Espírito Santo.
 8.551. Alice Moreira Vianna.
 8.552. Agostinho Custodio Bordallo.
 8.553. Avelino Ferreira das Neves.
 8.554. Antonio Lopes.
 8.555. Alfredo Quintiliano.
 8.556. Corinto Ferreira Paiva.
 8.557. Carolina Perreira.
 8.558. Deol's de Sant'Anna.
 8.559. Dea Innocencio Bueno.
 8.560. Francisco Cerqueira Lima Filho.
 8.561. Izaltina de Assumpção Ferreira.
 8.562. Laurinda de Moraes.
 8.563. Lourival Martins Silva.
 8.564. Milton Nicolau do Nascimento.
 8.565. Nilo Alexandre de Oliveira.
 8.566. Othniel Antunes Pereira.
 8.567. Octacilio Ribeiro da Silva.
 8.568. Olinda de Souza Sgambato.
 8.569. Palmerindo da Fonseca Matlos.
 8.570. Pedro Paulo Martins Filho.
 8.571. Revair de Azevedo.
 8.572. Sergio Claudino de Souza.
 8.573. Sebastião Barbosa Filho.
 8.574. Seraphim da Costa Carvalho.
 8.575. Walter Villela de Souza.
 8.576. Zuleik de Azevedo Courado.
 8.577. Antonio Affonso do Carmo.
 8.578. Abilio de Souza.
 8.579. Affonso Ruiz Pereira.
 8.580. Alair Lara.
 8.581. Aderbal Rodrigues.
 8.582. Aeylino Rodrigues.
 8.583. Alcides Bento Rodrigues.
 8.584. Armento dos Santos.
 8.585. Archimedes Sgarbi.
 8.586. Alberto Leopoldino.
 8.587. Bento Burlamaqui dos Santos.
 8.588. Carlos Octacilio Bazeira.
 8.589. Christiano Mario Cordeiro Junior.
 8.590. Cecilia Cerqueira da Silva.
 8.591. Consella Immaculada Russell.
 8.592. Dulce Pinheiro.
 8.593. Derio Alves Martins dos Santos.
 8.594. Dávy Portugal França.
 8.595. Euclides Honorio dos Santos.
 8.596. Ernesto Vieira dos Santos.
 8.597. Elvira Moretti.
 8.598. Francisco Pereira Calixto.
 8.599. Floripedes Gomes da Silva.
 8.600. Haroldo Dias.
 8.601. Heracleides Luiz da Silva.
 8.602. Irnandy Silva.
 8.603. Isaltino Rangel de Castro.
 8.604. João José do Nascimento.
 8.605. José Cardoso da Silva.
 8.606. José da Silva Braga.
 8.607. José de Matlos.
 8.607. Jorge Gonçalves Teixeira.
 8.609. Joventina Silva.
 8.610. Jardelino Ferreira.
 8.611. Leopoldo Germano da Silva.
 8.612. Manoel José da Silva.
 8.613. Manoel Vidal Marques.
 8.614. Meralino Dias Ribeiro.
 8.615. Marianna Pereira da Gama.
 8.616. Manoel Pereira de Castro.
 8.617. Maria das Graças Pousa.
 8.618. Maria Celeste Frankbach.
 8.619. Maria Luiza da Silva Rodrigues.
 8.620. Moacyr Gama de Almeida.
 8.621. Magnolia Fernandes.
 8.622. Newton Soares da Silva.
 8.623. Norival Leite da Silva.
 8.624. Oaracy Franco Monsores.
 8.625. Octacilio da Gama.
 8.626. Pedro Barbosa de Matlos.

8.627. Pedro Franco Figueiredo.
 8.628. Romulo Ferreira Pinto.
 8.629. Roldão Barbosa de Araújo.
 8.630. Rodolpho Felicio da Costa.
 8.631. Semirames Elvira da Silva.
 8.632. Veriano da Costa.
 8.633. Waldemar da Silva.
 8.634. Wilson Dantas.
 8.635. Everaldo Costa.
 8.636. Joaquim José dos Santos.
 8.637. Maria Malaquias da Silva.
 8.638. Mario Guimarães de Oliveira.
 8.639. Walter José Maria.
 8.640. Abel Pinto Paschoal.
 8.641. Almerinda Ribeiro Alves Nogueira.
 8.642. Antonio da Guia dos Santos.
 8.643. Euclides Gomes da Silva.
 8.644. Homero Muniz Ribeiro.
 8.645. Jorge Elias.
 8.646. Zaira Carlos Crim.

PROCESSOS DE INSCRIÇÃO

Primeira Circunscrição

TERCEIRA ZONA ELEITORAL

(Districtos municipaes de Santa Rita, Sacramento e São Domingos)

Juiz — Dr. Francisco de Paula Rocha Lagoa Filho

Escrivão — Dr. Carlos Waldemar de Figueiredo

Faço publico, para os fins dos arts. 43 do Código e 25 do Regimento dos Juizes e Cartorios Eleitoraes, que por este Cartorio e Juizo da 3.ª Zona Eleitoral, estão sendo processadas os pedidos de inscrição dos seguintes cidadãos:

MURILLO LOPES (8.981), filho de João Alfredo Lopes e de Leonor Lopes, nascido a 14 de dezembro de 1905, em Juiz de Fora, Estado de Minas Geraes, casado, comerciante, com domicilio eleitoral no districto municipal de São Domingos. (Qualificação requerida, 3ª zona numero 8.060.)

CARLOS LEMOS (8.982), filho de Joaquim de Lemos e de Alzira Maria da Conceição, nascido a 6 de março de 1913, no Districto Federal, solteiro, operario, com domicilio eleitoral no districto municipal de Sacramento. (Qualificação requerida, 3ª zona n. 6.517.)

ANTONIO SARCONI (8.983), filho de Vicente Sarcone e do Consuelo Sarcone, nascido a 10 de maio de 1917, no Districto Federal, solteiro, commercio, com domicilio eleitoral no districto municipal de Sacramento. (Qualificação requerida, 3ª zona n. 7.658.)

BARTHOLOMEU BROWN (8.984), filho de Frank Brown e de Maria da Gloria Brown, nascido a 31 de outubro de 1917, no Districto Federal, solteiro, commercio, com domicilio eleitoral no districto municipal de Sacramento. (Qualificação requerida, 3ª zona n. 4.957.)

JOÃO ALONSO DE MEDEIROS (8.985), filho de José Maria Alonso Roiz e de Rosa Medeiros, nascido a 18 de outubro de 1906, no Districto Federal, desquitado, commerciante, com domicilio eleitoral no districto municipal de São Domingos. (Qualificação requerida, 3ª zona numero 8.058.)

NICANOR PEDRO DA SILVA (8.986), filho de Celestino Pedro da Silva e de Julieta Nogueira da Silva, nascido a 16 de abril de 1901, no Districto Federal, casado, operario, com domicilio eleitoral no districto municipal de Santa Rita. (Qualificação requerida, 3ª zona n. 7.154.)

CANDIDO FERREIRA DE SOUZA (8.987), filho de José Pinto Ferreira e de Maria de Souza Ribeiro, nascido a 1 de julho de 1916, no Districto Federal, relojoeiro, solteiro, com domicilio eleitoral no districto municipal de São Domingos. (Qualificação requerida, 3ª zona numero 7.867.)

- AURELIANO MAIA** (8.988), filho de José Nunes de Siqueira e de Amalia da Conceição Siqueira, nascido a 14 de maio de 1900, em Guarulho, Estado do Rio de Janeiro, commercio, casado, com domicilio eleitoral no distrito municipal de Santa Rita. (Qualificação requerida 3ª zona, numero 8.073.)
- JOSE CORRÊA DE ALMEIDA** (8.989), filho de Maria do Carmo de Jesus, nascido a 28 de dezembro de 1905, em Iguassú, Estado do Rio de Janeiro, operario, casado, com domicilio eleitoral no distrito municipal de Santa Rita. (Qualificação requerida, 3ª zona n. 7.975.)
- JOSE SANTOS DE OLIVEIRA** (8.990), filho de Henrique de Souza Bezerra e de Maria Rosa da Conceição, nascido a 12 de novembro de 1907, em Paracambi, Estado do Rio de Janeiro, operario, viuvo, com domicilio eleitoral no distrito municipal de Santa Rita. (Transferencia do Estado do Rio, inscrição n. 577.)
- OLAVO DE SOUZA BRAGA** (8.991), filho de Antonio Joaquim de Vasconcellos Braga e de Zulmira de Souza Braga, nascido a 20 de dezembro de 1909, em Santarem, Estado do Pará, commercio, casado, com domicilio eleitoral no distrito municipal de Santa Rita. (Qualificação requerida, 3ª zona n. 7.753.)
- LUCINDA GOODA** (8.992), filha de Maria Augusta da Silva, nascida a 13 de janeiro de 1910, no Distrito Federal, domestica, casada, com domicilio eleitoral no distrito municipal de São Domingos. (Qualificação requerida, 3ª zona n. 7.528.)
- LEOVEGILDO DE SIQUEIRA REIS** (8.993), filho de Manoel Antonio de Siqueira Reis e de Dianna Maria da Silva, nascido a 7 de agosto de 1911, em Therezopolis, Estado do Rio de Janeiro, commercio, solteiro, com domicilio eleitoral no distrito municipal de São Domingos. (Qualificação requerida 3ª zona n. 7.978.)
- EDUARDO PESTANA RAPOSO** (8.994), filho de Balthazar Pestana Raposo e de Maria da Gloria Raposo, nascido a 10 de fevereiro de 1897, Itacurussá, Estado do Rio, casado, commercio, com domicilio eleitoral no distrito municipal de Santa Catharina. (Transferencia do Estado de Minas — titulo n. 10.577.)
- MARIA THEREZA CARNEIRO DE ALBUQUERQUE** (8.995), filha de Armando Xavier Carneiro Albuquerque e de Maria Thereza Araujo Carneiro Albuquerque, nascida a 16 de janeiro de 1913, em Boa Vista, Estado de Pernambuco, solteira, domestica, com domicilio eleitoral no distrito municipal de Sacramento. (Qualificação requerida numero 7.936, 3ª zona.)
- ELSA MARIA CARNEIRO DE ALBUQUERQUE** (8.996), filha de Armando Xavier Carneiro Albuquerque e de Maria Thereza Araujo Carneiro Albuquerque, nascida a 3 de fevereiro de 1917, em Boa Vista, Estado de Pernambuco, solteira, academica, com domicilio eleitoral no distrito municipal de Sacramento. (Qualificação requerida numero 7.912, 3ª zona.)
- CACILDO DANTAS** (8.997), filho de João Dantas de Campos e de Clara Pereira Dantas, nascido a 17 de setembro de 1918, em Aracaju, Estado de Sergipe, solteiro, operario, com domicilio eleitoral no distrito municipal de São Domingos. (Qualificação requerida n. 7.936, 3ª zona.)
- DEMOCRITO LUIZ COELHO** (8.998), filho de João Luiz Coelho e de Thereza Pires Coelho, nascido a 9 de fevereiro de 1904, em Rio Purús, Estado do Amazonas, casado, commercio, com domicilio eleitoral no distrito municipal de São Domingos. (Transferencia do Estado do Amazonas — titulo n. 1.024.)
- MARIO JOSE** (8.999), filho de José Antonio de Almeida e de Maria Nazareth, nascido a 3 de agosto de 1916, Distrito Federal, solteiro, ilustrador, com domicilio eleitoral no distrito municipal de São Domingos. (Qualificação requerida n. 7.979, 3ª zona.)
- JAIR COUTINHO DE FARIA** (9.000), filho de David Antonio de Faria e de Elvira Coutinho de Faria, nascido a 27 de novembro de 1918, no Distrito Federal, solteiro, commercio, com domicilio eleitoral no distrito municipal de São Domingos. (Qualificação requerida n. 7.690, 3ª zona.)
- ALCINO AUGUSTO CONTI** (9.001), filho de José Conti e de Regina Zem, nascido a 7 de maio de 1914, em Campinas, Estado de São Paulo, solteiro, commercio, com domicilio eleitoral no distrito municipal de Santa Rita. (Qualificação requerida n. 6.943, 3ª zona.)
- GENIVALDO LUCAS TEIXEIRA** (9.002), filho de Affonso Joaquim Teixeira e de Isabel Lucas Teixeira, nascido a 16 de outubro de 1907, em João Pessoa, Estado da Paraíba do Norte, casado, funcionario municipal, com domicilio eleitoral no distrito municipal de Santa Rita. (Qualificação requerida, n. 6.363, 3ª zona.)
- THEOPHILO PINTO MARQUES FILHO** (9.003), filho de Theophilo Pinto Marques e de Thereza Ferreira Marques, nascido a 22 de dezembro de 1915, no Distrito Federal, solteiro, operario, com domicilio eleitoral no distrito municipal de Santa Rita. (Qualificação requerida, numero 7.611, 3ª zona.)
- DIONYSIO DA SILVA** (9.004), filho de Joaquim da Silva e de Maria Rosa de Oliveira, nascido a 19 de agosto de 1918, no Distrito Federal, solteiro, commercio, com domicilio eleitoral no distrito municipal de São Domingos. (Qualificação requerida, n. 8.025, 3ª zona.)
- MOACYR RODRIGUES DE PAIVA** (9.005), filho de Augusto Barreto de Paiva e de Anna Rodrigues de Paiva, nascido a 1 de abril de 1914, no Estado do Rio, solteiro, estudante, com domicilio eleitoral no distrito municipal de São Domingos. (Qualificação requerida n. 7.262, 3ª zona.)
- OSCAR ROCHA VALENÇA** (9.006), filho de Joaquim Oswaldo Valença e de Amelia Rocha Valença, nascido a 23 de março de 1900, em Recife, Estado de Pernambuco, casado, 2º tenente, com domicilio eleitoral no distrito municipal de São Domingos. (Transferencia do Estado de Rio Grande do Sul — titulo n. 1.239.)
- ARNALDO DA SILVA RAMOS** (9.007), filho de José da Silva Ramos e de Anna Isabel Ramos, nascido a 25 de junho de 1873, no Distrito Federal, casado, commercio, com domicilio eleitoral no distrito municipal de São Domingos. (Qualificação requerida n. 7.783, 3ª zona.)
- DOMINGOS MANES** (9.008), filho de João Manes e de Rosa Branco Manes, nascido a 29 de janeiro de 1914, no Distrito Federal, casado, operario, com domicilio eleitoral no distrito municipal de Sacramento. (Qualificação requerida, n. 4.673, 3ª zona.)
- MARIA APPARECIDA PINTO DE MORAES** (9.009), filha de Antonio Maria Pinto de Moraes e de Adelaide Marcelina Pinto de Moraes, nascida a 8 de março de 1913, em Jacarehy, Estado do Rio de Janeiro, solteira domestica, com domicilio eleitoral no distrito municipal de Santa Rita. (Qualificação requerida, n. 5.765, 3ª zona.)
- ERICO JOAQUIM DE SÃO PAULO** (9.010), filho de Erico do Lamare São Paulo e de Joaquina Peixoto de Castro São Paulo, nascido a 10 de abril de 1918, no Distrito Federal, solteiro, estudante, com domicilio eleitoral no distrito municipal de Santa Rita. (Qualificação requerida, n. 7.598, 3ª zona.)
- ADRIANO DE SOUZA QUARTIN** (9.011), filho de Adriano dos Reis Quartin e de Helena de Souza Quartin, nascido a 13 de julho de 1892, no Distrito Federal, casado, funcionario publico, com domicilio eleitoral no distrito municipal de Santa Rita. (Qualificação *ex-officio*, n. 1.201.)
- JOSE MARTINS VIDEIRA** (9.012), filho de Manoel Martins Videira e de Adelaide Martins Videira, nascido a 26 de setembro de 1917, no Distrito Federal, solteiro, commercio, com domicilio eleitoral no distrito municipal de Santa Rita. (Qualificação requerida, n. 7.829, 3ª zona.)
- MANOEL CARDOSO RODRIGUES** (9.013), filho de Saturnino João Rodrigues e de Maria Cardoso Rodrigues, nascido a 1 de julho de 1914, em Iguassú, Estado do Rio de Janeiro, solteiro, funcionario municipal, com domicilio eleitoral no distrito municipal de São Domingos. (Qualificação requerida, n. 7.952, 3ª zona.)
- JOSE LOURENÇO** (9.014), filho de João Lourenço e de Rita Josephina, nascido a 2 de março de 1912, em Barbacena, Estado de Minas Geraes, solteiro, operario, com domicilio eleitoral no distrito municipal de Santa Rita. (Qualificação requerida, n. 7.840, 3ª zona.)

JOSE GUIMARAES (9.015), filho de Manoel Antonio Fernandes Guimarães e de Amélia Caldeira Guimarães, nascido a 4 de setembro de 1939, no Distrito Federal, solteiro, comércio, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Santa Rita. (Qualificação requerida, número 7.809, 3ª zona.)

ANTONIO BARRETO DE SOUZA LOMBA (9.016), filho de José Barreto de Souza Lomba e de Maria Barreto de Souza Lomba, nascido a 16 de outubro de 1891, em Jacuís, Estado do Piauí, casado, comércio, com domicílio eleitoral no distrito municipal de São Domingos. (Qualificação requerida, n. 7.562, 3ª zona.)

LUIZ ANTONIO MARQUES (9.017), filho de Domingos Marques Esteves e de Angelina Rodrigues, nascido a 11 de maio de 1901, no Distrito Federal, casado, comércio, com domicílio eleitoral no distrito municipal de São Domingos. (Qualificação requerida, n. 7.065, 3ª zona.)

IRENE PEREIRA SIMAS (9.018), filha de José Pereira Simas e de Maria José Simas, nascida a 14 de junho de 1916, no Distrito Federal, solteira, comércio, com domicílio eleitoral no distrito municipal de São Domingos. (Qualificação requerida, n. 8.028, 3ª zona.)

VIVALDO NUNES GASPAS (9.019), filho de Carlos Bonfim Gaspar e de Honorata Nunes Gaspar, nascido a 17 de maio de 1912, em São Salvador, Estado da Bahia, empregado público, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Santa Rita. (Transferência, da Bahia, título n. 7.932.)

CHILLES GIARDINO (9.020), filho de Siro Giardino e de Luiza Fenício, nascido a 15 de março de 1919, no Estado de São Paulo, Capital, alfaiate, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Sacramento. (Qualificação requerida, n. 3.097, 3ª zona.)

ODINTENO SEPAPLEO DA COSTA (9.021), filho de Pedro Joaquim da Costa e de Raymunda Marcelino da Rocha Costa, nascido a 30 de outubro de 1908, em Jacareí, Estado da Bahia, funcionário público, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de São Domingos. (Qualificação requerida, n. 7.986, 3ª zona.)

ARILDA FRANCO BERNARDINO (9.022), filha de Manoel Bernardino e de Antenor Franco Bernardino, nascida a 31 de dezembro de 1917, no Estado do Rio de Janeiro, Niterói, estudante, solteira, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Sacramento. (Qualificação requerida, n. 3.216, 3ª Zona.)

JÓRGE ABRAHÃO (9.023), filho de João Jorge Abrahão e de Maria Mariaba Abrahão, nascido a 19 de maio de 1906, no Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, comércio, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Sacramento. (Qualificação requerida, número 7.928, 3ª Zona.)

NELSON LOMBA (9.024), filho de José Francisco Lomba e de Armentina Fernandes Lomba, nascido a 23 de maio de 1910, no Distrito Federal, comércio, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Santa Rita. (Qualificação requerida, n. 6.139, 3ª Zona.)

MANOEL JOAQUIM DA COSTA (9.025), filho de Adão Joaquim da Costa e de Saraphina Maria da Costa, nascido a 10 de abril de 1903, no Estado da Bahia, Ilabuna, marítimo, viúvo, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Santa Rita. (Transferência de Espírito Santo, título 4.843.)

PAULINO PEREIRA (9.026), filho de João Pereira e de Maria Rosa da Conceição, nascido a 28 de junho de 1905, Estado do Piauí, Urussubá, funcionário municipal, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Santa Rita. (Qualificação requerida, n. 7.810, 3ª Zona.)

MELCHIADES JOSE DA CRUZ (9.027), filho de Maximino José da Cruz e de Maria Baptista, nascido a 1 de junho de 1902, no Estado de Espírito Santo, Castello, comércio, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de São Domingos. (Qualificação requerida n. 7.684, 3ª Zona.)

BENTO JOSE DA MOTTA (9.028), filho de Domingos José da Motta e de Florencia Maria da Conceição, nascido a 21 de março de 1898, no Distrito Federal, motorista, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Sacramento. (Qualificação requerida, n. 7.546, 3ª Zona.)

EDMOND HIPPOLYTE PLARD (9.029), filho de Edmond Plard e de Marié Moreau, nascido a 30 de outubro de 1894, na França (naturalizado), perito contador, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de São Domingos. (Qualificação requerida, n. 7.941, 3ª Zona.)

MARGAL LOPES LIMA (9.030), filho de Florantino Aquino Lima e de Santina Lopes Lima, nascido a 12 de novembro de 1905, no Estado de Alagoas, Palmeira dos Índios, comércio, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Santa Rita. (Transferência do Estado do Rio, título 3.696.)

MARCELLO VIRGILIO DA CUNHA (9.031), filho de Raul Virgílio da Cunha e de Vênina Arantes Cunha, nascido a 5 de outubro de 1913, no Estado de Minas Geraes, São João Del-Rey, comércio, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Sacramento. (Qualificação requerida, n. 6.453, 3ª Zona.)

PELIGOT DE ALBUQUERQUE SILVA (9.032), filho de João de Albuquerque Silva e de Maria Elisa de Albuquerque, nascido a 15 de abril de 1882, no Estado de Minas Geraes, Mar de Espanha, guarda-livros, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Sacramento. (Qualificação requerida n. 7.388, 3ª Zona.)

HILDA RODRIGUES (9.033), filha de Custódio Manoel Rodrigues e de Julieta Parodi Rodrigues, nascida a 14 de abril de 1912, no Distrito Federal, doméstica, solteira, com domicílio eleitoral no distrito municipal de São Domingos. (Qualificação requerida, n. 7.881, 3ª Zona.)

PEDRO FERNANDES AGUIAR (9.034), filho de Sanzio Fernandes de Aguiar e de Maria Lessa de Aguiar, nascido a 3 de outubro de 1915, no Estado do Rio de Janeiro, Glycério, lavrador, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Santa Rita. (Transferência do Estado do Rio, título 2.279.)

ONOFRE MARTINS DE MELLO (9.035), filho de Bento Martins de Mello e de Raymunda Pereira de Mello, nascido a 16 de dezembro de 1907, no Estado de Minas Geraes, motorista, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Santa Rita. (Qualificação requerida, número 7.795, 3ª Zona.)

ALICE RODRIGUES LOURENÇO (9.036), filha de João Rodrigues Lourenço e de Euália dos Santos Lourenço, nascida a 5 de janeiro de 1916, no Distrito Federal, doméstica, solteira, com domicílio eleitoral no distrito municipal de São Domingos. (Qualificação requerida, número 7.068, 3ª Zona.)

Distrito Federal, aos 13 de abril de 1937. — Pelo escrivão, *Maurício Teixeira de Mello*.

EXPEDIÇÃO DE TÍTULOS

Segunda Circunscrição

NOVA ZONA ELEITORAL

Faço público, para conhecimento dos interessados que, por despacho do Dr. Juiz da 9ª Zona Eleitoral, foram expedidos os títulos dos seguintes eleitores:

4.625. Lauro José Ferreira (4.677), filho de Casemiro José Ferreira e de Virgínia da Luz Cardoso Ferreira, nascido a 18 de novembro de 1897, em Vigia, Estado do Pará, funcionário público federal, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Tijuca, e residente à rua Barão de Pirassununga n. 55, casa 17.

4.626. Pedro Quaresma da Rocha (4.678), filho de Albertino Pedro da Rocha e de Leonor da Silva Rocha, nascido a 29 de junho de 1903, no Distrito Federal, comércio, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Tijuca, e residente à rua Santa Sophia n. 28. (Qualificação requerida.)

- 4.627. Clertan Arantes (4.679), filho de Joaquim de Oliveira e de Luiza Arantes, nascido a 4 de novembro de 1905, em S. Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, professor, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Tijuca, e residente à rua José Hygino n. 130, casa 21. (Qualificação requerida).
- 4.628. Ademar de Oliveira Coelho (4.680), filho de Alvaro dos Santos Coelho e de Julia de Oliveira, nascido a 21 de julho de 1916, no Distrito Federal, operário, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Engenho Velho, e residente à rua Moraes Silva n. 85. (Qualificação requerida).
- 4.629. Raphael Grossi (4.681), filho de Philomeno Grossi e de Laurette Storini, nascido a 30 de agosto de 1888, no Distrito Federal, ourives, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Engenho Velho, e residente à rua Sotero dos Reis número 59. (Qualificação requerida).
- 4.630. João Baptista Ribeiro (4.682), filho de Francisco Augusto Ribeiro e de Rosa Ruzzi Ribeiro, nascido a 24 de junho de 1910, em Paratyba do Sul, Estado do Rio de Janeiro, commercio, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Tijuca, e residente à rua Conde de Bomfim n. 177. (Qualificação requerida).
- 4.631. Risoleta Guimarães da Silva (4.683), filha de Amaro Guimarães e de Margarida Pacheco Guimarães, nascida a 20 de março de 1906, no Distrito Federal, domestica, casada, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Tijuca, e residente à praça Saens Peña n. 3, sobrado. (Qualificação requerida).
- 4.632. Amaro Bello Cardozo (4.684), filho de João Bello da Boa Morte e de Maria Ferreira do Espírito Santo, nascido a 6 de maio de 1900, em Campos, Estado do Rio de Janeiro, operário, viúvo, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Tijuca, e residente à rua Conde de Bomfim n. 911-A. (Qualificação requerida).
- 4.633. Alcina Ludolf (4.685), filha de Alfredo Ludolf e de Anna Sanchez Ludolf, nascida a 10 de novembro de 1903, em Mesquita, Estado do Rio de Janeiro, domestica, desquitada, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Tijuca, e residente à rua Conde de Bomfim n. 396. (Qualificação requerida).
- 4.634. Donald Pereira Saldanha (4.686), filho de Ruper de Lima Pereira e de Marianna Saldanha, nascido a 27 de julho de 1918, no Distrito Federal, estudante, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Tijuca, e residente à rua Maracahy n. 18. (Qualificação requerida).
- 4.635. Nair Lopes de Carvalho (4.687), filha de Rodrigues Lopes de Carvalho e de Esmeria Maria do Carmo, nascida a 28 de outubro de 1914, em Niteroy, Estado do Rio de Janeiro, domestica, solteira, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Tijuca, e residente à rua Amoroso Costa n. 52. (Qualificação requerida).
- 4.636. José da Silva Lima (4.688), filho de Elygdio Silvestre da Silva e de Carolina Luiza da Silva, nascido a 28 de setembro de 1894, no Distrito Federal, pescador, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Tijuca, e residente à praça Hilda n. 77. (Qualificação requerida).
- 4.637. Mario da Silva Aguiar (4.689), filho de Luiz Maria de Aguiar e de Alzira da Silva Aguiar, nascido a 28 de julho de 1916, no Distrito Federal, estudante, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Tijuca, e residente à rua dos Araújos n. 45. (Qualificação requerida).
- 4.638. Elsa Estrella Bastos (4.690), filha de Ismael Leal da Silva Bastos e de Almerinda Estrella Bastos, nascida a 28 de dezembro de 1915, em Cachoeira, Estado da Bahia, commerciarior, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Tijuca, e residente à rua Alfredo Pinto n. 61. (Qualificação requerida).
- 4.639. David Ballesterio Anaya (4.691), filho de João Ballesterio Anaya e de Heloisa Ballesterio Anaya, nascido a 19 de junho de 1908, no Distrito Federal, commercio, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Tijuca e residência à rua Petrolina n. 27. (Qualificação requerida).
- 4.640. Estevão Costa Oliveira (4.692), filho de João da Costa Oliveira e de Luiza da Costa Oliveira, nascido a 3 de novembro de 1911, em Niteroy, Estado do Rio de Janeiro, operário, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Tijuca e residência no morro do Salgueiro.
- 4.641. Maria Ephigenia Glenadel de Abreu (4.693), filha de Affonso Glenadel e de Francisca Glenadel, nascida a 28 de março de 1907, em Mendes, Estado do Rio de Janeiro, funcionario publico, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Tijuca e residência à rua Pareto n. 37. (Qualificação requerida).
- 4.642. Synesio de Sant'Anna Reis (4.694), filho de Synval de Sant'Anna Reis e de Suzana de Sant'Anna Reis, nascido a 13 de agosto de 1917, no Distrito Federal, estudante, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Tijuca e residência à rua João Alfredo n. 51. (Qualificação requerida).
- 4.643. Sarah Austerlitz Cerqueira Var (4.695), filha de Manoel Cerqueira Mano e de Maria do Carmo Cerqueira Mano, nascida a 15 de dezembro de 1918, em Belém, Estado do Pará, domestica, solteira, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Tijuca e residência à rua Conde de Bomfim n. 29. (Qualificação requerida).
- 4.644. Maria Cerqueira Mano (4.696), filha de José do Carmo Souza e de Maria do Carmo Souza, nascida a 20 de junho de 1897, em Belém, Estado do Pará, domestica, casada, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Tijuca e residência à rua Alfredo Pinto n. 28. (Qualificação requerida).
- 4.645. Moacyr Teixeira Coimbra (4.697), filho de José de Alencar Teixeira Coimbra e de Mercedes da Fonseca Teixeira Coimbra, nascido a 4 de outubro de 1916, no Distrito Federal, cadete, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Tijuca e residência à rua Desembargador Izidro número 43. (Qualificação requerida).
- 4.646. Orlando Cabral (4.698), filho de Dionysio Cabral e de Maria Luiza, nascido a 2 de março de 1916, no Distrito Federal, commercio, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Tijuca e residência à rua Pareto n. 9. (Qualificação requerida).
- 4.647. Cesario Boso Pogo (4.699), filho de Antonio Boso e de Encarnacion Dupozo, nascido a 12 de junho de 1893, em Hespanha (brasileiro naturalizado), commerciarior, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Engenho Velho e residência à rua João Francisco n. 11. (Qualificação requerida).
- 4.648. Armando Antonio dos Santos (4.700), filho de Felipe Antonio dos Santos e de Christina Maria dos Santos, nascido a 23 de agosto de 1915, no Distrito Federal, commercio, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Tijuca e residência à rua Ennes de Souza n. 28. (Qualificação requerida).
- 4.649. Aseanio Dodds Guerra (4.701), filho de Valerio Dodds Guerra e de Agostinho Dodds Guerra, nascido a 22 de setembro de 1912, no Distrito Federal, estudante, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Tijuca e residência à rua Conde de Bomfim n. 159.
- 4.650. Stella Ribeiro Pinto (4.702), filha de Bellarmino Ribeiro de Amaral Pinto e de Maria do Patrocinio, nascida a 12 de novembro de 1914, no Distrito

- Federal, commercio, solteiro, com domicilio eleitoral no districto municipal de Tijuca e residencia á rua Dulce n. 32. (Qualificação requerida.)
- 4.651. Odylia Keller (4.703), filha de Paulo Keller e de Emilia Prata Keller, nascida a 30 de junho de 1913, em Cantagallo, Estado do Rio de Janeiro, commercio, solteiro, com domicilio eleitoral no districto municipal de Tijuca e residencia á rua dos Araujos n. 121. (Qualificação requerida.)
- 4.652. Armando Augusto de Barros (4.704), filho de Carlos Augusto de Barros e de Albertina de Jesus Gonçalves, nascido a 25 de julho de 1917, no Districto Federal, commercio, solteiro, com domicilio eleitoral no districto municipal de Tijuca e residencia á rua Natalina n. 33. (Qualificação requerida.)
- 4.653. Renato Castilho (4.705), filho de João Castilho e de Antonietta Rocha Castilho, nascido a 14 de abril de 1918, em Petropolis, Estado do Rio de Janeiro, commercio, solteiro, com domicilio eleitoral no districto municipal de Tijuca e residencia á praça Sacz Peña n. 3. (Qualificação requerida.)
- 4.654. João Alves Nazareth (4.707), filha de Egydio Alves Nazareth e de Isaura Sampaio Alves Nazareth, nascido a 25 de setembro de 1918, no Districto Federal, commercio, solteiro, com domicilio eleitoral no districto municipal de Tijuca e residencia á rua Major Avila n. 38. (Qualificação requerida.)
- 4.655. Francisco Ferreira da Palma (4.708), filho de José Polycarpo da Palma e de Margarida Maria de Jesus, nascido a 13 de maio de 1909, em Cambucy, Estado do Rio de Janeiro, operario, casado, com domicilio eleitoral no districto municipal de Tijuca e residencia á rua Parelion. 28. (Qualificação requerida.)
- 4.656. Luiz Velho Cruz (4.709), filho de Antonio Velho Cruz e de Gertrudes Pereira de Mello, nascido a 20 de abril de 1910, em Gameleira, Estado da Parahyba do Norte, agricultor, solteiro, com domicilio eleitoral no districto municipal de Tijuca e residencia á rua Velha da Tijuca n. 119. (Qualificação requerida.)
- 4.657. Solbina Rocha (4.710), filha de João Luciano da Rocha e de Maria Augusta de Azevedo Rocha, nascida a 6 de setembro de 1902, em São Salvador, Estado da Bahia, pharmaceutica e enfermeira, solteira, com domicilio eleitoral no districto municipal de Tijuca e residencia á rua Conde de Bomfim n. 46. (Qualificação requerida.)
- 4.658. Aldenora Amorim Ribeiro (4.711), filha de Joaquim de Souza Amorim e de Dory Oliveira Amorim, nascida a 12 de junho de 1909, em São Luiz da Maranhão, Estado do Maranhão, funcionaria publica, casada, com domicilio eleitoral no districto municipal de Tijuca e residencia á rua Desembargador Isidro n. 12. (Qualificação requerida.)
- 4.659. Brenno Silveira Rosa (4.712), filho de Felix Silveira Rosa e de Herminia Piot da Silveira Rosa, nascido a 3 de abril de 1903, em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, 1º sargento do Exército, casado, com domicilio eleitoral no districto municipal de Tijuca e residencia á rua Carlos de Lact n. 45. (Qualificação requerida.)
- 4.660. José Ferreira (4.713), filho de Tiburcio Ferreira e de Balbina Ferreira, nascido a 12 de outubro de 1901, em Campos, Estado do Rio de Janeiro, operario, solteiro, com domicilio eleitoral no districto municipal de Tijuca e residencia á rua Jocelina Fernandes n. 22. (Qualificação requerida.)
- 4.661. José Franca Bastos (4.714), filho de Francisco José Bastos e de Rosa Franca Bastos, nascido a 7 de fevereiro de 1905, no Districto Federal, commercio, solteiro, com domicilio eleitoral no districto municipal de Tijuca e residencia á rua Conde de Bomfim n. 349. (Qualificação requerida.)
- 4.662. Oswaldo Simões (4.715), filho de José Joaquim Simões e de Maria Rosa Duarte, nascido a 6 de junho de 1915, no Districto Federal, commercio, solteiro, com domicilio eleitoral no districto municipal de Engenho Velho e residencia á rua Pará n. 24. (Qualificação requerida.)
- 4.663. José Luiz Lobão (4.716), filho de Benvidio Pinto Lobão e de Maria da Gloria Lobão, nascido a 21 de junho de 1912, no Districto Federal, commercio, solteiro, com domicilio eleitoral no districto municipal de Tijuca e residencia á rua Dulce n. 30. (Qualificação requerida.)
- 4.664. Dario de Oliveira (4.717), filho de Julia Maria de Oliveira, nascido a 11 de setembro de 1916, no Districto Federal, commercio, solteiro, com domicilio eleitoral no districto municipal de Tijuca e residencia á rua Conde de Bomfim n. 305. (Qualificação requerida.)
- 4.665. Manoel Francisco da Silva (4.718), filho de Joaquim Figueira da Silva e de Isabel Leocadia do Amor Divino, nascido a 15 de julho de 1911, em Santa Anna de Mattos, Estado do Rio Grande do Sul, commerciarío, solteiro, com domicilio eleitoral no districto municipal de Tijuca e residencia á rua Guapeny n. 35. (Qualificação requerida.)
- 4.666. Donald Wilfred Strang (4.719), filho de Donald Strang e de Hilda Ethel Strang, nascido a 5 de agosto de 1916, no Districto Federal, estudante, solteiro, com domicilio eleitoral no districto municipal de Tijuca e residencia á rua Itapira n. 9. (Qualificação requerida.)
- 4.667. Antonio Evaristo Coelho (4.720), filho de Salvador Coelho e de Candida Maria de Oliveira, nascido a 18 de outubro de 1888, em Portugal, naturalizado brasileiro, marítimo, casado, com domicilio eleitoral no districto municipal de Tijuca e residencia á rua Pinto Guedes n. 64. (Qualificação requerida.)
- 4.668. João Garcia Serpa (4.721), filho de José Garcia de Serpa e de Maria Carolina Pereira, nascido a 14 de dezembro de 1877, no Districto Federal, commercio, solteiro, com domicilio eleitoral no districto municipal de Tijuca e residencia á rua Canuto Saraiva n. 19. (Qualificação requerida.)
- 4.669. Olívio dos Santos (4.722), filho de Miguel dos Santos e de Florinda Marcondes, nascido a 28 de maio de 1914, no Districto Federal, commercio, solteiro, com domicilio eleitoral no districto municipal de Tijuca e residencia á rua Fontes Castello n. 35. (Qualificação requerida.)
- 4.670. Douglas Mac-Gregor Dore Strang (4.723), filho de Donald Strang e de Hilda Ethel Strang, nascido a 20 de setembro de 1917, no Districto Federal, estudante, solteiro, com domicilio eleitoral no districto municipal de Tijuca e residencia á rua Itapira n. 9. (Qualificação requerida.)
- 4.671. Fabio Antonio da Silva Reis (4.724), filho de Antonio da Silva Reis e de Guiomar da Silva Reis, nascido a 29 de novembro de 1915, no Districto Federal, commerciarío, solteiro, com domicilio eleitoral no districto municipal de Tijuca e residencia á rua Ferreira de Almeida n. 297. (Qualificação requerida.)
- 4.672. Rachel Magarinos Torres (4.725), filha de Antonio Eugénio Magarinos Torres e de Victorine Marie Jeannine Planchon Magarinos Torres, nascida a 21 de fevereiro de 1919, no Districto Federal, estudante, solteira, com domicilio eleitoral no districto municipal de Tijuca e residencia á rua Velha da Tijuca n. 23. (Qualificação requerida.)

Rio de Janeiro, 9 de abril de 1937. — Pelo escrivão, *Pacs Leme*, escrevente, no impedimento ocasional do escrivão.

PROCESSOS DE INSCRIÇÃO

Segunda Circumscrição NONA ZONA ELEITORAL

(Districtos municipaes de Tijuca e Engenho Velho)

Juiz — Dr. Nelson Hungria Hoffbauer

Escrivão — Dr. Francisco Farias

Faço publico para conhecimento do interessado que despacho de M. M. Juiz da 9ª Zona Eleitoral foi transferido de domicilio eleitoral o seguinte eleitor:

232. Antonio Netto, Inscrição n. 2.076, título n. 1.841, da 7ª zona da Penha, para a 9ª zona do Engenho Velho

DECIMA QUARTA ZONA ELEITORAL

(Distritos municipais de Realengo, Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz)

Juiz — Dr. Frederico de Barros Barreto

Escrivão — Dr. Flácido Modesto de Mello

De ordem do M. M. juiz da 14ª Zona Eleitoral, faço publico para conhecimento dos interessados que foram transferidos de domicilio eleitoral, os seguintes eleitores:

342. Antonio dos Santos Oliveira, (inse. n. 4.066), titulo n. 4.395 da antiga 9ª zona, Santa Cruz para a 14ª, Realengo.
343. Anselmo Francisco de Oliveira, (inse. n. 1.436), titulo n. 1.931, da 8ª zona, Jacarépegua para a 14ª, Realengo.
344. Jonas de Souza Mariauno, (inse. n. 2.527), titulo numero 2.448, da 8ª zona, Andaraí para a 14ª, Realengo.
345. Alvaro Paulo de Oliveira (inse. n. 3.173), titulo numero 3.956, da 9ª zona antiga, Campo Grande para a 14ª, Realengo.
346. Lourival Paulo de Oliveira (inse. n. 2.980), titulo numero 3.902 da 9ª zona antiga, Campo Grande para a 14ª, Realengo.
347. Abraham Steivhel, (inse. n. 3.501), titulo n. 3.494 da 13ª zona, Madureira para 14ª, Realengo.
348. Eduardo Francisco, (inse. n. 5.903), titulo n. 5.884, da 9ª zona antiga, Campo Grande para a 14ª Realengo.
349. Vicente Mamos, (inse. n. 6.077), titulo n. 5.385, da 4ª zona, Espirito Santo, para a 14ª, Campo Grande.
350. José Francisco Cardozo, (inse. n. 5.943), titulo numero 5.210, da 9ª zona antiga, Santa Cruz para a 14ª Campo Grande.
351. Altino Corrêa d'Azevedo, (inse. n. 10.244), titulo numero 2.245, da 2ª zona, Santa Thereza, para a 14ª Realengo.
352. Sylvio Marques Pereira (inse. n. 2.568), titulo numero 2.568, da 11ª zona, Meyer para a 14ª Realengo.
353. Ricardo Rosa, (inse. n. 5.410), titulo n. 5.623, da 6ª zona antiga, Campo Grande para a 14ª Guaratiba.
354. Joaquim Nunes Sobrinho, (inse. n. 3.335), titulo numero 3.063, da 9ª zona antiga, Campo Grande para 14ª Guaratiba.
355. Affonso Maurity da Silveira, (inse. n. 227), titulo numero 196, da 7ª zona, Piedade para a 14ª Guaratiba.
356. José Justiniano de Freitas, (inse. n. 1.294), titulo numero 1.267, da 9ª zona antiga, Campo Grande para a 14ª Guaratiba.
357. Antonio Carlos de Paiva, (inse. n. 1.224), titulo numero 1.197, da 9ª zona antiga, Campo Grande para a 14ª Guaratiba.
358. João Ferreira Madeira, (inse. n. 9.881), titulo numero 9.104, da 2ª zona Santo Antonio para a 14ª Campo Grande.
359. Emiliania Quirino de Araujo, (inse. n. 1.707), titulo n. 1.564 da 14ª zona, Campo Grande para a 14ª Guaratiba.
360. Cassiano Gomes Filho (inse. n. 1.674), titulo numero 4.900, da 9ª zona antiga, Santa Cruz para a 14ª Campo Grande.
361. Hamilton da Graça Leitão, (inse. n. 2.169), titulo numero 2.052, da 2ª zona, São José para a 14ª Realengo.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1937. — Pelo escrivão, João Aguiar Junior.